

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PSICANÁLISE: CLÍNICA E CULTURA

KARINA BRAUNER BLOM

***Oficina do Brincar: um dispositivo clínico lógico-lexical para “crianças
que *ainda* não brincam”***

Porto Alegre

2018

KARINA BRAUNER BLOM

***Oficina do Brincar: um dispositivo clínico lógico-lexical para crianças
“que ainda não brincam”***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Psicanálise.

Orientadora: Profa. Dra. Marta Regina de Leão D'Agord.

Porto Alegre

2018

Ao CAPSi Pandorga.

AGRADECIMENTOS

Aos professores que compõem a banca de defesa desta dissertação Luciano F. Elia (UERJ), Manoel L. Madeira (UFRGS) e Carlos Henrique Kessler (UFRGS) pela gentileza de aceitarem o convite e pela disponibilidade de interlocução;

A segunda turma de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura, o *Heimlich*, pela cumplicidade e encontros amistosos;

Aos colegas de SUS e do CAPSi Pandorga: Carlos, Camila, Eliana, Fabrício, Jacque, Karen, Lê, Lis, Lu, Marcelo, Mariana, Pati, Paula, Rogério, Rose, Simone, Tati, Vanessa, Vivi e Wagner, juntamente aos residentes e estagiários que por lá passaram, pela vivacidade, pelas trocas e capacidade de transformação diante da (e na) miséria humana;

A Karen Kanaan Rosa, Patrícia Isabel Zvirtes, Letícia Vaz da Silva, Eliana Dable de Mello e Lisandra Alves do Nascimento, pela profunda admiração e inspiração que o trabalho de vocês desperta, seja através da terapia ocupacional, enfermagem, assistência social, psicanálise, psicopedagogia, seja pelo (muito) mais além dos seus campos epistemológicos. Vocês foram e são para mim como um Coletivo que possibilita que a imersão na clínica da loucura possa ser surpreendente, apaixonante e revolucionária;

Ao Paulo Bier Barcelos, meu destinatário de tantas palavras, compartilhadas para não nos perdermos demais nos labirintos do tempo. *Post scriptum*: Que não haja realização sem sonhos, nem sonho sem realizações (a vida só *acontece* quando um verdadeiramente encontra o outro). *Post post scriptum*: ...

A minha família, pela transmissão do entusiasmo pela prática clínica e pelas composições possíveis e impossíveis – mas sempre inestimáveis – entre medicina e psicanálise;

Ao professor José Luiz Caon, que, tanto de sua *bergère* recostada ao divã quanto nos demais espaços de aprendizagens, apresentou-me a psicanálise de modo ímpar, tão simples e chistosa quanto precisa e, fundamentalmente, avessa a qualquer vaidade;

Ao Grupo de Orientação e de Pesquisa “Laboratório de Psicanálise”, pelas largas contribuições e pela atenciosa leitura-escuta que sustentaram o texto em andamento;

Finalmente, agradeço muito especialmente à professora Marta de Leão D’Agord, pela acolhida *em* alteridade, sendo decisiva para que eu tirasse o coelho da cartola quando eu nem mesmo sabia que lá ele estava.

RESUMO

A pesquisa que dá origem a esta dissertação relaciona-se ao contexto que a originou – o trabalho clínico em um dispositivo coletivo de saúde mental de um CAPSi, a *Oficina do Brincar*, destinada ao acompanhamento de crianças pequenas com psicopatologias graves relativas a sérios entraves na passagem do *infans* ao *falasser*. A partir da pergunta: “quais os fundamentos metodológicos psicanalíticos da Oficina do Brincar no tocante a sua incidência no processo de subjetivação? E quais seus efeitos?” buscamos a formalização conceitual desta *práxis*, identificando alguns dos eixos metodológicos da terapêutica desta oficina que justifiquem sua incidência no advento do brincar. Entenderemos neste trabalho o brincar no sentido da operacionalização do *fort da*, cuja consequência seria, como propomos mais especificamente, um *remanejamento topológico radical do sujeito a partir da inscrição de uma nova função posicional na linguagem*. Além disso, fazemos uma conjectura que designa o público-alvo da Oficina do Brincar, dito para “crianças que ainda não brincam”, à luz da teoria psicanalítica, mas mantendo uma referência não diretamente comprometida com o diagnóstico nosográfico ou estrutural. Assim, esta dissertação se utiliza de algumas contribuições teóricas da topologia das estruturas – com o termo *holófrase*– e outras da perspectiva da montagem pulsional – donde vinculamos ao termo *para-gramaticalidade* – para sustentar a ideia, finalmente, de a Oficina do Brincar enquanto um *dispositivo clínico lógico-lexical* (conceito esse originalmente utilizado em referência a um dispositivo institucional). Este percorrido ensaístico contará com as articulações conceituais referidas, com aportes descritivos do campo prático (clínico e institucional) e, ainda, com a apresentação de quatro casos, de modo que o conjunto desses elementos compõe um registro, uma memória daquela instituição, dando início ao registro escrito de um patrimônio técnico e histórico desta.

Palavras-chaves: psicanálise, *fort-da*, psicopatologia, linguagem, criança, instituição.

ABSTRACT

The research that embases this thesis is about the clinical work of a collective mental health tool at a C.A.P.S.i, named "*Play Workshop*", to attend toddlers with severe psychopathologies related to language. To answer the question: "what are the psicoanalytical methodological fundaments of the *Play Workshop* that is related to the development of the subjectivity? And what are the consequences of this method?" we look for the conceptual formalization of it identifying some of the methodological basis of this therapeutic tool that explains the development of the act of playing. In this text we use the term "play" in the same meaning as the operability of the *fort-da*, which consequence would be (as we propose in a specific way) a *radical topological change* of the subject starting at the inscription of a *new positional function in the language*. Besides that, we rename the target group of the *Play Workshop* by the psychoanalytical theory, so the group no longer was named as to attend "children that does not play yet", but we still kept it referred not directly to the nosographic or structural diagnosis. Finally, this thesis uses some theoretical contributions of the structural topology – by the term *holophrasis* – and others contributions about the pulsional circuit – using the term *paragrammaticality* – to embase the idea of the *Play Workshop* as a *clinical logical-lexical tool* (term originally used to refer a institucional tool). This work is made in reference to the concepts already presented, but even with descriptive contributions os the practical field (clinical and institucional) and presenting four cases. This elements compose the written register of a technical and historical patrimony of that institution.

Key words: psychoanalysis, *fort-da*, psicopathology, language, children, institution.

LISTA DE ABREVIações

CAPSi	Centro de Atenção Psicossocial a Infância e Adolescência
PTS	Projeto Terapêutico Singular
UBS	Unidade Básica de Saúde
TO	Terapeuta Ocupacional

SUMÁRIO

ABERTURA	11
1 INTRODUÇÃO	15
1.1 A necessidade da formalização teórico-clínica da <i>Oficina do Brincar</i>	16
1.2 Alguns efeitos desta pesquisa no campo de trabalho	17
1.3 Da elaboração metodológica à elaboração do “caso” <i>Oficina do Brincar</i>	18
1.4 A clínica psicanalítica das psicopatologias graves infantis e o escopo desta pesquisa	19
2 PROBLEMA DE PESQUISA	21
3 A METODOLOGIA DE PESQUISA PSICANALÍTICA	22
4 SOBRE O CAPSi EM QUESTÃO	27
4.1 Algumas considerações sobre o CAPSi em questão no contexto da Atenção Psicosocial a crianças pequenas no estado e na cidade	27
4.2 A instituição e sua equipe	28
4.3 Mito fundador e seu ideal	31
4.4 O CAPSi e seu “fora”	32
4.5 O lugar da <i>Oficina</i> do CAPSi no CAPSi	33
4.6 Falta de laço e falta-de-laço	34
5 A OFICINA DO BRINCAR	37
5.1 A construção de um dispositivo clínico imprevisto	37
5.2 Do início das elaborações teórico-clínicas de sua terapêutica	40
5.3 O contexto social, as famílias e o lugar de onde eram faladas as crianças da <i>Oficina</i>	41
5.4 A proposta terapêutica da <i>Oficina do Brincar</i>	45
6 DO BRINCAR EM “CRIANÇAS QUE AINDA NÃO BRINCAM”	46
6.1 Freud e o brincar infantil	47

6.2 A arte (surpreendente) do brincar	47
6.3 O <i>fort-da</i> e a operatividade do significante	49
6.4 O processo metafórico e o <i>remanejamento topológico radical</i>	54
6.5 O reconhecimento do ato de brincar em crianças “que ainda não brincam”: produções precursoras do brincar simbólico	56
6.6 O brincar é estruturado como uma linguagem: holófrase e para- gramaticalidade.....	57
6.7 A holófrase.....	59
6.8 A para-gramaticalidade.....	62
7 A TERAPÊUTICA PSICANALÍTICA E ALGUNS EIXOS METODOLÓGICOS DA OFICINA DO BRINCAR	65
7.1 O número de técnicos e suas relações com as crianças	65
7.2 O ato de brincar enquanto ponto de convocação	66
7.3. A posição discursiva dos técnicos e o direcionamento da fala	67
7.4 A antecipação e a disposição serendipitosa	67
7.5 A reunião de discussão clínica: “Ler, entre muitos, alguma coisa”	68
8 “AFINAL, QUE DIABOS FAZEMOS AQUI?”: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS A RESPEITO DE UM DISPOSITIVO INSTITUCIONAL LÓGICO- LEXICAL CHAMADO “O COLETIVO”	70
9 CASO 1: DE UMA SOLIDÃO JAMAIS ABSOLUTA	74
10 CASO 2: “UMA CRIANÇA SE BATE” -- O FRACASSO DO TRANSITIVISMO E A PARA-GRAMATICALIDADE	79
11 CASO 3: ANFITRIAR A TRANSITORIEDADE COMO CONDIÇÃO DE TRANSMISSÃO DAS HERANÇAS SIMBÓLICAS	89
12 CASO 4: DE VICENTES HOMÓFONOS A UM BRINCAR “DE BOCA À ORELHA” – A CONSTITUIÇÃO DE UM CORPO TÓRICO EM SUPERFÍCIES INSTITUCIONAIS	97

DISCUSSÃO FINAL: ALGUMAS ELABORAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O BRINCAR A PARTIR DE FRAGMENTOS CONCEITUAIS - A PARA- GRAMATICALIDADE, A HOLÓFRASE E O DISPOSITIVO LÓGICO- LEXICAL.....	108
13.1 A <i>Oficina</i> como um <i>dispositivo lógico-lexical</i>: conclusões	109
FECHAMENTO.....	113
REFERÊNCIAS	114

ABERTURA

(Dos parênteses desta pesquisa psicanalítica: como uma volta não-contada)

As interrogações clínicas desta pesquisa psicanalítica, ensaiadas na presente dissertação, foram elaboradas em uma importante e conseqüente consideração ao campo transferencial em que foram formuladas, colocando em questão minha posição e desejo como analista.

Nesse sentido, antes de iniciar a temática da pesquisa propriamente dita, situarei o leitor nessa breve passagem a outro panorama narrativo, à forma de um meta-ensaio (um ensaio sobre o ensaio), para trazer à cena um pouco dos bastidores desta trajetória.

(A suspensão pela escrita)

Inicialmente, antes do ingresso no mestrado, o ponto de invocação da minha pesquisa no pré-projeto ficou evidenciado através escrita de alguns casos clínicos que atendia no CAPSi, a partir dos quais eu pensava teorizar aquilo que eu nomeava de “*as passagens do íntimo ao comunicável*”. Minha pretensão era fazer dessa proposição um operador conceitual para a articulação entre os termos psicanalíticos do nascimento da subjetividade e o termo político de “Natalidade”,¹ de Hannah Arendt (2014).

Essa breve digressão quanto ao pensamento da autora da obra-prima *As origens do Totalitarismo* parece-me necessária, pois mesmo tendo dispensado sua referência direta nesta dissertação, o avizinhamento entre os campos epistemológicos da psicanálise e da política é hoje ainda mais necessário para pensarmos as problemáticas advindas do trabalho nas instituições públicas de saúde mental no atual contexto político, cujos efeitos nefastos de seu desmantelamento, especialmente a partir de 2016, tem sido rápidos e, por hora, pouco dimensionados. Os trabalhadores do CAPSi aqui referido (de modo não muito diferente dos outros CAPS do Brasil) tentam encontrar respostas a como conseguir fazer resistência à violência macroinstitucional diária, à pressão gerencial que

¹ Arendt (2004) formula o conceito de Natalidade como um segundo nascimento do homem, vinculando-o à ideia de ingresso e ação cidadã na esfera pública. No entendimento arendtiano, aqueles que antecedem e recebem o recém-nascido deverão lhe apresentar ao mundo político (no sentido amplo das relações e ações humanas com a *polis*). É com esse nascimento que o recém-chegado aparece no cenário público e nele age, em um exercício da cidadania que comporte algo inédito, criando novas relações.

exponenciou as metas de ingressos de novos pacientes (sem valorizar qualidade do serviço) e ao conseqüente e absurdo enxugamento dos espaços de discussão clínica e dos processos de trabalho. Como poder, na atual conjuntura política e social do País, dar escuta aos pacientes e famílias chegando aos serviços em condições cada vez mais miseráveis (humanamente e materialmente) e desesperadoras? E quais as possibilidades de sustentar um trabalho coerente no CAPSi e ainda orientados pelos princípios da Reforma Psiquiátrica e nas políticas públicas de saúde?

Esta abertura vem a situar os elementos que passaram a serem considerados por mim a partir da escrita da dissertação. Acolher os efeitos dessa escrita foi escutar os pontos de encontro e desencontro cruciais da minha relação com o trabalho naquela instituição e botar em questão meu desejo e em que condições seria possível sustentá-lo. Esses efeitos foram alavancados na mudança do curso do estilo narrativo desta dissertação para a forma do ensaio metapsicológico, o que abriu terreno para advirem as perguntas que passei a me fazer sobre a transmissão e os destinatários dessa minha escrita: para quem eu escrevia e para quê?

O atual ensaio é, portanto, fruto do ato de anfitriar os elementos que se precipitam em mim como pesquisante, deparando-me, a partir dessa acolhida, com um achado tão inoportuno quanto incontornável: só aí eu pude escutar a torção operada no destinatário da escrita, que, quando fora do Programa de Pós-Graduação, destinava-se à academia, à comunidade psicanalítica; com a entrada na academia, ela desloca-se, aponta outros endereços.

(O efeito suspensivo de bolas e carrinhos)

Essa torção, efeito da escrita da pesquisa psicanalítica, foi lida derradeiramente quando pude escutar a verdade que adveio de um lapso, uma outra “torção”, em um momento pessoal de brincadeira com amigos. Durante um jogo de futebol em que eu estava com a posse da bola, fui atingida por um “carrinho”² do qual – e aí estava o meu ponto de vacilo inconsciente – eu não me esquivei. Fiquei sem ação (possivelmente também pela exaustão que eu me encontrava naquele dia) até o *golpe* ser concluído sem eu mobilizar qualquer esquivia. Com isso, tenho um entorse muito sério e que deixa-me

² Esse é o termo usado no linguajar futebolístico para referir-se ao lance em que o adversário desarma o outro jogador ao atirar-se no chão e projetar as pernas em direção à bola, como que dando uma “rasteira” na bola, com os pés.

afastada do trabalho do CAPSi por um período significativo.

Os efeitos de descontinuidade que uma escrita produz, somados a essa interrupção do meu trabalho na instituição colocou-o em suspensão, entre parênteses. Estar literalmente fora dele foi necessário para que eu admitisse que a minha escrita já se dava “de fora”, sendo para ele, para a equipe a quem eu endereçava este texto.

Começar a contar do trabalho do CAPSi em outros lugares, outras instituições e, com isso, recontar no CAPSi de seu próprio trabalho a partir de uma fala inaugurada com estes outros, fez uma borda, um dentro-fora institucional. Essas interlocuções, por consequência, qualificavam o trabalho e ampliavam os processos narrativos dos próprios técnicos da equipe sobre o que, afinal, fazíamos naquele serviço. Esta escrita, portanto, a partir da *Oficina do Brincar*, era como registrar o testemunho de uma história de 7 anos que pouco ou nada era narrada extrainstitucionalmente. Assim, mesmo se este escrito não chegasse a destacar aquele dispositivo clínico enquanto um patrimônio técnico daquela instituição, no mínimo este testemunho pode compor um patrimônio histórico, de memória deste CAPSi.

As facetas aqui contadas daquela clínica da loucura infantil, cada uma de suas entrelinhas, as imagens que o leitor compuser a partir dos casos e ademais, enfim, trazem as nuances do dia-a-dia das pessoas (os barulhos, as surpresas, as invenções, os encantos, as durezas, os encontros...) que se “pechavam” naquela casa verde da rua Dom Diogo de Souza 429.

Ensaio sem parênteses

Neste ensaio dissertativo, os trânsitos institucionais sublinham o exercício narrativo a partir do qual uma história que passa a ser contada *para* outros pode sempre ser uma história que pode ser contada *por* outros, que aumentarão o conto. Esses trânsitos motivaram aquela equipe a se ocupar de fazer suas ficções, sua história, seus casos como se estivessem se inscrevendo em uma narrativa compartilhada e, portanto, compartilhável.

Enfim, poder produzir uma narrativa comum foi também passar a reconhecer o horror que nos fascinava enquanto equipe de saúde mental, que nos paralisava e impedia o maior investimento no trabalho, com cada oficina, cada ação terapêutica e com cada paciente: o estado de silenciamento cada vez maior das crianças que ali chegavam por

tamanho dilaceramento recente do laço social³. Ser criança, pobre e, ainda, “louca” é portar, no atual cenário político e social, algumas das insígnias que as identifica em um lugar discursivo alvo de uma violência tamanha e tão banalizada (não reconhecida) cujo horizonte aponta tons de extermínio simbólico pelo voto de não-existência a que a eles é dirigido.

Descubro, nessa trajetória de pesquisa, que meu trabalho de mestrado era como uma carta cujo destinatário era o CAPSi, para quem eu lhe escrevia por já estar em outro lugar. A escrita era como a produção de uma memória, de uma herança e um patrimônio que eu deixava para a equipe por estar me despedindo, de fato, da instituição (e minha saída é efetivada pouco tempo depois que dou-me conta desses endereçamentos).

O lamento dessa escolha só não é maior que a honra de ter feito parte dessa instituição desde sua fundação e onde, ao longo destes 7 anos de trabalho, fui verdadeiramente escutada.

Em um trabalho cujo objeto é o indizível da loucura, restituir a palavra entre seus trabalhadores é a única possibilidade de, com aquelas crianças, fazer desse indizível, outra coisa. Necessariamente. E uma equipe que pode ocupar-se dos seus silenciamentos, por possibilitar espaços em que seu trabalho possa e seja contado, é porque consegue corajosamente dispor-se à pergunta “afinal, que diabos fazemos aqui?”, deixando-se surpreender pela resposta imprevisível que a ela se seguirá a cada vez que a questão for formulada.

³ Ainda que não tenhamos uma fonte estatística oficial desses dados, houve aumento importantíssimo, desde 2015, da chegada de crianças e adolescentes no CAPSi por tentativa de suicídio. Era impressionante, extremamente difícil de compreender, principalmente as crianças neuróticas, de 7 a 10 anos, que haviam passado ao ato desse modo.

1 INTRODUÇÃO

A prática clínica em instituições públicas de saúde mental, especialmente em relação à infância, comporta uma diversidade de ações de cuidado e acompanhamento. Por vezes, a multiplicidade e criatividade – necessárias – dessas ações não vêm acompanhadas de uma reflexão que as fundamente e as justifique terapêuticamente.

Além disso, a relação clínica com os pacientes vem perdendo espaço na medida em que algumas dessas instituições se tomam, no plano discursivo, da “inclusão” enquanto um imperativo, o que pode se precipitar em diversas ações de reabilitação social concebidas de modo dissociado das ações de tratamento e de cuidado. Quando isso é somado a uma rotina de diagnósticos e Projetos Terapêuticos Singulares (PTS)⁴ feitos às pressas, não é difícil incorrer naquilo que Dunker e Neto (2015) chamam de “práticas para-clínicas”⁵ de acompanhamento em saúde mental. São práticas, ações e dispositivos com objetivos ditos “terapêuticos”, mas que, ao suprimirem a complexidade da clínica e da psicopatologia, correm o risco de responderem por soluções normativistas e convencionalistas, em nome de uma suposta inclusão social.

Assim, por vezes, encontramos nos serviços inspirados na reforma psiquiátrica uma proposição institucional movida pelo *furor includenti*⁶ (QUINET, 2006) que parece traduzir-se, em relação aos PTS, na precocidade de ingresso dos pacientes nas atividades oferecidas nesses serviços. Nesse sentido, pode-se tomar a inclusão do paciente (em uma oficina, por exemplo), por si só, enquanto solução suficiente de acompanhamento e tratamento em saúde mental.

⁴ O PTS é um instrumento do Sistema único de Saúde (SUS) para diagnóstico e direção do acompanhamento a partir de um “conjunto de propostas que visam ao cuidado do indivíduo por meio de condutas terapêuticas articuladas e direcionadas às suas necessidades individuais ou coletivas” (BRASIL, 2009). O PTS deve ser construído em equipe e com o paciente/família, sendo uma das peças-chaves para a organização e gestão do trabalho interdisciplinar (e intersetorial) na Saúde Mental e na Atenção Psicossocial.

⁵ O prefixo grego “para” significa “ao lado de”, numa proximidade não coincidente. Assim, a conjunção no termo “prática para-clínica” indica uma prática que é realizada de modo, digamos, lateral, à margem da clínica, ainda que avizinjado a ela. Além disso, sublinho que o destaque desse termo é meu, já que os autores fazem referência a esse termo apenas uma vez. Nesta pesquisa ocorreu, inesperadamente, uma predileção por conceitos de redigidos por seus autores *en passant*, em uma breve ou única menção. Isso repete-se com outros dois termos além do de “para-clínico”: o de “para-gramaticalidade” e o de “dispositivo lógico-lexical”, como veremos adiante neste texto.

⁶ Expressão utilizada por Quinet (2006) ao nos advertir de um risco comum no trabalho com a psicose que é o do exacerbamento da paixão por incluir e adaptar o louco à *polis*.

No campo da saúde mental infanto-juvenil isso é ainda mais notório, possivelmente pela gravidade e complexidade dos casos, em sério sofrimento psíquico (o que imprime uma noção constante de urgência nos trabalhadores quanto ao início das intervenções). É incontornável considerar, enquanto consequência de um PTS mal elaborado, a diminuição (ou mesmo extinção) das possibilidades de se inaugurar outros destinos na vida de uma criança, ainda mais quando ainda se é tempo para que se inscrevam outras marcas na estrutura que está em constituição.

1.1 A necessidade da formalização teórico-clínica da *Oficina do Brincar*

Parece-nos que um exemplo bastante frequente nos Centros de Atenção Psicossocial a Crianças e Adolescentes (CAPSis), no tocante à ideia do *furor includenti* e das práticas para-clínicas, é a compilação do PTS sem aprofundamento do conhecimento da situação de vida do paciente, quanto a sua história, situação atual e hipóteses clínicas. Por vezes, os dados que embasam o PTS não chegaram a partir de nenhum momento de interação e interlocução dos técnicos com a criança e adolescente em avaliação, mas a partir estritamente do que deles é *falado* (pela escola, conselho tutelar, pelos pais, etc), entendido enquanto uma factualidade. O que era falado sobre o paciente por vezes poderia ser tomado como uma informação, como dado clínico e define condutas sem considerar a posição de onde estes falam e, mais ainda, a própria fala do paciente sobre suas questões, o que é condizente com a lógica classificatória da nosografia psiquiátrica atual, já que o diagnóstico por ali é a-histórico, descontextualizado e individualista. Mesmo numa instituição em que não haja a centralidade da equipe em basear a avaliação nesta categorização psiquiátrica – como no CAPSi a que me refiro – é corrente a simplificação de todo um projeto terapêutico por sua tradução em uma lista de atividades taxativas e prescritivas a serem realizadas (como atendimento de psicoterapia, atendimento de psiquiatria, oficina, grupo de familiares para os pais etc.). Dessa forma, a listagem das atividades se sobrepõe ao que seriam – de fato – as indicações e objetivos terapêuticos para determinado caso a partir da articulação do cuidado com os referenciais clínicos que uma equipe pode construir. Possivelmente seria mais pertinente que, a partir do entendimento do caso e seu diagnóstico (nos parâmetros, claro, da saúde mental e da atenção psicossocial) é que se poderia ter mais clareza de quais os objetivos e metas indicados para cada caso. Na medida em que a equipe compartilha suas hipóteses quanto às indicações terapêuticas, a instituição pode fazer a escolha das ações e práticas

(atendimentos, atividades, dispositivos) que pode oferecer (ou passar a oferecer) ao paciente, sem perder a complexidade das intervenções e seu afinamento com a singularidade de cada caso.

Além disso, podemos dizer que é comum que essas atividades sejam apresentadas nas instituições estritamente pela tarefa ali a ser desenvolvida e pelo público-alvo que dela pode participar (esse geralmente balizado simploriamente pela idade ou mesmo pelo diagnóstico psiquiátrico). Deste modo, também ficam omitidos (ou mesmo ignorados) os princípios básicos que ensejam tal atividade em termos de sua metodologia e objetivos, configurando uma intervenção dissociada do fundamento terapêutico que devia embasá-la, gerando uma numerosa oferta de, na verdade, práticas para-clínicas, como referimos anteriormente. Essa situação era bastante própria do CAPSi em questão nesta pesquisa.

A trajetória de elaboração teórica formal a partir da *Oficina do Brincar* parte dessa necessidade seguir pensando criteriosamente a terapêutica ali em desenvolvimento, especialmente por ter sido uma atividade inicialmente pensada sem pretensões clínicas, mas apenas para o acolhimento inicial daquelas crianças. A grata surpresa de percebermos que ali era possível incidir no curso do nascimento da subjetividade fez com que houvesse ainda mais urgência em problematizar esse dispositivo e reiterar sua pertinência.

1.2 Alguns efeitos desta pesquisa no campo de trabalho

O início desta pesquisa exponenciou os avanços na qualidade técnica da *Oficina do Brincar*, qualidade – aliás – que sempre foi prezada e rediscutida a cada encontro dos seus oficinairos. Contudo, por outro lado, essas mudanças evidenciaram uma nuance não antes contemplada nesta pesquisa: a narrativa que era apresentada aos interlocutores externos ao CAPSi (seja na Universidade, em encontros científicos ou outras instituições) na verdade não era compartilhada com a própria equipe do CAPSi como um todo. Isso não era uma característica apenas dessa oficina, mas de todas as atividades coletivas do CAPSi. Ou seja, a discussão metodológica da *Oficina* era ancorada entre seus oficinairos e extrainstitucionalmente, mas sem espaços institucionais para o diálogo e sua elaboração na equipe. Ademais, na medida em que o público de crianças pequenas com psicopatologias graves era acolhido quase que apenas por essa oficina,⁷ isso acirra seu destacamento institucional. Na medida em que foram sendo trazidas para a equipe as

⁷ Detalharemos este ponto em capítulo posterior.

notícias das interlocuções extrainstitucionais, a *Oficina do Brincar* passa a – arrisco-me a dizer – tornar-se “pública”, conhecida pela sua própria instituição, com todos os efeitos (interessantíssimos) que isso pôde ter na terapêutica à que a *Oficina* se propunha. Assim, os termos “público” e “privado” ganham um estatuto aproximado com as torções de um dentro/fora das superfícies institucionais que talvez tenham propiciado um outro terreno para a circulação da palavra.

Vale destacar que no curso dessa pesquisa, a coordenação do CAPSi iniciou uma proposta de formalização de cada oficina lá realizada, para que seus oficinairos – mas não só eles – escrevessem dados mínimos que contassem da atividade. Para a surpresa da equipe, todos deram-se conta da dificuldade de descreverem minimamente as atividades que coordenavam. Contudo, poder reconhecer enquanto equipe (e não individualmente, como impossibilidade pessoal) essa dificuldade foi um ato inaugural para iniciar uma narrativa mais compartilhada sobre os impasses nos trabalhos coletivos do CAPSi, apontando para uma saída: a discussão das atividades em equipe, e não mais apenas entre os oficinairos. A partir desse momento e com o compartilhamento sistemático da pesquisa sobre a *Oficina do Brincar* em equipe, sugiro que passássemos a realizar, junto às discussões de caso, as discussões das oficinas, nos moldes de como trabalhávamos os casos clínicos, enquanto uma relação de corresponsabilidade da instituição sobre suas atividades. Daí a ideia de, nesta pesquisa, também contar e pensar a *Oficina do Brincar* considerando sua história, seus determinantes, ao modo ou como se fosse um caso clínico.

1.3 Da elaboração metodológica à elaboração do “caso” *Oficina do Brincar*

Finalmente, a partir dessa introdução, apresentamos o escopo desta dissertação, que se ocupa, em seu sentido mais amplo, de questionar a eficácia deste dispositivo coletivo de saúde mental no tocante à emergência do ato de brincar em crianças pequenas com psicopatologias graves. Entendendo-se “ato de brincar” no sentido psicanalítico de um efeito de emergência do sujeito, supomos que a terapêutica da *Oficina* incida na inscrição de uma nova função posicional na linguagem, ao mobilizar a gramática pulsional pela expansão ficcional rumo ao estabelecimento do *fort-da*.

Em seu sentido mais específico, esta pesquisa foi elaborada e redigida na forma de um ensaio metapsicológico sobre o “caso” *Oficina do Brincar*, buscando identificar e fundamentar suas bases teórico-clínicas e, ao mesmo tempo, contemplando nuances do seu contexto institucional, como veremos no capítulo da metodologia desta pesquisa.

Com isso, esperamos que esta pesquisa propicie, mais do que a produção de um escrito técnico, a elaboração de um patrimônio institucional, em que a memória e história do CAPSi é registrada.

1.4 A clínica psicanalítica das psicopatologias graves infantis e o escopo desta pesquisa

A motivação dessa pesquisa partiu das perguntas que os técnicos da *Oficina* se faziam, ao iniciar esse dispositivo, quanto às condições de possibilidade de aquela intervenção para trazer quaisquer efeitos terapêuticos. Com a confirmação da presença desses efeitos, verificando-se a possibilidade de alcançar o objetivo de promover as condições para que fosse possível o estabelecimento do brincar naquelas crianças, outra pergunta se apresentava: afinal, de que ordem se tratava essa terapêutica? Sobre o brincar, seria índice de um efeito do nascimento da subjetividade, já que aquelas crianças, juntamente com a emergência do lúdico, começavam a fazer uso da fala?

Na medida em que se parte da hipótese de que se trata de um dispositivo psicanalítico, ou seja, cuja incidência clínica é operada no campo da subjetividade, começamos a apurar os operadores clínicos que constituem seu método, não sem considerar os limites de uma prática incipiente que é a da clínica institucional pública para crianças tão pequenas e com psicopatologias graves, que não brincavam nem mesmo falavam.

Segundo Vorcaro (2004), a intervenção do analista na constituição do sujeito (nas crianças em condições estruturais como o autismo, as psicoses e a debilidade mental) nos confronta com o limite da capacidade operatória da própria psicanálise. Segundo essa autora, o psicanalista diante da deriva de seu lugar frente a essas crianças com tamanha indistinção entre os registros Real, Simbólico e Imaginário, acaba por abandonar a clínica psicanalítica e adotar um discurso da ordem da classificação e da compreensão ou de outras lógicas estrangeiras à psicanálise (atreladas ao visível, por exemplo, e intervindo pela via sugestiva, pedagógica ou suplementar). Ou, ainda, pela intensa exposição ao indizível do Real em que essas crianças se encontram, alguns psicanalistas chegam a um ponto de inespecificidade da prática clínica que os deixa em posição de exterioridade à psicanálise ou mesmo à qualquer discurso que seja passível de endereçamento a uma alteridade e de uma transmissão, reproduzindo a mesma posição da criança.

Quanto aos limites e alcances dessa clínica, Vorcaro (2004) escreve:

As várias experiências de atendimento psicanalítico a crianças, nas contingências em que as graves psicopatologias lhes impõem, constataam que a circunscrição da criança ao limite da clínica psicanalítica é [...] condição necessária para que ela opere deslocamentos lógicos estruturais de posição nos registros Real, Simbólico e Imaginário [...] para abarcar toda a rede de urgências que o próprio processo de estruturação exige desdobrar. (VORCARO, 2004, p. 16)

Assim – como diz a autora – será “virando o método psicanalítico ao avesso” (ao emprestar a criança desejo, significantes, etc.) que a crianças com sérios entraves estruturais poderão experimentar a possibilidade de sair das determinações do campo da linguagem em que está imersa, exercitando seus próprios atos – esses mesmos que a inscrevem no laço social.

Deste modo, este trabalho pensará na formalização teórico-conceitual desse dispositivo clínico inventado nesse avesso, a *Oficina do Brincar*, levando em consideração as teorizações tanto sobre a clínica psicanalítica de crianças pequenas “que ainda não brincam” nas possibilidades e condições apontadas para o trabalho psicanalítico nas instituições de saúde mental pública.

Além disso, é válido notar que para referirmos psicanaliticamente a essas crianças, propomos um conjunto conceitual não necessariamente atrelado ao diagnóstico nosográfico ou estrutural. Para tal, foram escolhidos dois conceitos cujo avizinhamento conjecturado nesta dissertação teve a função de uma certa “viabilização” epistemológica para abordar a constituição subjetiva de modo abrangente no tocante a essas “crianças que ainda não brincam”. Partir-se-á, portanto, de uma noção de psicopatologia infantil composta por algumas proposições teóricas da topologia das estruturas (com o termo *holófrase*) e outras contribuições da perspectiva da montagem pulsional (donde vinculamos ao termo *para-gramaticalidade*).

Assim, iremos propor formular esta intervenção, por sua incidência no campo da condição subjetiva holofrásica e para-gramatical, enquanto um *dispositivo clínico psicanalítico lógico-lexical* - ideia inspirada no conceito de dispositivo institucional de Jean Oury (OURY, 2009), tomando esse conceito de empréstimo de Jean Oury (próprio à psicoterapia institucional) e deslocando-o para este outro contexto, o da prática clínica dessa oficina.

2 PROBLEMA DE PESQUISA

A problemática que conduz a pesquisa escrita nesta dissertação está alicerçada sob as seguintes perguntas: *Quais os fundamentos metodológicos psicanalíticos da Oficina do Brincar no tocante a sua incidência no processo de subjetivação?* E: *Quais os efeitos dessa intervenção no curso de subjetivação daquelas crianças?*

Para responder isso, também objetivamos elaborar a ideia da terapêutica da *Oficina* enquanto um dispositivo lógico-lexical e realinharemos a proposição “crianças que ainda não brincam” a partir das elaborações teórico-clínicas sobre o brincar e a constituição subjetiva nas psicopatologias graves de crianças pequenas sob os termos “sujeitos em condição holofrásica e para-gramatical”.

3 A METODOLOGIA DE PESQUISA PSICANALÍTICA

A pesquisa que dá origem a esta dissertação relaciona-se ao contexto que a originou – o trabalho clínico realizado em um dispositivo coletivo de saúde mental, a *Oficina do Brincar* – e à articulação e formalização conceitual dessa *práxis* a partir da teoria psicanalítica.

A psicanálise, portanto, é a amarragem ético-metodológica deste ensaio que parte da hipótese de que a terapêutica psicanalítica opera na oficina em questão, mas sem pretendermos com essa hipótese converter o entendimento das diversas terapêuticas em jogo na *Oficina do Brincar* à exclusividade do campo epistemológico da terapêutica psicanalítica. Esse certamente seria um reducionismo grosseiro e injusto. A amarragem técnico-conceitual do trabalho lá realizado na *Oficina* entre os terapeutas é feita a partir do enlace de diferentes paradigmas (psicanálise, psicologia, enfermagem, educação física, terapia ocupacional, artes visuais e medicina) a partir do campo da Saúde Mental.

Além disso, sendo esta uma *pesquisa psicanalítica*, porta em seu método de investigação o pressuposto de que o objeto a que ela se refere e tenta transmitir é produzido pelo olhar do pesquisador.

Nesse sentido, na metodologia de pesquisa psicanalítica, o pesquisador psicanalítico, segundo Caon (1999), é também o primeiro e principal sujeito de sua pesquisa, essa que será singular. Deste modo, nesta metodologia, as surpresas no curso da investigação e elaboração teórica são senão descobertas, achados determinados pelo desejo e pelo inconsciente do pesquisador e, podemos dizer, esmaecendo as fronteiras entre o sujeito (pesquisador) e o objeto (pesquisado).

Elia (2000), também aponta essa singularidade da pesquisa psicanalítica, rebatizando o lugar do pesquisador psicanalítico como o lugar do “*pesquisante*”, aludindo à combinação do pesquisador como analisante. Este autor propõe que se, por um lado, é do lugar de analista que o pesquisador psicanalítico conduz sua escuta investigativa (operando a partir de seu lugar de causa para o sujeito, o que remete ao seu desejo, seu ato), por outro, é a partir do lugar de analisante que sua atividade de pesquisa terá lugar e vai se desenvolver.

O lugar do pesquisador psicanalítico, portanto, é originário de sua experiência clínica, ou seja, daquilo que por ele foi vivido como analista e como analisante e que,

conforme Caon (1999), no relance⁸ dessa experiência, na então situação psicanalítica de pesquisa, é que visará produzir novos conhecimentos e em outro campo transferencial, onde dará o testemunho de sua investigação. Em relação ao interjogo dessas duas experiências, ele acrescenta:

A pesquisa psicanalítica é a refundação, no campo das comunidades universitárias de pesquisadores, daquela experiência anteriormente fundada na situação psicanalítica de tratamento, onde o paciente analisante é o pesquisador, por excelência, e o psicanalista é o diretor dessas pesquisas, produzidas em método e procedimentos de associação livre, produzidas pelo paciente analisante em transferência e “*in praesentia*” do analista. (CAON, 1999, p. 44)

Outra característica dessa metodologia é a alternância na posição do pesquisador entre *solipsismo* e *alteridade*, de modo que o pesquisador, solitariamente, fará uma elaboração metapsicológica,⁹ que se dará em mutualidade de interlocução com as alteridades, a quem ele endereçará seus achados. Será nesse endereçamento da produção subjetiva à alteridade que as descobertas que advieram no só-depois sejam tomadas enquanto dados de pesquisa, numa – digamos – produção objetiva. O tratamento desses dados de pesquisa será guiado pela “leitura-escuta” e “instrumentalização da transferência”,¹⁰ cujo enunciado daí produzido deverá levar em conta o *logos* da linguagem oral e escrita, visando que sejam posteriormente convertidos num texto final que, neste caso, é a presente dissertação.

Por fim, destacamos o que, segundo este mesmo autor, é uma das características fundamentais do pesquisador psicanalítico: uma disposição serendipitosa. A *serendipidade*, no contexto da pesquisa psicanalítica, é uma derivação do axioma da associação livre em que, a partir da atenção equiflutuante e aberta a todos os sentidos e

⁸ Como o autor refere-se ao só-depois, numa tradução alternativa relativa ao *nachträglich* ou *après-coup*.

⁹ Segundo D’Agord (2001, p. 12), “a metapsicologia é a teoria do que está além (meta) da psicologia da consciência. Mas é também a teoria do que é hipotético, por isso Freud utiliza a expressão especulação metapsicológica para se referir a uma elaboração teórica que se aproxima da ficção”.

¹⁰ Iribarry (2003b) esclarece os conceitos de José Luiz Caon sobre leitura-escuta e sobre transferência instrumentalizada, dizendo-nos que, na primeira, o pesquisador procura identificar os tropeços de um discurso realizado, sendo movido pelas impressões transferenciais sobre o texto e pela apreensão do desenrolar signifiante que o compõe (repetição signifiante, do vacilo do sentido do texto, da produção inesperada de imagens etc.) que foi possível escutar ou ser escutado pelos interlocutores, iniciando aí a construção de uma teoria (de natureza ficcional) que objetivará o ensaio metapsicológico. Já a transferência instrumentalizada é o processo por meio do qual o pesquisador se dirige ao dado de pesquisa situado pelo texto dos colaboradores, relacionando seus achados com a literatura trabalhada; além disso, procurando elaborar impressões que reúnem as suas expectativas diante do problema de pesquisa e as impressões dos participantes que forneceram suas contribuições na forma de dados coletados.

direções, o pesquisador encontrará achados de modo fortuito:

[...] serendipidade não é fazer descobertas acidentais ao acaso. É, pelo contrário, fazer ao acaso descobertas desejáveis. São descobertas tipo atos falhos e formações do inconsciente. Por isso, são inesperadas e voluntárias, não premeditadas nem projetadas, mas sempre desejadas. Não se fazem descobertas ao acaso, inocentemente. A metapsicologia concebe o pesquisador como sujeito de pesquisa, isto é, sujeito de seu desejo de conhecer e pesquisar. (CAON, 1997, p. 96)

Acrescentaremos à disposição serendipitosa outro elemento que nos parece fundamental aos que operam com a ética da psicanálise – seja como analista ou como pesquisador psicanalítico – que é a *disposição à experiência subjetiva da surpresa/espanto*, noção trazida por Didier-Weill (1997). Tal disposição, conforme o autor ensaia, está associada a um encontro específico do sujeito com a palavra, ou melhor, com a *alteridade da palavra* enquanto significante em sua pregnância de um estranho familiar. Este encontro acaba sendo espantoso, surpreendente por colocar em jogo o efeito suspensivo de uma *destituição subjetiva*, do mesmo modo como acontece no campo psíquico do brincar e da arte, e em oposição à experiência traumática. Este efeito é a surpresa, que rompe a continuidade do saber, introduzindo a hiância súbita de uma descontinuidade. Essa abertura às reminiscências da impossibilidade de saber remonta ao incógnito radical constituinte, relativo ao hiato do recalçamento primordial. É justamente este furo da subjetividade não habitado pela palavra que a faz surgir, a palavra, por criação *ex nihilo*, do nada, como diria Lacan (1959-1960/2008). Portanto, o que faz o sujeito topar com a palavra espantosa, sempre estranha e indeterminante, é o reencontro, como diz Didier-Weill (1997), com esse “começo do tempo” subjetivo em que a “manufatura” da hiância a que nos referimos inaugura a marca de um antes e um depois.

Postulamos assim que a *serendipidade* e a *disponibilidade a se surpreender*, ao colocarem em causa um ato de descoberta enquanto um ato de criação, invenção, são tanto características fundamentais não só do pesquisador psicanalítico, mas também de uma posição dos técnicos da *Oficina* (já que a matéria-prima para advento do brincar é a “topada” com o real pelo simbólico, como descreveremos em capítulo posterior).

Ainda em relação aos aspectos metodológicos de uma pesquisa psicanalítica, sublinhamos que a consideração do inconsciente na pesquisa é determinante para a forma deste texto que, por ser uma construção ficcional, é a produção ensaística de um texto metapsicológico, contemplando, portanto, as teorizações a partir das formações do inconsciente e desejo do pesquisador na investigação e considerando, inclusive, os

impasses e impossibilidades intrínsecas da transmissão da sua produção.

Nesse sentido, a presente dissertação teve, desde o seu projeto, alguns importantes deslocamentos quanto à forma e quanto ao conteúdo de seu texto. Havia no Projeto uma motivação inicial de tomar a *Oficina do Brincar* como objeto de uma investigação que, à luz da teoria psicanalítica, mas à imagem do que se assemelharia a uma dissecação anatômica, procuraria identificar os referentes empíricos que correspondessem à teoria. Ao longo da trajetória de pesquisa fomos compondo outro panorama narrativo, pois passamos a recortar o seu objeto pelo cinzel das artes *di levare*,¹¹ considerando, como dito anteriormente, que é o corte (do artista) que faz nascer uma obra onde antes era apenas a pedra bruta, assim como é o (re)corte do pesquisador que produz o objeto. E a forma ensaística de um texto, vale reiterar, não assume ou revela outra coisa que não a “anatomia” do traço de seu autor.

Este ensaio, portanto, é – como diria Michel de Certeau (2011) sobre os ensaios – um “artefato científico”, ou seja, um *recurso de ficcionalização* do objeto de pesquisa para torna-lo possível de dizer, numa relação com o real que não se compromete nem com sua positivação, nem com sua negativação, tal como a própria expansão ficcional que é o brincar infantil. Assim, mesmo que este escrito conte com alguns aportes descritivos da *Oficina do Brincar* (referenciados, por vezes, ao campo dos fenômenos observáveis), não reduz seu texto a uma pretensão científica¹² de referencialismo ao conteúdo ou a um referente empírico em forma de “relatos” que tentassem retratar a coisa (aliás, como alerta Dunker (2013), quanto a escritos sobre a psicose infantil).

Neste ensaio produzido pelo cinzel das artes *di levare*, acabamos desfocando um pouco da centralidade da identificação e formalização dos eixos metodológicos da *Oficina do Brincar*. Passamos a trazer a oficina à textualidade colocando-a em outra perspectiva, de modo aproximado ao que seria lê-la e escrevê-la ao estilo narrativo, talvez como se esta fosse um caso clínico, como já referimos.

Já os casos clínicos propriamente ditos que compuseram este ensaio operam de modo homólogo a “recortes clínicos”, aludindo a momentos e cenas que compõem o “caso” *Oficina do Brincar*, tecendo através do registro de sua (de uma) história, o fio da

¹¹ A metáfora do uso do cinzel, nas “artes do tirar”, foi feita por Freud (1904/1989) para correlacionar à técnica psicanalítica, como será citado em capítulo posterior.

¹² Certeau (2011) faz referência a esse fenômeno na historiografia também que, assim, como no discurso científico em geral, toma-se do tempo como fato cronológico em que posso “contar-o-que-se-passou” como se o presente não determinasse, justamente, o olhar e a produção desse passado.

verdade que essa construção faz testemunhar.

Quanto à metodologia de construção de casos clínicos em psicanálise, Fédida (1991) sugere que a ficção clínica é oriunda dos pontos-cegos resistenciais colocados pela transferência, assim como das brechas abertas na relação entre saber e teoria, e acrescenta: “[...] o caso é uma teoria em gérmen, uma capacidade de transformação metapsicológica. Portanto, ele é inerente a uma atividade de construção” (FÉDIDA, 1991, p. 230). Aliás, é nessa direção que correrão as linhas deste texto sobre a *Oficina* a partir da sua abordagem ensaística, cujas temáticas e conceitos destacados em cada um dos casos clínicos aqui escritos nasceram na elaboração mesma desses casos, por carregarem, de alguma forma, o gérmen das teorizações despertadas nas encruzilhadas teórico-clínicas a que eles circunstanciam.

4 SOBRE O CAPSi EM QUESTÃO

4.1 Algumas considerações sobre o CAPSi em questão no contexto da Atenção Psicossocial a crianças pequenas no estado e na cidade

No estado do Rio Grande do Sul, o atendimento em saúde mental de crianças pequenas (de 0 a 5 anos de idade) com psicopatologias graves se concentra, historicamente, em serviços especializados não-governamentais (como APAEs, ONGs, associações e diversas instituições privadas) ou, quando nas instituições públicas, nos serviços voltados ao atendimento de portadores de deficiência e nos atendimentos psicopedagógicos especializados oferecidos pela rede escolar. Na maior parte dos CAPSis do estado,¹³ este público de crianças pequenas, quando atendido, ingressava principalmente atendimento psicológico individual ou familiar, com escassos trabalhos em atividades coletivas.

A cidade de Porto Alegre, onde fica o Centro de Atenção Psicossocial a infância e adolescência referido nesta pesquisa, conta com apenas outros dois CAPSis (apesar do dimensionamento do território prever em torno de dez desses equipamentos de saúde). Até 2017, o CAPSi mais antigo da cidade tinha como ponto-de-corte para ingresso apenas crianças a partir de 6 anos de idade e não acompanhava casos de autismo. O outro CAPSi, aberto a cerca de três anos, não restringia formalmente seu público, mas informava não ter recebido, desde sua inauguração, pacientes pequenos e/ou em condições graves de autismo ou psicose.¹⁴

O CAPSi em questão, portanto, era o único da cidade a atender crianças pequenas com psicopatologias graves, em pouco tempo não conseguindo comportar o volume de atendimento dos pacientes que lhe chegavam.

Este CAPSi, inaugurado em 2010, faz parte do maior complexo hospitalar do estado (atrelado à esfera federal, diferente dos outros da cidade), juntamente a quatro hospitais (inclusive o maior hospital do estado), onze postos de saúde, um Consultório na Rua e outros dois CAPS, sendo um CAPS AD III e o outro CAPS II para adultos.

A região de abrangência deste serviço situa-se na periferia da cidade, cuja

¹³ Até 2015, somavam-se dezessete CAPS que comportavam o atendimento de crianças e adolescentes.

¹⁴ Diga-se de passagem, entre diversos outros problemas, o CAPSi mais antigo funcionava em condições de absoluta precariedade e enxugamento da equipe técnica. O outro, apesar das condições materiais, estava localizado em bairro de classe média e sua região de abrangência circunscreve um extenso território, muito distante dos bairros mais vulneráveis e mesmo da rede de atenção a ele referida.

população é em sua maioria carente, muitos construindo moradia em regiões de ocupação ilegal, onde há presença importante de violência e do tráfico de drogas. Apesar da quase inexistência de opções para a comunidade em termos de lazer, cultura ou espaços públicos de convivência, a região possui uma boa rede de escolas públicas e contava com uma cobertura qualificada de saúde na atenção primária (pelos postos de saúde) e terciária, pela rede hospitalar.

4.2 A instituição e sua equipe

A equipe deste CAPSi foi composta por remanejamento interno do grupo hospitalar (técnicos que trabalhavam em setores do hospital) e pelo chamamento por concurso público. Em comparação com outros CAPSi do Brasil, este tem melhores condições de trabalho pelo tamanho da equipe e variedade de núcleos profissionais,¹⁵ boa base salarial e baixíssima rotatividade (praticamente manteve-se o mesmo corpo técnico até 2017), sendo a equipe considerada bastante implicada, vibrante e heterogênea. Essas e outras qualidades, aliadas ao frescor de uma instituição nova, ajudaram a compor um cenário institucional oposto à monotonia e à repetição.¹⁶

Cabe aqui uma breve digressão ao que Oury (2009) nos ensina sobre instituições dedicadas à clínica da psicose¹⁷ – mais especificamente, a de adultos esquizofrênicos – onde é muito comum uma “atmosfera” de previsibilidade e apatia, sem marca diferencial ou possibilidade de o acaso advir. Segundo este autor, este funcionamento institucional estaria em função da transferência própria da psicose (que é marcada pela dispersão, fragmentação, pela dificuldade de inscrições novas e/ou duráveis e diminuição da mobilidade discursiva). Por isso seria fundamental a essas equipes um trabalho coeso, coerente que dê certa unidade a esses fragmentos à deriva, possibilitando ao psicótico alguma ancoragem transferencial e sua entrada em um circuito de trocas, em uma rede de linguagem já estabelecida. Além disso, estas instituições devem ser enriquecidas pela diversidade e serem permeáveis às mudanças, já que isso será o estofamento para armar campos transferenciais que darão abertura aos “*verdadeiros encontros*”, ou seja, aqueles que

¹⁵ Dezoito profissionais fixos e em torno de dez residentes e um graduando, contemplando áreas como medicina (psiquiatria), enfermagem, psicologia, terapia ocupacional, psicopedagogia, serviço social, arteterapia, nutrição, educação física e, inclusive, artes visuais (esse através do programa de residência).

¹⁶ Como detalharemos logo adiante sobre, por exemplo, a abertura para inventividade e inauguração de atividades diversas.

¹⁷ Demais contribuições deste autor serão retomadas em capítulo posterior.

acarretam em mudanças estruturais, inscrevendo “*superfícies de vida*”, ponto indispensável a essa clínica. Diga-se de passagem, Oury (2009) aponta esses encontros como alvo da psicoterapia institucional, cujo dispositivo – chamado “*o Coletivo*” – será realizado pela promoção de arranjos (dinâmicos e mutáveis) no posicionamento das pessoas da equipe

Quanto à equipe do CAPSi, era possível reconhecer sua potencialidade para os encontros afortunados por sua vivacidade e diversidade. Além dessa potencialidade, nela identificamos outras características conceitualizadas por Oury (2009) como a disponibilidade, a vigilância (atenção) e uma significativa *unarização* (distintividade) dos espaços e relações – “é importante que as pessoas não se pareçam” (OURY, 2009, p. 26), afirma o autor.

Contudo, a obra de Oury (2009) refere-se ao contexto institucional da clínica de pacientes psicóticos adultos que, ainda que o campo transferencial desta clínica se assemelhe com a de crianças no que tange sua dispersão e fragmentação, há entre eles uma pulsação diferente, de modo que a incidência da compulsão à repetição possivelmente tenha outras particularidades.

Laznik-Penot (1989), em seu texto “A criança psicótica é carta roubada?”, escrito a partir de sua experiência em instituição de atendimento de crianças psicóticas, propõe algumas teorizações sobre o que ela lá observara no plano clínico e fenomenológico. O que ela descreve vem ao encontro das observações de Oury (2009) principalmente no aspecto de que, na clínica da psicose, a repetição da pulsão de morte colocada na transferência acarreta numa potencialização desses fenômenos institucionais.

Para Laznik-Penot (1989), estes fenômenos, como os conflitos, exacerbamento da passionalidade das relações e, especialmente, os silenciamentos e distanciamentos em relação aos pacientes e entre os técnicos, ficam ainda mais intensificados em instituições para crianças psicóticas. Segundo sua tese, o desejo de morte de que uma criança psicótica é efeito, traz transferencialmente manifestações violentas, repetidas nas relações entre as pessoas na instituição pela determinação (significante)¹⁸ de posições subjetivas relativas a essas transferências.

Os psicóticos, como sublinham estes autores, possuem uma extrema sensibilidade ao

¹⁸ Lembrando Lacan (LACAN, 1966/1998b, p. 13): “O automatismo de repetição (*Wiederholungszwang*) extrai seu princípio do que havíamos chamado de *insistência* da cadeia significante. Essa própria noção foi por nós destacada como correlata da *ex-sistência* (isto é do lugar excêntrico) em que convém situarmos o sujeito do inconsciente.”

que ocorre em a sua volta, de modo que ficam permeáveis e vulneráveis (posto suas escassas defesas) à ambiência da instituição e ao funcionamento institucional. Contudo, como diz Laznik-Penot (1989), uma instituição que não se ocupa de seus conflitos, mantendo as zonas de silenciamento e um conseqüente o distanciamento excludente do contato com a criança psicótica, as deixam ainda mais aos pedaços, psiquicamente falando: “no silêncio ao redor da criança psicótica, os conflitos se exacerbam. Na falta de se poder dizer, eles agem [...]” (LAZNIK-PENOT, 1989, p. 48). Eles quem? A autora, deixa esta ambigüidade, mas optamos por responder: todos agem. Com isso, a criança “só se torna mais psicótica, e então, mais apta a funcionar como significante determinante das posições intersubjetivas dos protagonistas do seu cenário” (LAZNIK-PENOT, 1989, p. 61), como significante mestre, tal qual a carta roubada do conto de Poe. Como conclui Laznik-Penot (1989), uma instituição interessante é aquela que evitaria os efeitos “mortíferos” que o trabalho com crianças psicóticas evidencia.

Quanto ao CAPSi referido nesta dissertação, vale lembrar que apesar de suas imensas qualidades, tinha as mais altas taxas de absenteísmo dos trabalhadores por licença-saúde da gerência a que estava subordinada¹⁹(taxa, aliás, que eu mesma somei). A partir da hipótese da equipe de que tais adoecimentos fossem diretamente relativos ao trabalho, a partir de 2016 foi nesta iniciada uma intervenção pelo núcleo técnico do setor responsável pela saúde ocupacional dos funcionários, cuja direção de trabalho assemelhou-se a uma supervisão clínico-institucional²⁰, porém sem a abrangência dessa.

A esse respeito, sublinhamos que esta era uma equipe que, ao não contar com uma supervisão clínico-institucional de fato, isso lamentavelmente acarreta em inúmeras conseqüências quanto à organização do trabalho, direção da assistência, da clínica e das relações extrainstitucionais (em todos os sentidos). Isso se agrava ao considerarmos que pouquíssimos de seus trabalhadores possuíam qualquer experiência prévia em saúde mental (e, dos que tinham, nenhum havia trabalhado com crianças e adolescentes).

¹⁹ A que estão subordinados o CAPS AD, o CAPS II Adulto, Consultório na Rua e 11 Postos de Saúde.

²⁰ A supervisão clínico-institucional é financiada pelo Ministério da Saúde (a partir da portaria GM 1.174, de 7/7/2005), sendo oferecida através de editais aos quais os CAPS que se inscrevem, concorrendo às poucas vagas disponíveis para receber o trabalho sistemático de um Supervisor por um período. Este é um instrumento de formação permanente com o objetivo de fortalecer e concretizar a política de atenção em saúde mental a partir dos eixos norteadores da Reforma Psiquiátrica e do Sistema Único de Saúde. O CAPSi em questão nunca conseguiu a vaga para receber essa intervenção, situação infelizmente comum em vários CAPS do País.

4.3 Mito fundador e seu ideal

²¹ Uso aqui o termo “discurso” não no sentido que nos traz o ensino de Lacan, mas quanto ao campo epistemológico-conceitual compartilhado em uma equipe enquanto referência teórica e ideológica, como, por exemplo, desde os princípios do SUS aos termos médico-psiquiátrico, psicanalítico, etc. Aproximamos este termo ao conceito do psiquiatra Pichon-Rivière (2005) de Esquema Conceitual Referencial Comum (ECRO): “defino o ECRO como um conjunto organizado de conceitos gerais, teóricos, referidos a um setor do real, a um determinado universo de discurso, que permite uma aproximação instrumental ao objeto particular (concreto)”.

4.4 O CAPSi e seu “fora”

Neste funcionamento institucional, com esta certa “privatização” dos fazeres, ninguém “interferia” no trabalho do outro (por vezes, mesmo diante de intervenções técnicas gravemente inadequadas). Evidentemente que isso é sério, mas este fator também trouxe esta outra característica que nos referimos antes e que marca este CAPSi de modo especial: a abertura para que se inaugurasse novos processos, atividades e variedade de atendimentos. Tratava-se de uma equipe, deveras, extremamente inventiva e entusiasta, e cujos conflitos e o mal-estar emergiam com certa clareza, o que também propiciava dinâmicos rearranjos nas parcerias de trabalho, ainda que solucionadas individualmente (e não coletivamente enquanto equipe).

Nos termos de Oury (2009), poderíamos dizer que o CAPSi ensaiava-se insistentemente na *função* (institucional) *de inventividade*,²² ou seja, naquilo que inaugura o registro de uma inscrição que articule algo novo no plano empírico, a que este autor atribui a uma produção de S_1 , um *initium* de uma cadeia de significantes. Ou seja, um *arranque de diferenciação estrutural* (como ele refere) ligado à manutenção da direção do sentido (em oposição à significação), o que permite a circulação de um discurso a outro. Assim, para Oury (2009), esta inventividade propicia na instituição uma importante produção de novas inscrições e, sendo o início de uma cadeia, deve haver sua sequência. Além da continuidade, ele ainda ressalta que nessas diferentes inscrições haja um significado que vai ser comum (para o grupo). É isso que, segundo ele, propiciará as “passagens”, a circulação discursiva.

Dissemos que o CAPSi “ensaiava” esta função criadora pois, na falta de uma leitura comum da equipe, sustentada em um fazer mais compartilhado, coletivo, essas

²² Para Oury (2009), esta é uma das funções do dispositivo institucional “o Coletivo”, mais precisamente.

aberturas não duravam. Como dissemos, havia proliferação de novas ideias, mas que findavam também em pouco tempo, não havendo sequenciamento.

No extremo oposto da burocratização do trabalho e da monotonia, dava-se a quase ausência de processualidade e uma desordem importante. A falta de memória da equipe (quanto à sua própria história, suas pactuações e das motivações de seus processos de trabalho) acabava por reinventar e sobrepor processos e atividades iguais às que já existiam sem conseguir retomar o fio-da-meada de por que haviam se perdido no caminho. Com isso, a maior parte das oficinas tinha uma vida curta e a ela se seguiam outras que pareciam não vingar pelos mesmos motivos.

4.5 O lugar da *Oficina do CAPSi* no CAPSi

Quanto à *Oficina do Brincar*, fugindo à lógica do “a qualquer técnico é possível qualquer atendimento” e “tudo que se faz aqui é terapêutico”, seus primeiros oficinairos demarcamos desde o início nossa filiação ético-teórica com a psicanálise. Conforme sustentávamos já neste começo, a especificidade do tratamento de crianças que ainda não falavam nem brincavam referia-se à necessidade de que destes tratamentos participassem técnicos que considerassem a constituição subjetiva. Em outras palavras, a indicação que nos parecia ideal²³ era a de que os casos fossem acompanhados por um terapeuta cujo atendimento comportasse um repertório clínico *instrumental* sem perder de vista o *estrutural*.²⁴

Este posicionamento ético-metodológico era público, mas contrapunha a inespecificidade de diversas práticas para-clínicas lá realizadas e, também, fazia hesitar a imagem mítica identificatória da equipe, gerando queixas eventuais e difusas (mas permanentes). De certa forma, esta posição dos oficinairos acabou sendo sustentada de

²³ Tanto aquela instituição, o CAPSi, quanto nós, os próprios técnicos, éramos iniciantes no trabalho em saúde mental e, ainda, de crianças tão pequenas. Posteriormente, já com uma trajetória de cinco anos de trabalho e com um número maior de técnicos aventureiros no acompanhamento de pacientes tão pequenos e com tanto prejuízo, os PTS para esses casos são elaborados de outro modo, contemplando uma maior amplitude e diversidade das ações de atenção psicossocial (intra-institucionais ou extra-institucionais). Contudo, ainda assim, a distância entre a clínica visada e a clínica possível ainda é grande e suas tentativas de aproximação são justamente o motor da inventividade das intervenções e dispositivos criados.

²⁴ Conceitos conjecturados por Coriat e Jerusalinsky (1982). Em bebês e crianças, ambos aspectos estão bastante misturados, mas didaticamente podemos dizer que a constituição estrutural refere-se basicamente ao campo do sujeito de desejo pelo ingresso na linguagem e cultura; A constituição instrumental, à habilidade e instrumentos para “participar” da cultura (por exemplo, aprendizagens comportamentais, habilidades motoras, fonarticulatórias, atividades da vida diária, etc).

modo exageradamente recrudescido, impermeável às queixas dirigidas ao dispositivo, de modo que a *Oficina do Brincar* por muito tempo permaneceu na mesma condição institucional que as outras atividades, ilhada do e no CAPSi.

A demarcação desta posição abria uma delicada, mas emblemática questão do que estava em jogo na diversidade de posições discursivas na equipe, a que propomos condensá-las em dois entendimentos: a falta de laço e a falta-de-laço.

4.6 Falta de laço e falta-de-laço

Diante de uma criança com dificuldades de interação social e no uso dos pactos sociais, a divergência na leitura clínica entre os técnicos do CAPSi pode ser expressa entre a leitura que mirava a falta de laço social de uma criança pela precariedade da inscrição subjetiva da alteridade simbólica (do laço com o Outro) daquela outra que mirava o entendimento disciplinar pela falta-de-laço.²⁵

Nesta concepção da falta-de-laço, as terapêuticas propostas objetivavam prioritariamente o atendimento às regras, à hierarquia (técnicos *versus* pacientes/família), e uma docilização dos corpos. Isso se dava através de uma grave confusão que embasava intervenções que objetivam interditar uma manifestação “inadequada” dos pacientes através do exercício do autoritarismo do técnico para com as crianças e com os pais dessas. Isso se dava de modo por vezes menos, por vezes mais impositivo (quase caricato, militaróide), em práticas para-clínicas que visavam simploriamente “instruir” e “bem educar” e, ainda, confundindo autoridade e autoritarismo (aliás, questão atualíssima no cenário político brasileiro atual).

Quando baseados nesse entendimento, os técnicos tomavam a palavra, pois acreditavam que a fala é apenas aquela de um adulto para a criança, excluindo a esse adulto que fala e à criança (que, para ele, “deve” escutar), a dupla posição que o falar e o

²⁵ Falta-de-laço é uma expressão tipicamente gaúcha e comumente usada. “Laço” é uma corda feita de couro trançado e normalmente utilizada para capturar e/ou prender um animal que está solto e irá, por exemplo, para o abate; Essa ação com o laço chama-se “laçar” ou “enlaçar”. Porém, a expressão falta-de-laço remete tanto ao “enlace” que faz a contenção do animal, quanto ao substantivo “laço” que, segundo o *Dicionário Gaudério* (2007), remete ao açoitamento ou à pancada dada com o laço para puni-lo ou adestra-lo. No uso cotidiano, a expressão falta-de-laço evoca a imagem de uma pessoa que, na ausência de castigos físicos na educação recebida, é indisciplinada. Assim, este jargão é comumente utilizado para referir-se a crianças em que se supõe uma criação excessivamente permissiva e que, portando, deveriam receber um laço/laço (serem batidas, numa punição física ou outro tipo de castigo) para serem corrigidas e, portanto, educadas.

escutar estruturalmente comportam.²⁶

Esta posição de mestria também se embasava no entendimento de que aqueles pequenos que não se curvavam ao pacto social tinham, em todos os casos, o gozo de transgredir e, por isso, esses técnicos acreditavam que deveriam “enlaçá-los”, corrigi-los e diminuir as experiências prazerosas das crianças, como a de brincar, por exemplo.

“Dar laço”, enlaçar, desde outra perspectiva, pode ser uma operação clínica que contemple um acolhimento do sujeito que difira de uma permissividade ilimitada, podendo ser o exercício da autoridade da interdição simbólica, e não pelo autoritarismo, e essa diferença por vezes é tênue. Talvez principalmente diante de crianças que ainda mal brincam ou falam, com toda a conseqüente e bagunçada errância desses pequenos na geografia institucional e pela falta de laço com a alteridade, a confusão destas duas concepções pode ser ainda mais desastrosa. Queremos chamar atenção ao fato de que num trabalho em que nos fazemos tão presentes por ser preciso emprestar muitas palavras às crianças, antecipando-lhes sentidos para tentar uma forçagem significativa preliminar, podemos acabar, ao invés de emprestar essa palavra, tomar-lhes a palavra.

Provavelmente, a leitura da falta-de-laço por alguns técnicos partisse da hipótese desavisada de que a uma criança que não fala não tem como ser escutada e, assim, caberia o imperativo de ouvir o outro (o “adulto” na figura do técnico), que, por consequência a essa hipótese, lhe dirigirá falas imperativas, objetualizantes e alienantes. Tal manobra, assim, acabava recolocando esses sujeitos na mesma posição em que eles já ficavam na linguagem, por serem precariamente faladas por seus cuidadores).

Cenas embasadas na falta-de-laço geravam certo mal-estar na equipe, mas se repetiam rotineiramente. Contudo, como a via disciplinar mostrava-se rapidamente desastrosa principalmente nos quadros de autismo e psicose dos pequeninos, isso fez com que um restritíssimo número de técnicos se ocupassem destes nos atendimentos individuais (pois esses mesmos faziam questão de realizar esses atendimentos, para alívio também de boa parte da equipe). Obviamente, nessa “formação de compromisso”, em pouco tempo não tínhamos mais como absorver novos pacientes e, como já referimos, a *Oficina do Brincar* vem nessa sequência.

Posteriormente, com a *Oficina* já em andamento, o tensionamento quanto às

²⁶ Aquilo a que o conceito de “escuta” em psicanálise remete. O tratamento psicanalítico libera essa escuta, pois que o psicanalisante, ao ter a experiência de ser escutado, pode, de modo análogo, calar-se, dando a palavra às crianças ou ainda, falar às crianças para que elas sejam convocadas a tomar a palavra e dizer o que não estão conseguindo. Quanto a isto, a psicanálise, seja nos atendimentos, seja na supervisão, tem uma contribuição ímpar na clínica da loucura.

concepções de intervenções, da falta de laço e falta-de-laço, também era o motivo de restrição de entrada de outros técnicos na oficina (de modo que também criou-se um “nicho” em que o trabalho ali realizado acabava tornando-se uma ação quase que exclusiva dos seus oficinairos, tal qual o *modus operandi* sintomático das outras atividades deste CAPSi). A diferença era que os fundamentos metodológicos deste dispositivo, como dissemos, não eram clandestinos, pelo contrário. Inclusive por ser um campo de formação com ingresso de muitos residentes (tanto quanto oficinairos quanto na discussão e estudo realizados depois), essa era uma atividade em permanente discussão (o que, por si mesmo, já se consolida como um eixo metodológico, conforme citaremos adiante novamente).

A partir desta contextualização institucional e da trajetória (e lugar) da *Oficina do Brincar* no CAPSi, contaremos mais detalhadamente desta atividade.

5 A OFICINA DO BRINCAR

A *Oficina do Brincar* foi elaborada já no ano de abertura do CAPSi. Na época acontecia uma chegada volumosa de pacientes com diagnóstico psiquiátrico prévio de autismo. Dentre esses pacientes, havia três meninos muito pequenos (entre 2 anos e meio e quase 4 anos de idade), já avaliados pela equipe interdisciplinar do CAPSi e cujo PTS havia sido pensado, após algumas entrevistas iniciais, em ser desenvolvido na modalidade de acompanhamento individual psicanalítico comigo ou com a TO (também psicanalista), quando possível, segundo o modo de trabalho que começou a se estabelecer (como referido no capítulo anterior).

Como consequência da centralização do acompanhamento desses casos muito graves em apenas duas técnicas, logo se esgotaram as vagas para atendimento individual. Diante disso, decidimos iniciar aquilo que seria um dispositivo coletivo de frequência semanal, a *Oficina do Brincar*, mas com a finalidade apenas de realizar o acolhimento imediato daquelas três crianças que, pela gravidade e idade, deveriam logo ingressar na instituição e iniciar as ações de acompanhamento em saúde mental. Dito de outro modo, a delimitação da indicação para ingresso na *Oficina do Brincar* foi, inicialmente, uma opção improvisada, provisória e alternativa ao atendimento psicanalítico individual (ou seja, intervindo tanto o âmbito instrumental quanto o estrutural) para o qual ingressariam essas crianças bem pequenas, “autistas graves” que “não brincavam, não socializavam nem se comunicavam”, como eram ditos.

Dessa maneira, o acolhimento na *Oficina* seria imediato, mas sendo esse ingresso entendido apenas enquanto uma espera pelo início do que entendíamos como um tratamento clínico propriamente dito. Pensávamos que, caso a entrada na *Oficina* se mostrasse interessante, esse dispositivo poderia fazer parte do PTS enquanto uma ação complementar de acompanhamento, mas não a principal ou, como acabou acontecendo, a única ação terapêutica disponível para aqueles novos pacientes.

5.1 A construção de um dispositivo clínico imprevisto

É interessante salientar o quanto a própria constatação dos efeitos terapêuticos deste dispositivo pegou os técnicos de surpresa, pois, como dito anteriormente, havíamos inventado um dispositivo sem ambições clínicas. Eis, então, que os técnicos se flagram nesse equívoco, topando com uma suspensão do já-sabido (*dèjà-vu*) dos referenciais com

os quais contavam até então para que se precipitasse um não-saber pela brecha daquele acontecimento espantoso.

Ao mesmo tempo, é nessa experiência de surpresa – ao se deparar com o início da emergência de um brincar evidente nas crianças – que os oficinairos reencontram o nome de batismo do dispositivo, *Oficina do Brincar*. Este estranho familiar, que, como na disposição à surpresa e na posição serendipitosa (apresentada no Capítulo da Metodologia desta dissertação), emerge enquanto um acontecimento inesperado, mas desejável.

Já nos primeiros meses de trabalho, começaram a emergir nas crianças comportamentos tais como os primeiros momentos de significação lúdica – por exemplo, fazer de um objeto um brinquedo - mesmo que ainda não ainda enquanto uma brincadeira ou faz-de-conta propriamente ditos, com uma figurabilidade reconhecível.

Além do mais, ainda que os tipos clínicos das crianças que frequentavam a *Oficina* a partir da sua segunda edição já fossem bastante heterogêneos, frisamos que houve importantes conquistas mesmo na primeira edição, como veremos no caso Róger. Aliás, Cristina Kupfer (2010), retomando uma observação de Mannoni, é enfática ao lembrar, sobre grupos de crianças autistas e psicóticas, que se todas as crianças do grupo não falam, é bem possível que jamais falem, pois, segundo a autora, seria preciso tanto adultos que falem com elas quanto crianças falantes entre si. Conseguimos algo diferente na *Oficina do Brincar* desde o início.

Diante disso, buscamos melhor elaborar a direção desse trabalho supervisionando-o²⁷ com uma psicanalista que era coordenadora, na época, de um CAPSi de referência no estado. Lá tivemos conhecimento de que um dispositivo como a *Oficina do Brincar* não era tão novo no campo da saúde mental como supúnhamos. Naquela instituição, cujo trabalho era sempre transversalizado pela psicanálise, realizava-se um grupo parecido, com a diferença de que era conduzido por psicólogos e realizava-se de modo condicionado e complementar aos atendimentos individuais e às entrevistas clínicas com os pais (ações que não conseguíamos abranger em nosso CAPSi).

A partir desta supervisão, começamos a elaborar e identificar os eixos metodológicos daquele trabalho que iniciávamos, afirmando a direção clínica de sua terapêutica pela psicanálise. Apesar de não contemplarmos, neste momento inicial do dispositivo, outras atividades e atendimentos para além da *Oficina*, esta intervenção

²⁷ Supervisão clínica privada.

continuava propiciando mudanças crescentes naquelas crianças em pouco tempo de trabalho.

Apenas depois de certo tempo de trabalho que os técnicos da *Oficina* puderam dimensionar melhor o impacto e a extensão do dispositivo, e por uma via não menos interessante: a partir da narrativa dos familiares dos pacientes e dos outros técnicos da equipe (que não participavam da *Oficina*), ao se referirem às mudanças notadas nas crianças. Nessa narrativa, identificavam claramente a realização de momentos de brincadeira com os demais e o uso de alguns brinquedos, a diminuição progressiva de estereotípias e da agitação psicomotora, incremento do contato e interação social (com aquisição progressiva da fala), assim como um outro uso do espaço físico do CAPSi – já ocupando preferencialmente os espaços que sediavam a *Oficina*, não mais tão errantes. Além disso, contavam – mesmo os técnicos menos familiarizados com as crianças – da percepção de maior expressividade e comunicabilidade dos gestos e comportamentos das crianças.

Não que esses comportamentos fossem ignorados pelos oficineiros nos atendimentos, mas foi preciso que esses outros lhes dissessem estupefatos e admirados “Esta criança agora é *outra* criança!” para que fosse possível reconhecer definitivamente a seriedade clínica da *Oficina do Brincar* e, assim, de certo modo, “oficializá-la” como uma atividade passível de indicação para tratamento em saúde mental. Justamente no contexto institucional antes descrito – em que havia certo incômodo com o modo dito muito “protegido” no qual trabalhávamos²⁸ - esse reconhecimento, quando vindo da equipe, de algum modo reinstaurava a legitimidade da terapêutica da *Oficina* e a reposicionava no CAPSi.

²⁸ Algumas das questões colocadas (e, deveras, sua pertinência mobilizava os oficineiros a sustentarem clinicamente suas escolhas metodológicas): por que tantos técnicos para poucas crianças? Por que oficineiros fixos e contínuos (sem possibilidade de outros ingressassem por período curto ou para “observação”)? Por que tantas entrevistas de avaliação para compor o PTS (geralmente, para grande parte da equipe era suficiente apenas uma entrevista)? Por que circunscrever um público-alvo e não, simplesmente, ser esse uma atividade para qualquer paciente? Por que as crianças não estão todas medicadas? Por que ficar “fazendo recreação” com elas? Por que tanto barulho, bagunça, circulação pelo estabelecimento? Por que não são “firmes” com a “falta-de-limites” delas? Por que estão sendo atendidas no CAPSi e não na APAE, já que nunca serão “funcionais”? Por que não resolvem as “crises” com as contenções (mecânicas e físicas)? Por que possibilitar que esses pacientes peguem brinquedos emprestados do CAPSi? Por que auxiliam até na alimentação e higiene (idas ao banheiro) quando isto é tarefa dos pais? Por que não dizem aos pais como se educa uma criança? Por que valorizar essa tal “transferência” e “vínculo” quando eles precisam do contrário, de independência?... Enfim, estas são algumas das perguntas que, ainda que na dureza de suas colocações, compuseram um delineamento clínico-metodológico do dispositivo e suas mudanças ao longo dos anos.

5.2 Do início das elaborações teórico-clínicas de sua terapêutica

É na ampliação da interlocução das questões metodológicas desse dispositivo na equipe que este passa por mudanças importantes, citadas a seguir. Podemos dizer que é na medida em que o saber produzido sobre a *Oficina* é fruto de uma dialética com instâncias de fora dos muros da instituição, a saber, um outro CAPSi e a universidade, é que, no retorno, há uma outra receptividade e interesse da equipe quanto às notícias que trazíamos da *Oficina* nas reuniões. A *Oficina* fica cada vez menos foracluída da estrutura institucional, o que propicia duas grandes mudanças quanto ao seu eixo inicial de trabalho.

A primeira, quanto ao corpo técnico, já que colegas e residentes de outras áreas, como enfermagem, educação física e artes visuais (e mesmo sem conhecimento inicial quanto à psicanálise), passam a integrar a *Oficina*, possibilitando inclusive mais que dobrar o número de pacientes inseridos na atividade. A condição de fazer parte do trabalho era, então, não mais o conhecimento prévio da constituição do sujeito (na psicanálise), mas a disponibilidade de realizar um trabalho coletivo, afinado sim com a escuta do sujeito (realizada nas discussões clínicas e estudos logo após a atividade), mesmo que partindo de campos epistemológicos diversos.

A outra mudança foi quanto ao público-alvo da *Oficina*, que recebia quadros graves do que parecia nos indicar para uma estruturação no autismo e psicose, divulgando esse parâmetro diagnóstico (e essencialmente psicanalítico) para a equipe. Posteriormente, a *Oficina do Brincar* passa a ser apresentada como um dispositivo para crianças pequenas “que *ainda* não brincam”. Mesmo que o conceito de “brincar” para a psicanálise tenha um entendimento e uma amplitude que nos apontaria uma impertinência do termo “não brincar”, o efeito discursivo que esse outro parâmetro teve para a equipe e familiares foi fundamental para que o entendimento do dispositivo não ficasse condicionado ao conhecimento da psicopatologia estrutural, psicanalítica, e que não se promovesse a identificação das crianças por uma “rotulagem” diagnóstica. Além disso, a proposição formulada implica uma temporalidade própria da antecipação que indica um brincar por vir ou já nascente, de certo modo colocando a proposta terapêutica da oficina em uma posição discursiva coerente com a sua ética, que é a da aposta de que um sujeito advirá.

Segue-se a essa reformulação da *Oficina* a entrada de pacientes em posições discursivas bastante diversas, mas com impossibilidades graves no desenrolar do ato de

brincar. Reunimos essas crianças, portanto, num conjunto conceitual a que nos referimos nesta pesquisa enquanto sujeitos em condição holofrásica e/ou para-gramatical.

5.3 O contexto social, as famílias e o lugar de onde eram faladas estas crianças

As crianças deste CAPSi vinham de uma região da periferia da zona norte da cidade de Porto Alegre que é marcada por pobreza e vulnerabilidade, ainda que não se trate – no caso do público da *Oficina* especificamente – de famílias em situação de miserabilidade. Todos esses pequenos pacientes vieram encaminhados da Atenção Básica (Unidades Básicas de Saúde e das Estratégias de Saúde da Família²⁹). A hipótese de necessidade de tratamento no CAPSi fora iniciado ou por professoras das pré-escolas comunitárias que alguns frequentavam (orientando a família a buscar a avaliação³⁰ na Atenção Básica) ou pela própria equipe dos postos de saúde, em situação de consulta de rotina. Todos os pacientes apresentavam critérios de complexidade e gravidade³¹ em saúde mental claramente suficientes, de acordo com a equipe do CAPSi, para o ingresso na instituição, mas, como dito em outro momento, pouco se sabia sobre as indicações terapêuticas possíveis para aqueles casos e, talvez, menos ainda para a singularidade de cada caso, o que deu margem para a possibilidade da inventividade em seus atendimentos.

Em relação às suas famílias, esses pequenos pacientes que frequentam a *Oficina* encontravam-se, geralmente, em configurações narradas por suas mães/cuidadoras em tom de solidão e exclusividade em relação à criança (“Somos só nós dois”, dizia uma delas). Acrescento que essas mães pareciam melancolizadas e referiam laços frágeis com a vida: a referência à ideia de suicídio ou mesmo a tentativas realizadas eram presentes, mas localizadas na discursividade materna como ideias/atos interditados após o nascimento dos filhos em questão já que (em uma construção muito frequente) “ele vai precisar de mim pra sempre”.

²⁹ A região de abrangência do CAPSi, apesar da quase inexistência de opções para a comunidade em termos de lazer e cultura, possui uma cobertura interessante na área de saúde. Nela está o maior complexo hospitalar do estado e trinta e três postos de saúde, sendo alguns municipais (e com equipe mínima) e outros federais. Estes fazem parte do mesmo grupo hospitalar federal ao qual pertence o CAPSi em questão neste trabalho.

³⁰ O modelo de avaliação utilizado por cada unidade é variável, mas vem sendo composto em reuniões de matriciamento com o CAPSi.

³¹ “Complexidade” e “gravidade” são critérios de ingresso elaborados nesse CAPSi, numa tentativa de reconhecer índices interdisciplinares que contemplem tanto as questões do campo da vulnerabilidade e exclusão social quanto as do sofrimento e da psicopatologia (tanto as questões psiquiátricas quanto as psicanalíticas).

Esse escasso laço com a vida se evidencia após a morte de Serafim, caso que será descrito mais adiante. Após seu falecimento, fez-se uma intervenção pontual, em grupo, com todas as mães/cuidadoras dos pacientes da *Oficina*. Nas narrativas a partir desse luto que é a morte de um filho, produziram-se falas que confidenciavam histórias familiares e próprias de suicídios (realizados ou ideados) e de outras perdas que pareciam muito pouco elaboradas. Na medida em que iam sendo contadas é que passavam a se revestir com as marcas do traumático e, assim, passavam a integrar um outro registro, aquele a partir do qual uma dor pode ser sentida e falada, não mais só repetida. Assim, esse traço que também se evidenciará no caso Vince, o de *serem indispensáveis* para essas crianças, vetorizava-se como sentido único de um laço com a vida: pai e mãe nunca poderem ser dispensados, “abandonados”, como formula Julien (2000).

Em linhas gerais, Philippe Julien (2000), em seu livro *Abandonarás teu pai e tua mãe*, interroga o que uma geração deve transmitir à seguinte para permitir a esta abandonar aquela. A isso o autor responde formulando a trajetória da instauração da Lei do Desejo para que o filho possa, posteriormente, abandonar a família de origem e, a partir de uma conjugalidade (extra-familiar e privada), fundar – publicamente – outra família, numa saída bem-sucedida para a relação do desejo com, atrevo-me a dizer, a cidadania.

Se os pais não se colocam em posição de serem dispensados, obviamente, advirão as consequências da não-realização da transmissão fundamental da herança simbólica – a falta – que condiciona o laço com a alteridade e com o *tempo*, especialmente o tempo da finitude e da transitoriedade. Sem isso, a criança fica sincronizada com o Outro por não ter sido possível que lhe fossem apresentados os elementos que a introduziriam na cultura para que, num futuro (já ensaiado como futuro anterior desde o início), ela mesma possa ir tomando a palavra.

Não queremos com isso culpabilizar as mães ou desconsiderar que os pequenos recém-chegados na cultura também podem, muito ativamente, recusar a herança simbólica da palavra que lhe chega ou mesmo não entrar em contato com ela por limitações orgânicas (sabemos o quanto a mutualidade da interação entre o bebê e seu Outro primordial é fundamental). O importante aqui é apontar essa configuração muito particular da palavra e da posição em que as mães desses pacientes da *Oficina* se encontram – naquele momento, ainda que a partir de uma etiologia diversa – em relação aos filhos e que acaba sendo uma consequência comum nos casos das psicopatologias graves em que as crianças não falam, não brincam. A possibilidade de uma criança

começar a brincar significa que ela, por estar submetida ao código lexical a partir do simbólico, pôde “jogar” com o lugar que esse código lhe determinou, reencontrando a falta-de-sentido que a própria palavra porta enquanto significante. Mas para chegar a isso, o dom da palavra tem que lhe ter sido transmitido de um modo que pôde ser recebido, indo ao encontro de um *infans* disponível, que fará seu primeiro ato como sujeito, que é o de assujeitar-se, dizendo “sim” à *Bejahung* primordial.

Com essas mães, percebíamos que a palavra não (ou não mais) operava enquanto alteridade, não sendo tomada como meio de uma transmissão a ser realizada (ou retomada). Tratava-se da palavra *amortecida*, já conhecida, conjugada com a pulsão de morte em sua expressão de uma compulsão a uma repetição em que não é possível um filho ser visto de outro modo que não por um *déjà vu*, em que nada de novo e singular é reconhecido nesse recém-chegado na cultura e que está com a subjetividade nascente. A palavra enquanto significante vem a simbolizar (indicar) o que não é ainda e, para transmitir esse dom que é a falta, é preciso que aquele que doa possa não se confundir com aquilo que transmite, doando-se por inteiro, como estavam fazendo essas mães em seu gozo sacrificial.

Nesse contexto, era notável outra característica muito importante dessas mães: a seriedade, ou seja, a predominância de um estilo psíquico funcional ou mesmo operatório, com enxugamento dos processos psíquicos análogos ao brincar infantil, como o fantasiar, devanear ou, até mesmo, do uso do humor pelo uso chistoso da palavra. A referência a lembranças de cenas de brincadeiras ou jogos em suas infâncias eram raras e pouco detalhadas e, por vezes, evocadas com constrangimento, como se se tratassem de uma “inadequação” frente à vida de trabalho excessivo de seus próprios pais. Quando essas mães ficavam com suas crianças nos atendimentos ou encontros festivos do CAPSi, chamava a atenção a inabilidade destas frente ao brincar dos filhos, verdadeiramente não conseguindo “entrarem na brincadeira”, produzirem um faz-de-conta, divertirem-se em um jogo, em um momento compartilhado.³²

Além disso, essas mães pareciam também não conseguir se ocupar (ou não se reconheciam) em outros lugares no social, nem em relação às suas próprias famílias, nem relação ao trabalho (muitas vezes garantindo a subsistência por benefícios sociais, mais

³² Os eventos festivos do CAPSi, como nos aniversários da instituição e nas festas juninas, eram preciosos momentos em que a equipe, por ser também bastante animada, convocava essas mães a participarem, fosse através das danças, das brincadeiras ou do divertimento e prazer do convívio. Diga-se de passagem, com o tempo, muitas delas passaram a ser *experts* na “dança das cadeiras”, realizada com as mães e os técnicos, divertimento cujo alcance clínico (ou “clínico”) era impressionante.

especialmente e recentemente os relativos ao diagnóstico de “autismo” do filho).³³ A partir dessa posição discursiva, de exclusão e exclusividade, era muito difícil para essas mães lerem as manifestações dos seus filhos enquanto suposição de atos de linguagem e, portanto, com conteúdo de fala e a alguém dirigidos (e nem a elas mesmas), também pouco dirigindo-se aos filhos.

Ainda somado a isto, essas mães pareciam poder só operar num único registro, binário: ou o de mãe (apenas na *parentalidade*, conforme teorizado por Philippe Julien, 2000)³⁴ ou o de mulher (apenas na *conjugalidade*, conforme o mesmo autor); quando tratava-se de um casal, ainda assim era evidente um discurso que necessariamente depunha o lugar erótico da conjugalidade, de modo que parecia referir-se, deveras, a relações familiares estabelecidas a partir de um laço fraterno, no sentido de que pouco se apresentava para a crianças as referências simbólicas do sexo e da morte. Sem as balizas oferecidas pelos indícios do sexual – enquanto gozo do qual a criança necessariamente não participou nem participa – e da sua finitude – a crianças conta com poucos recursos para o nascimento do desejo e da subjetividade, na medida em que pouco consegue expandir a ficção de si mesmo (e de suas teorias sexuais infantis) que possibilitará sustentar um destacamento da alienação ao desejo do Outro e, com isso, o brincar.

No CAPSi, a escuta dessas mães deu-se principalmente nas entrevistas clínicas iniciais e, a partir do ingresso de seus filhos na *Oficina do Brincar*, ficou limitada a entrevistas eventuais com o técnico de referência ou a momentos em grupo realizados semestralmente. No início, essa restrição ocorreu devido ao número insuficiente de técnicos para desenvolver o trabalho, limitando o campo de ação. Assim que a *Oficina* passou a ter outra abertura, recebendo residentes e técnicos de outras áreas, tentamos consolidar um trabalho específico com essas mães com uma outra psicanalista que passou a integrar a equipe posteriormente. Contudo, como no horário da *Oficina* (quando as mães estavam disponíveis) havia um grupo para familiares de confecção de artesanato (e que, pela frequente desistência dos seus participantes, estava com vagas sobrando), a equipe entendeu que haveria sobreposição de grupos equivalentes, por visarem um público

³³ Apesar de não fazer parte do escopo desse trabalho, mereceria nota especial a identificação dessas mães com o termo “mãe de autista”, considerando o *Zeitgeist* da nossa época, de onde essas crianças (e suas famílias) falam e são faladas a partir dessa designação que tem consequências clínicas, jurídicas, escolares e em diversos outros estratos, além de um lugar de reconhecimento no discurso social.

³⁴ A partir da perspectiva dos termos “público” e “privado” em relação à conjugalidade e à parentalidade, Julien (2000) fundamenta a tese de que o sucesso da parentalidade é quando ela se dá a partir de uma conjugalidade: uma mãe ser também mulher, exercendo sua sexualidade no âmbito conjugal.

semelhante.³⁵ Com isso, contraindicou-se a abertura do dispositivo grupal que havíamos elaborado para um trabalho bastante diferente que se faria com a palavra e com as narrativas ali produzidas.

Outra dificuldade era a de essas cuidadoras acessarem o CAPSi para serem escutadas sem seus filhos. Mesmo os encaminhamentos feitos para essas mães para algum atendimento em saúde mental ou inserção em atividades disponíveis fora do CAPSi eram impossibilitados por um conjunto de dificuldades tanto financeiras (para o pagamento do ônibus) quanto por não haver com quem deixarem os filhos, ou, ainda, por não conseguirem suportar serem escutadas desde uma posição que, a princípio, não lhes parecesse atrelada diretamente aos seus filhos (como o CAPSi e a escola) ou que não lhes convocasse pelo signo da maternidade.

5.4 A proposta terapêutica da *Oficina do Brincar*

Como dito antes, a partir da trajetória de início de formalização clínico-conceitual deste dispositivo, o público-alvo da *Oficina* é renomeado, designando para “crianças pequenas que *ainda* não brincam”, já que o objetivo terapêutico da *Oficina* passa a ser entendido como a promoção e consolidação do brincar (conforme detalharemos a seguir), entendendo-se este brincar enquanto um ato que é feito de que um sujeito pôde advir.

³⁵ Lembrando que a maior parte dos técnicos não conheciam (e outros, nem se interessavam por conhecer) o campo de terapêuticas a partir da psicanálise, não considerando a diferença metodológica abismal entre o dispositivo que já havia e o que tentamos inaugurar.

6 DO BRINCAR EM “CRIANÇAS QUE AINDA NÃO BRINCAM”

A indicação terapêutica da *Oficina do Brincar* enquanto uma intervenção para “crianças que *ainda* não brincam”, como dissemos, foi construída na instituição depois de um tempo de trabalho. Esta proposição acarreta efeitos discursivos, primeiramente, quanto a uma posição de antecipação e aposta de que um brincar advirá nessas crianças (como falaremos adiante sobre os eixos metodológicos da *Oficina*). Além disso, aponta um público-alvo não parametrizado pelo diagnóstico (autismo, psicose etc.), e sim para praticamente um índice observável do brincar (figurado no faz-de-conta), o que facilita a comunicação da proposta da *Oficina* a qualquer campo disciplinar e para a comunidade.

Mantivemos neste trabalho essa proposição, “crianças que *ainda* não brincam”, para nos referirmos aos objetivos da *Oficina*, mesmo considerando, como dito em capítulo anterior, a impropriedade que essa proposição traz quanto ao entendimento psicanalítico do que é o brincar infantil, ou o ato de brincar, uma vez que não é do campo comportamental e nem algo restrito ao faz-de-conta propriamente dito, como discorreremos neste capítulo.

Além disso, este trabalho redesenhará o público-alvo da *Oficina* à luz da teoria psicanalítica, de algum modo tangenciando a referência ao diagnóstico estrutural (autismo, psicose, debilidade mental, neurose) ao optar pelas noções de *condição holofrásica* e de *para-gramaticalidade*.

Este trabalho propõe, portanto, e não sem risco, essas duas noções pouco correntes, esses dois fragmentos conceituais enquanto, como já dito, facilitadores epistemológicos para aludir a esses sujeitos cujo brincar (sua ausência ou limitada ficcionalização) nos indica sérios entraves na passagem do ser falado (*infans*) ao ser falante (*falasser*). Em relação a essa direção terapêutica é que apresentaremos nossas considerações teórico-clínicas para indicar que a *Oficina do Brincar* opera como um *dispositivo lógico-lexical* (o terceiro fragmento a se juntar a este ensaio), retomando os conceitos psicanalíticos do brincar infantil e da estruturação do sujeito do inconsciente na linguagem.

6.1 Freud e o brincar infantil

O brincar infantil é referido em alguns momentos do texto freudiano. Contudo, é especialmente na obra em que Freud apresenta a problemática da pulsão de morte, em *Além do princípio do prazer* (1920), que ele contextualiza a noção do *fort-da*. Freud (1920/1996a) percebe neste jogo que, assim como observara nas neuroses traumáticas (neuroses de guerra), havia uma tendência a repetir situações que geravam desprazer. Com isso, formula que o brincar infantil não seria regido pelo princípio do prazer, mas por algo além, ligado à ideia de compulsão à repetição (*Wiederholungszwang*). Contudo, Freud nos apresenta essa emblemática cena lúdica como sendo a grande conquista cultural da criança: um movimento de elaboração capaz de fazer frente à pulsão de morte.

Essa repetição no brincar, então, teria a função de rememorar uma vivência dolorosa – no caso do jogo do *fort-da* observado por Freud, seu neto repetiria na brincadeira com o carretel a cena dolorosa de separação da mãe –, possibilitando a brecha para uma diferença, pela elaboração, dando a essa vivência outros destinos e outros sentidos.

Ao recordarmos a comparação de Freud (1908/1996b) entre a criança que brinca e o criador literário, que “arranja as coisas de seu mundo *numa ordem nova*, do seu grado” (FREUD, 1908/1996b, p. 327, grifo nosso), percebemos que o que está em jogo nessas produções é, portanto, a passagem a outra coisa, a partir de uma criação que subverte a ordem das representações do mundo psíquico ao inventar para ele, nesses deslocamentos, uma outra cena. É possível destacar variados episódios do brincar infantil na obra freudiana que, em seu conjunto, remetem, segundo Vorcaro e Veras (2011), a essa ideia do brincar com a formação de uma série substitutiva (de modo equivalente à alucinação da satisfação, à fantasia, ao devaneio e ao chiste, por exemplo). Dito de modo simples, o brincar, ao colocar em operação os deslocamentos remetidos ao desejo, cria substitutos ao objeto de desejo perdido. Aliás, essa “ordem nova” também se refere à temporalidade característica do brincar, em que, como no devaneio ou na fantasia, “passado, presente e futuro são como que perfilados na linha do desejo que os atravessa” (FREUD, 1908/1996b, p. 332). A criança, assim, está sempre brincando de “ser grande”, representando-se em diferentes perspectivas temporais, tal como pode ser ilustrado pelo tempo verbal do futuro anterior, como escreveremos em seguida.

6.2 A arte (surpreendente) do brincar

É através da produção e expansão ficcional que tanto a arte quanto o lúdico contornam o fosso³⁶ da ausência do objeto da qual o sujeito se destacou, saltando numa torção subversiva da “ordem” estabelecida.

Portanto, a arte do brincar, se assim podemos chamar, tira sua matéria-prima do retorno, ou melhor, como Didier-Weill (1997, p. 27) refere poeticamente, da “remontagem a um começo de tempo [subjetivo] a partir do qual o que não existia ainda é levado à existência e que continua a começar”. Assim, o brincar opera, segundo esse autor, por remeter o sujeito ao tempo de sua própria criação, de onde ele advém *ex nihilo*,³⁷ como diria Lacan (1959-1960/2008), num ato que recorda sua dívida em relação aos bastidores originários da sua própria criação. Podemos acrescentar que esses bastidores da palavra seriam como um lugar fora da cena do palco, inóspito à palavra, mas da qual ela mesma foi extraída para advir e fundar a existência desse sujeito.

Esse ponto de partida mítico do sujeito, em sua anterioridade à palavra, é lugar de absoluta indeterminação da sua posição diante do Outro, de modo que a remontagem (ou seja, remontagem ficcional) a esse tempo tem igualmente uma função indeterminante. A ficcionalização desestabiliza o ponto de identificação que solidifica o sujeito na sua miragem imagética, recolocando-o no espaço (projetivo) por uma “inconformidade”, no sentido da “falta de forma” que a subversão lúdica produz com seus deslocamentos e em sua incidência nos referenciais do tempo e espaço.

Nesse sentido, o brincar, para Didier-Weill (1997), é uma repactuação do sujeito com a palavra; Tal ancoramento na linguagem permite a um sujeito transgredir a materialidade do seu corpo de modo que, como no esconde-esconde, a criança acederá ao invisível, inaudível e ao “imaterial do não-ser”, na mesma medida em que vai dando materialidade e peso ao seu corpo, constituindo-o. Como afirma Pommier (apud FONTOURA, 2000, p. 31-32), também de modo próximo a essa função de indeterminação do sentido no lúdico, “desenhar, cantarolar e dançar são atividades inevitáveis de um corpo que se guarda ao se perder”.

O processo inventivo e criador de existência dessa arte do brincar tem em seu fundamento a *experiência da surpresa* (e sua disposição a ela), tal como formulada por

³⁶ Em referência às palavras de Lacan (1979, p. 63) quanto ao jogo do carretel, que, como ele diz, “é a resposta do sujeito para aquilo que a ausência da mãe veio criar na fronteira do seu domínio [a borda do berço]: um fosso”. Daí só resta à criança fazer o “jogo do salto”, como ele nomeia.

³⁷ Lugar da criação mítica, referindo-se a ele como o nada, o furo, o vazio em que se localiza *das Ding*, a Coisa nunca alcançada pelo desejo, que Lacan posteriormente formula como objeto *a*.

Didier-Weill (1997) e referido no capítulo da metodologia. É possível afirmarmos que a dimensão surpreendente do campo lúdico e artístico desperta um *Unheimlich*³⁸ cortante do tempo da previsibilidade de uma *Wiederholungszwang* que retornaria a si mesma. Portanto, a arte (surpreendente) do brincar produz uma balança entre o *déjà vu* e o *jamais vu*,³⁹ apontando para essa repetição espantosa, criadora de “recomeços”, que desvia a realização da pulsão de morte. Com essa balança, a compulsão à repetição pode apontar um “mais-além da repetição do mesmo, [na] repetição de um recomeço de uma coisa totalmente nova” (Didier-Weill, 1997, p. 32).

6.3 O *fort-da* e a operatividade do significante

Nesta dissertação, nos utilizamos do termo *fort-da* enquanto sinônimo do brincar infantil, *lato sensu*.

É importante ressaltar, porém, algumas noções do brincar infantil em sentido estrito. O faz-de-conta propriamente dito e os jogos de regras serão conquistas de um sujeito que já estabeleceu o brincar em sua capacidade de encenação e de compartilhamento com os outros. O *fort-da*, em sentido específico, é o marco estrutural do início do uso do significante pela criança, sendo a condição para a expansão ficcional que culminará naquele brincar bem estabelecido do faz-de-conta; Contudo, a emblemática conquista cultural da criança que é o *fort-da*, propicia que esse seja tomado de modelo para toda a extensão do brincar infantil e, por isso, seja usado em sentido equivalente. Além disso, cabe lembrar que o *infans* também se vale de uma diversidade de jogos⁴⁰ correlatos ao brincar e que são precursores do *fort-da*, como citaremos adiante.

Então, o *fort-da*, no sentido amplo do brincar infantil, é fundamentalmente, uma passagem para outra coisa, fazendo acessar, aparecer, figurar, aquilo que a palavra não acessa, não figura. Este processo será, então, consequência e causa da subjetivação, ao alçar o par “presença-ausência” do objeto a outro registro, o da linguagem.

Freudianamente, poderíamos dizer que, no psiquismo, o carretel poderá ser

³⁸ Freud fala no seu artigo de 1919, *O estranho*, do fenômeno neurótico de “retorno” ao momento já superado de uma especularidade primeira. O *Unheimlich* seria, portanto, uma faceta do sujeito que estava fora do olhar, nas sombras (e que ali deveria ter permanecido, nas palavras dele) e sempre retorna, como um estranho familiar que nos interpela.

³⁹ O já visto, já conhecido, enquanto o familiar, e o jamais visto, enquanto o desconhecido, estranho.

⁴⁰ Em geral, é possível identificar que os bebês iniciam esses jogos a partir de objetos situados no corpo próprio e no da mãe, estendendo-os, com a aquisição da dimensão espacial e temporal, para além dessas superfícies; a partir disso que arma-se as condições para que a criança constitua o *fort-da*.

inscrito no registro da representação do objeto perdido (no caso, a mãe que desapareceu). Já para Lacan, o carretel não é mais entendido como a representação da mãe, mas como aquilo que dela se destaca, enquanto objeto que foi extraído, o objeto *a*, causando e sendo causado pelo desejo. O *fort-da* mostra, assim, o tempo da própria operação de corte em que o sujeito aparece como efeito da extração de um objeto no Outro, litorando-o. Desse modo, o sujeito recém-chegado na linguagem vai fazendo um *topos*, desenhando um esboço lógico dos lugares de onde se olha à diferença do lugar de onde se é visto.

O carretel é, assim, algo que se destaca do sujeito, mas que ainda é dele, que ele ainda segura, está ligado. Com isso, será com seu objeto que a criança salta as fronteiras de seu domínio transformado em fosso, simbolizando a repetição da saída da mãe, repetição essa que causa uma *Spaltung* no sujeito, superada pelo jogo do lá e cá. O espaço e o tempo topológico, portanto, não estão mais demarcados pela presença/ausência do outro, mas pela perda da sincronia com ele para ganhar uma temporalidade que se inaugura após o circuito em que se vai do “cá” ao “lá” e seu retorno, como podemos ver nas duas voltas para que se retorne ao início da fita de Moebius (e ao que nos remete também aos tempos da pulsão): é preciso alternar de lugar com o Outro para constiur o lugar próprio.

Mais precisamente, a *Spaltung* que esse jogo visará será aquilo que, essencialmente, não está lá representado e que, ainda por cima, está em nível de um distanciamento em dobro do sujeito: é o que alude o conceito rebuscado de *vorstellungrepräsentanz*, o representante representativo da pulsão (a dupla volta, como veremos).

O distanciamento do sujeito daquilo que acaba representado será uma separação nunca concluída⁴¹ pois a relação do sujeito com seu objeto segue ligado por um fiozinho, o barbante a que a criança se amarra ao brinquedinho que aparece e desaparece, impossibilitando, em termos lógicos, a viabilidade do absolutismo da solidão (solidão sem resquício algum de alteridade).

Quanto ao nascimento do sujeito na linguagem, Lacan enfatiza da observação de Freud o distanciamento que o gesto da criança com o carretel vai tomando da enunciação vocálica do “lá-cá” – esses dois fonemas opostos que “são compostos pelos menores elementos discriminativos captáveis da semântica” (LACAN, 1966/1998a, p. 286). Com

41 Como diz Ana Costa (2001), ao utilizar-se da imagem da casa e do exílio para falar desta separação, afirma que esta operação instaura dois impossíveis: o de retornar à casa, e o de prescindí-la como origem.

esse distanciamento, o circuito enunciativo que a criança vai constituindo com os pares fonemáticos da presença-ausência vai começando, conforme D'Agord (2013), a ter vida própria, independente do gesto. O “brilho” dessa conquista seria relativo à comemoração da reencenação (da remontagem, como descrito) desse momento de criação em que o sujeito se distanciou do objeto, encontrando-se o sujeito nascente com o encadeamento de significantes, ou seja, passando o gesto para uma cena armada na e pela linguagem. A partir de então, só se aproximará do objeto seguindo seu rastro com a linguagem, de modo que dela nunca prescindirá, mas com ela nunca o reencontrará derradeiramente. Assim, o referido estabelecimento do circuito enunciativo produz um marco estrutural elementar da subjetivação, desde o qual, afirma D'Agord (2013, p. 438),

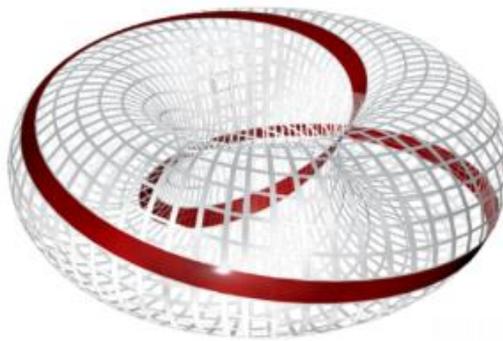
Desse momento em diante, o reencontro com o objeto será determinado pelo circuito: o circuito determina, portanto, o modo de gozo enquanto reencontro com a cena na qual o sujeito se separou do objeto, e que é justamente a cena na qual surgiu o sujeito. O sujeito surge desse corte, em que, pela linguagem, ele se separa do objeto. Mas, nesse momento, separa-se também, daquele que fora antes da separado.

A essa dupla separação, D'Agord (2013) propõe uma analogia com a topologia lacaniana do oito-interior (também chamado de a dupla-volta), aludindo às duas voltas que engendram o encadeamento dos significantes elementares a partir de uma primeira volta não-contada seguida de uma segunda volta. Sobre essas duas revoluções, relativas às duas separações citadas, a autora cita Eidelsztein (2006):

Com uma revolução S_1 e S_2 em relação circular podemos contar “um”, mas para que se conte “sujeito” tem que haver ao menos duas revoluções, ou seja, S_1-S_2 e S_1-S_2 , outra cena, a volta sobre si mesmo no toro e a volta em torno à superfície do toro, ou a torção que faz o oito interior, como uma torção sobre si mesmo. (EIDELSZTEIN, 2006, apud D'AGORD, 2013, p. 438)

O oito-interior, desenhado em vermelho na superfície do toro abaixo, trata-se, conforme Triska (2010), de uma volta que se volta sobre si mesma, ou de um corte que se recorta.

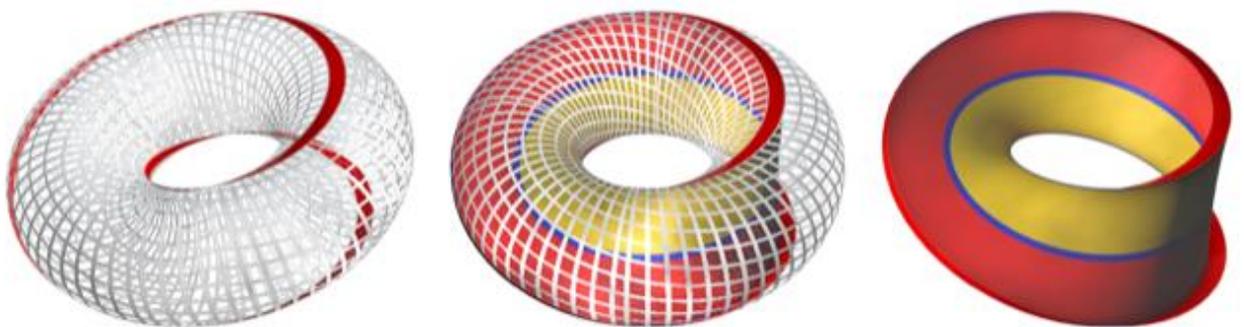
FIGURA 1 – oito-interior no toro



Fonte: Petry (2018).

Esse desenho simples, que pode ser traçado a partir do delineamento da borda da fita de Moebius, foi apresentado no primeiro esboço de topologia proposto por Lacan no seu seminário sobre a identificação (1961-1962). Esta figura introduz a ideia de um primeiro corte que inaugura uma diferença e que, ao repetir-se (na torção moebiana), faz uma diferença em relação a si mesma.

FIGURA 2 – oito-interior e Moebius no toro



Fonte: Petry (2018).

Lacan vale-se disso para a lógica do inconsciente enquanto estruturado como uma

linguagem e para o funcionamento da cadeia de significantes, apoiando-se especialmente sobre a fita de Moebius, já que a característica fundamental de um significante é o de não poder, radicalmente, representar a si mesmo, sendo, inclusive, diferente de si mesmo e de todos os outros. Dessa forma, mesmo quando se repete, retornando ao mesmo lugar, já não é mais o mesmo, sendo a função significante relativa a uma pura diferença, à marca de uma *unicidade* (relativo ao traço unário).

Essa operação do significante inscreve no sujeito os efeitos paradoxais da linguagem ao torcer a topografia da superfície “psíquica” ao paradigma topológico de uma *continuidade descontínua*, na medida em que se viabiliza a dialetização Eu-Outro, em uma lógica que se coextende à reversibilidade moebiana de outros referenciais como o “dentro-fora”, “interior-exterior”, “estranho-familiar”, “singular-coletivo”, “eu-outro” e, inclusive, no “presença-ausência” que é o *fort-da*.

Assim, a dialética propiciada pelo significante reconfigura a relação “presença-ausência” do sujeito diante do seu Outro primordial. A partir da torção moebiana, presença e ausência perdem a relação de alternância binária entre os dois termos (“presença ou ausência” ou “presença seguida de ausência”) para adquirirem a simultaneidade e a sincronicidade próprias do funcionamento significante, numa “presença-ausência” que, como faces diferentes de uma mesma estrutura, posicionam-se a partir de uma relação lógica uma com a outra, exatamente ao modo como S_1-S_2 .

Tal como a lógica do significante, constitui-se uma presença que comporta uma ausência, assim como uma ausência que se presentifica. Assim, a saída da mãe não deixa o bebê em absoluto desamparo e solidão, como que desaparecendo coreografadamente frente a ausência da mãe, pois há um registro que, ao simbolizar essa falta, indica sua temporalidade (a mãe não está agora). E a presença da mãe não é o que dá a existência a essa criança, posto que também é descontínua: a mãe não é o bebê, mesmo que dela ele ainda não possa prescindir, tal como o fiozinho que une e distancia a criança e o carretel. Com isso, o intervalo entre os dois termos deve tecer um “lá-e-cá” bascular que não deixe que o sujeito e seu Outro fiquem absolutamente estranhos e contraditórios um ao outro (*jamais vu*), nem familiares e indiferenciados (*déjà vu*).

Podendo o sujeito inaugurar esse princípio mínimo do intervalo dos significantes depreender-se-ão as duas formas elementares que regem a estrutura da linguagem: a metáfora (onde predomina a simultaneidade/sincronia) e a metonímia (onde predomina a sucessão/diacronia), relativas ao enodamento simbólico. A ausência desse intervalo destituiria a operatividade dessas duas leis, acarretando aquilo que identificaremos na

estruturção holofrástica e os efeitos da para-gramaticalidade da constituição do sujeito na linguagem.

Para a condição de fala, assim como a condição de brincar, será necessário, então, que o sujeito (re)faça o vazio que escande os dois “dardejamentos” elementares, S_1 e S_2 , sendo esse vazio a dimensão que possibilitará a remontagem que o destaca do determinismo do Real, perdendo sua simultaneidade na relação com o Outro e entrando no tempo (da linguagem) ao articular este Real com o Imaginário e o Simbólico. Para Lacan, portanto, as origens subjetivas da função simbólica estão na *conotação vocálica* da presença e da ausência na enunciação dos fonemas *fort-da, lá-cá*:

Pela palavra, que já é uma presença feita de ausência, a ausência mesma vem a se nomear em um momento original cuja perpétua recriação o talento de Freud captou na brincadeira da criança. E desse par modulado da presença e da ausência [...] nasce o universo de sentido de uma língua, no qual o universo das coisas vem a se dispor. (LACAN, 1966/1998a, p. 277)

6.4 O processo metafórico e o *remanejamento topológico radical*

Acrescentamos que, mais que um marco no tempo cronológico, ao se demarcar um antes e um depois, o sujeito ingressa no espaço-tempo lógico, fundando “*uma anterioridade anteriormente inexistente*, porém que passa a existir como anterioridade no momento em que é criada (o encontro do sujeito com o Outro)” (ELIA, 2014, p. 39). Esta subversão do referencial temporal é iconicamente expressa, como já citado, no tempo verbal do futuro anterior. Esse tempo verbal permite situar um processo no futuro como anterior a outro processo, ou seja, conforme Elia (2014), cria-se um passado para o futuro, mas que só será tempo passado quando o futuro chegar.

A citação que se segue de Lacan de algum modo condensa, a partir da vertente temporal, o princípio dos deslocamentos lógicos estruturais que inauguram um sujeito e que o reinauguram no ato de brincar:

Eu me identifico na linguagem, mas somente ao me perder nela como objeto. O que se realiza em minha história não é o passado simples daquilo que foi, uma vez que ele já não é, nem tampouco o perfeito composto do que tem sido naquilo que sou, mas o futuro anterior do que terei sido para aquilo em que me estou transformando. (LACAN, 1966/1998a, p. 301)

O brincar possibilita, assim, transitar no tempo e no espaço simultaneamente ao não-tempo e ao não-espaço por conta de um assujeitamento à linguagem que possibilita o sujeito “se perder” no mais-além do sentido, inconformando-se com o lugar “topográfico” em que fora determinado pelo real, traçando a superfície topológica do próprio corpo no tempo e no espaço:

Para que o real do corpo possa existir para a palavra que o habita significa que ele pode ser habitado por uma alteridade que, o arrancando do fato de não “ser” só o que ele é, o assujeita a um alhures capaz de erguê-lo até um ser outro que o dele próprio. (DIDIER-WEILL, 1997, p. 44)

Os deslocamentos lógicos da posição do sujeito na linguagem pela operatividade do *fort-da* são consequência do êxito da metáfora originária, ou seja, esta perda simbólica do significante originário que produz um mais-além do sentido.

Dito de outro modo, a possibilidade de uma criança começar a brincar só existe porque, por estar submetida ao código lexical a partir do simbólico, ela pode “jogar” com o lugar que esse código lhe determinou, reencontrando a falta de sentido que a própria palavra porta enquanto significante, podendo nisso fazer uso da palavra para simbolizar o que não é ainda.

O estabelecimento do *fort-da*, conforme Jerusalinsky (2009), representará um salto estrutural na posição da criança perante o seu Outro, já que na expansão ficcional produz uma saída de uma passividade diante desse Outro à medida que a criança, na ludicidade do fazer-de-conta-que-é-grande, vai ensaiando

[...] respostas ao paradoxo temporal ao qual está confrontada: entre a antecipação simbólica – que situa, desde o inconsciente parental, seu lugar na filiação, sexualização e identificação – e a imaturidade real do seu corpo. (JERUSALINSKY, 2009, p. 232)

Com o que discorremos até este ponto, podemos retomar a proposição que sustentamos nesta dissertação: o ato de brincar, por estar condicionado à operacionalidade da função metafórica da linguagem (pela expansão ficcional em direção ao *fort-da* e à constituição da cena lúdica), pode ser tomado enquanto índice de que um sujeito – enquanto efeito de linguagem – pôde advir.

Além disso, se o brincar é consequência e causa de subjetivação, especialmente quando nos referimos a crianças “que não brincam”, a operatividade mesmo inicial do

fort-da nessas crianças é um *remanejamento topológico radical* no desdobramento de uma estrutura (ser falado) em outra (ser falante). Desse modo, entendemos que a terapêutica da *Oficina do Brincar*, ao mobilizar a função metafórica, incide na inscrição do sujeito em uma *nova função posicional na linguagem*, havendo uma mudança do lugar em que ela se situa em relação àquele a quem ela endereça sua fala, por estar em movimento a montagem da gramática pulsional e da sua construção fantasmática.

6.5 O reconhecimento do ato de brincar em crianças “que ainda não brincam”: produções precursoras do brincar simbólico

Tomamos neste trabalho o “ato de brincar” no sentido amplo referido a todas as manifestações da criança que minimamente possuem uma significação lúdica, mesmo que de modo bastante incipiente.

Os pequenos pacientes da *Oficina do Brincar*, de um modo geral, como os casos que serão apresentados, pela condição muito inicial de entrada na linguagem por suas psicopatologias (ainda enquanto *infans*), chegavam à *Oficina* sem um brincar estabelecido, no sentido da produção do faz de conta. Ou seja, ainda sem a conquista de um processo ficcional que arma uma encenação lúdica minimamente figurativa, reconhecível e, portanto, compartilhada.

Aliás, a temporalidade das produções dessas crianças era bastante anterior. Eram crianças que estavam recém começando (ou nem isso) a fazer, timidamente, as produções precursoras do brincar simbólico, necessárias para instaurar o *fort-da*. A essas produções lúdicas da criança, correlatas aos primórdios do brincar, Jerusalinsky (2009) chama de *jogos constituintes do sujeito*,⁴² sendo sustentados no laço com o Outro encarnado e desde o qual vai ser possível a instauração de um funcionamento pulsional que tome o Outro em seu circuito.

Podemos supor, nesse sentido, que é possível identificar o início da operacionalidade do *fort-da*, ou seja, da significação lúdica pelo processo metafórico, na subversão que a criança começa a fazer diante da função suposta dos objetos (sua funcionalidade), produzindo um prelúdio ficcional. Na *Oficina do Brincar*, entendíamos haver indícios de metaforização quando observávamos, por exemplo, ao nível do

⁴² Para Jerusalinsky (2009), os jogos constituintes, como os jogos de litoral (como jogos de borda, superfície, esburacamento etc.) vão inscrevendo o traçado primordial da diferenciação eu-outro, inscrição desde a qual o sujeito poderá se situar em relação ao desejo do Outro.

comportamento mesmo, que o alheamento severo de uma criança em relação ao seu entorno era “furado” pelo recorte de algum detalhe desse entorno. Esse recorte parecia trazer certo objeto material ao campo perceptivo, o que abria a possibilidade de, num outro momento, este objeto ser tomado como brinquedo, ser nisso transformado.

6.6. O brincar é estruturado como uma linguagem: holófrase e para-gramaticalidade

Para articular as formulações do presente capítulo à nossa proposta quanto às noções de holófrase e para-gramaticalidade, retomaremos brevemente algumas noções da teoria gramatical articuladas no campo psicanalítico, de onde Lacan, a partir do seu contato com a linguística, serviu-se de alguns conceitos citados neste trabalho, como sintaxe, léxico, frase e gramática.

Freud (1900/1999), em sua obra sobre a interpretação dos sonhos, utiliza-se da metáfora da leitura de hieróglifos para traduzir a linguagem inconsciente. Ele apreende desse tipo de leitura a brilhante ideia de que para interpretar a série de símbolos deve-se observar sua sequência, seu inter-relacionamento, sua ordem, não sendo possível compreender o “texto” a partir da tradução de cada um dos elementos em separado (homólogo a uma tradução palavra por palavra), mas apenas abarcando-se a estrutura completa. Ou seja, como detalhado por Michel Arrivé (2000) em seu texto intitulado “Lacan gramático”, para compreender os hieróglifos ou a linguagem do inconsciente, não se usa um dicionário, mas, mais precisamente, um método para reconhecer ali o encadeamento das unidades em sua estrutura gramatical e sintática. A isso, acrescentamos a citação:

A psicanálise é, portanto, a arte de descobrir as leis que esse desejo utiliza para se manifestar sem se trair – leis que são as mesmas que as da nossa linguagem quando acordados, com sua gramática e sua sintaxe, mas torcidas, disfarçadas. (FORBES, 2000)

É a partir do contato de Lacan com o campo da linguística que ele se utiliza de conceitos da teoria gramatical para retomar o trabalho de Freud sobre o inconsciente. Lacan ressalta a importância não do valor da unidade semântica da palavra (descontextualizada do seu enunciado), mas da noção central da sintaxe, da gramática: a frase. No texto de abertura dos *Escritos*, Lacan afirma que “a subjetividade na origem,

não é nenhuma relação com o real, mas de uma sintaxe nela engendrada pela marca significante” (LACAN, 1966/1998b, p. 55). Lacan refere-se inclusive ao processo metafórico a partir da dimensão sintática também, tratando-a como uma conexão lexical entre significantes.

Para pensarmos nessas complexas teorizações, a partir da prática clínica com crianças, não podemos nos confundir ao avaliar o ingresso do sujeito na linguagem igualando-o, de modo direto e simplista, ao fenômeno do uso da fala, no sentido estrito da apropriação lexical (da amplitude vocabular) e do domínio culto da língua. Para reconhecer os índices da estruturação do sujeito na linguagem, temos que estar atentos também a como esse sujeito se anuncia, se representa, se reconhece, faz seus laços e se situa em relação às significações em jogo, a partir da matriz dialógica simbólica, podendo circular pelo código linguístico distinguindo demanda e desejo (de si e dos outros), através de um verdadeiro interjogo de posições. Se o jovem sujeito puder assim operar na linguagem a partir dela, desse modo, conseguirá, além disso, como afirmam Jerusalinsky e outros (2009), perceber o enigma que lhe coloca o enunciado de novas significações, além de produzir, pela primeira vez, por ele próprio, significações novas destinadas a recobrir manifestações reais que excedem os enunciados prévios.

Considerados esses pontos, podemos retomar a primeira afirmação do parágrafo anterior e pensá-la, agora de outro modo, em uma afirmação condicionada à matriz dialógica da alteridade como condição do nascimento do Outro, da linguagem: nos sujeitos em estruturação, as restrições vocabulares e na articulação de frases no campo da fala, na composição do enunciado, costumam emergir, sim, por falhas da posição de enunciação do sujeito na linguagem:⁴³

[...] a manifestação de dificuldades em sustentar a circulação variável das significações – e suas possíveis resultantes de restrição ou falhas nas funções gramatical, lexical e sintática – são expressão de sintomas clínicos. (JERUSALINSKY et al., 2009, p. 20)

Podemos notar, por exemplo, de modo emblemático, as restrições ou falhas nessas

⁴³ Salvo situações específicas por dano neurológico, como em certas afasias, por exemplo. Além disso, vale lembrar que o contrário, a amplitude vocabular e sintática de uma criança (no campo estritamente do comportamento verbal), não é sinônimo de uma entrada interessante no campo linguagem e da matriz dialética do uso da fala, Este é um cuidado de tentarmos diferenciar a função da fala no campo da linguagem, tal como na psicanálise, do campo fenomênico, ainda que haja relação entre ambos, muito especificamente em crianças que ainda não falam.

funções em determinados usos dos intermediários linguísticos – os *shifters*⁴⁴, ao modo como Lacan os conjecturou na psicanálise, associando-os ao ponto da mensagem ou do código que indica a posição e presença do sujeito falante.

A ideia de um dispositivo lógico-lexical seria, a partir da concepção de Oury (OURY, 2009) como uma “maquinaria linguageira extratora de objetos *a*” que, ao produzir a falta que possibilita o deslizamento significante, promove uma rede de linguagem, numa diversificada oferta lexical, vocabular, a nível do significante. Ou seja, a nível clínico, como na *Oficina*, atenta-se desde o reconhecimento em léxico dos significantes mais primários (assim como Freud o fez ao escutar o léxico fort-da /lá-aqui de seu neto) que emergem nos atos de brincar também primários dos pacientes.

6.7 A holófrase

A noção de *holófrase* pareceu-nos epistemologicamente pertinente para teorizar sobre estrutura-corte-nascimento da subjetividade com as contribuições da topologia estrutural de Lacan, possibilitando algumas aproximações para pensar intervenções que incidam na lógica e na temporalidade específica da constituição da linguagem nas psicopatologias graves.

O termo “holófrase” é nato do campo da linguística e se refere a palavras-frase que, mesmo contendo apenas um elemento, ou seja, tendo seu enunciado formado por uma palavra, são semanticamente completas. Um exemplo disso é quando uma criança pequena diz (apenas) “água” para falar da sua sede e fazer sua solicitação a um adulto.

Lacan, no *Seminário 11* (1964/1979), refere-se pela primeira vez ao termo, quando alude à fusão dos significantes que impediria o advento de um sujeito capaz de fazer uso da fala em nome próprio. Na psicanálise, portanto, esse conceito é utilizado para se referir à falta de intervalo, de limite entre os significantes primordiais, e à consequente inoperância da metáfora paterna.

⁴⁴ *Shifters* são comutadores linguísticos, cujo referente só pode ser determinado em relação e a partir dos interlocutores presumidos na expressão comunicada. Eles designam as palavras do código que só adquirem sentido através das coordenadas (atribuição, datação, local de emissão) da mensagem. Um *shifter* por excelência, e a que Lacan se apropria em seu ensino, é o “eu”, bem como suas diferentes flexões em francês, o “me” e “moi”. Quanto a essas duas realizações flexivas, Arrivé (2000) afirma que a propriedade comum a essas duas formas “é a de ter simultaneamente como referente o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação. Essa reunião de dois sujeitos tem como efeito imediato fazer *mudar (to shift)* o referente quando se muda o sujeito da enunciação”.

Eidelsztein (2008) se utiliza da topologia estrutural de Lacan para propor um princípio organizador da classificação das estruturas clínicas, categorizando-as sob dois termos/elementos, relativos à extração ou não do objeto a e a consequência disso no desenvolvimento das leis da linguagem. Desse modo, temos, de um lado, o que ele batiza de as “estruturas intervalares”, em que S_1 e S_2 operam enquanto tal, ou seja, sendo um antecessor do outro (aqui incluídas as estruturas clínicas da neurose e da perversão); de outro, as estruturas “não intervalares”, em que S_1 e S_2 estão holófraseados. As estruturas clínicas em condição de holófrase são, segundo Eidelsztein, a psicose, a debilidade mental e a psicossomática e, segundo outros autores, inclui-se também o autismo. Retomando o conceito de estrutura, devemos lembrar que esta é um conjunto covariante de significantes onde a identidade dos termos é obtida por suas diferenças e, para tal, a estrutura deve estar fundada enquanto incompleta, sendo a extração ou não do objeto a , extração enquanto corte, que propicia uma estrutura aberta ou fechada. Para Eidelsztein (2008), em relação a essas estruturas não intervalares, não podemos dizer que S_2 se converta em S_1 e assim funcionem como um só. Mais do que isso, que na ausência da função de intervalo e diferenciação entre os termos, S_2 funciona como um S_1 , perdendo o funcionamento entre eles de antecipação e retroação, o que só é possível quando há sucessão diferencial dos elementos: que um significante, S_1 , seja *o primeiro* em relação a S_2 , um *segundo* significante, pela lógica posicional.

Na holófrase, portanto, vemos o caráter não dialetizável do significante, estancando o arranque e sequenciamento da série. Por isso Lacan se refere à holófrase como ausência da dimensão metafórica, já que para isso o significante tem que poder vir no lugar de outro e produzir a significação. Assim, a ideia da holófrase é como uma palavra-frase não lexicável, uma vez que não comporta a estrutura e o ordenamento do código linguístico, não sendo, psicanaliticamente falando, uma “frase” no sentido a que nos referimos anteriormente quanto à leitura do conjunto dos elementos. Uma holófrase retoma, mais aproximadamente, a imagem de uma palavra pouco ou nada situada no contexto da sua “textualidade”.

Assim, os princípios organizadores da linguagem (que estão condicionados à temporalidade de simultaneidade, sincronicidade e sucessão significante) acabam não sendo suficientes para sustentar a linguagem em sua paradoxalidade, ou seja, numa ordem simbólica na sua relação com o tempo. Se a metáfora, por exemplo, é a substituição de um termo no lugar que outro tem na cadeia, mas esse lugar, por não contar com um ponto de basta, desliza metonimicamente, ela não faz sua função, e a linguagem aparece como

uma totalidade organizada.

Com isso, na estruturação holofrásica, por exemplo, o sujeito não consegue contar suficientemente com os mediadores linguísticos (os *shifters*), que lhe situariam numa dialética com o Outro, pois é essa condição dialética que possibilita, por exemplo, como diz Dunker (2013), que o sintoma possa ser lido como metáfora (capaz de reter significações contrárias em simultaneidade), que o fantasma possa ser lido em sua gramática (reunindo heterogeneidades pulsionais) e que o próprio sujeito possa ser lido como efeito de linguagem (capaz de não identidade consigo mesmo, dada a divisão significante).

Ainda sobre a relação do sujeito com o Outro, seguimos com a seguinte citação de Vorcaro (2004):

O sujeito só pode aparecer no campo do Outro representado por um significante, que faz surgir sua significação, reduzindo-o a não ser senão um significante representado para outro significante, ou seja, afanizado. Se o casal de significantes é holofraseado, então a relação da significação do sujeito à sua afânise se encontra modificada: o sujeito não aparece como falta, mas como monolito cuja significação se iguala à mensagem enunciada, o sujeito já é dado na mensagem. (VORCARO, 2004, p. 33)

Ou seja, o código e a própria mensagem ficam aderidos e indiferenciados. Assim, nessa clínica do não intervalar, o sujeito não se conta porque está, segundo a autora, identificado e solidificado no significante holofrásico, de modo que “o sujeito se reduz a um emissor gritando” (VORCARO, 2004).

Se na holófrase a metáfora não opera, é aí que podemos localizar a ausência (ou dificuldade) do brincar nas crianças que se apresentam nessa clínica. Por outro lado, podemos deduzir que o próprio ato de brincar (se, num primeiro tempo, tomado enquanto golpe de força de uma alteridade na antecipação transativista) incidirá na mobilização da diferenciação significante e produção desse intervalo elementar. Como as autoras Vorcaro e Veras (2011) afirmam, devemos na clínica com crianças

“(…)reconhecer estruturas discursivas matriciais do brincar em seus pontos e modalidades de articulação é localizar o brincar da criança como prática de linguagem pela qual a dimensão simbólica é incorporada, produzindo o efeito sujeito. (VORCARO; VERAS, 2011, p. 41)

6.8 A para-gramaticalidade

A partir dessas formulações quanto às restrições na função da fala, ilustradas pela aquisição e articulação dos intermediários linguísticos, destacamos a expressão que utilizamos nesta dissertação para circunscrever a temática das “crianças que ainda não brincam”: sujeitos “*para-gramaticais*” ou em “para-gramaticalidade”, expressão trazida por Dunker (2013).

Dunker (2013) utiliza esse termo em suas formulações sobre a psicose infantil ao falar da predominância da linguagem sígnica e com uso restrito dos *shifters* nesses quadros. Podemos presumir de suas proposições que a para-gramaticalidade não é exatamente a exterioridade do sujeito ao ordenamento da linguagem, mas a ideia de um estancamento do circuito que compõe a montagem da gramática subjetiva, na constituição da fantasmática. Além disso, a noção mesma de holófrase também alude à imagem de uma palavra-frase, portanto enunciada com apenas um elemento (a frase completa comprimida em uma palavra), sem *shifters*, por exemplo. A holófrase, portanto, serve na psicanálise de modelo para pensar as estruturações em que há a falta da falta, a ausência de intervalo entre os significantes primordiais. No contexto da constituição do sujeito na linguagem, o conceito de estruturação holofrástica parece-nos bastante complementar e, em alguns pontos, coincidente com o de para-gramaticalidade, sendo este último uma noção aproximada das formulações sobre a montagem pulsional e a constituição fantasmática.

Na constituição subjetiva, é pelo destacamento do Outro que o sujeito, litorando-o, ou seja, passando pela reversão gramatical em que fará das palavras do outro as suas, o que abrirá espaço para a pergunta sobre o desejo do Outro: “*Che vuoi?*”. O modo como a criança vai podendo cifrar esse desejo e situar seu endereçamento é sustentado pela ficção de si por ele produzida e onde o sujeito se reconhece, o Eu, como dissemos. Os elementos mínimos precipitados desse desenlace ficcional que litora o Eu e o Outro condensam-se na chamada frase fantasmática.

A fórmula do fantasma apresentada por Lacan ($\$ \diamond a$) denota o momento do sujeito em sua falta-a-ser no nível do Outro (ao encontrar o vazio de sua representação nesse outro), falta essa que encontrará suporte no objeto *a*. A punção (\diamond) é um operador lógico de comparação, um “intermediário” entre o sujeito e seu objeto perdido, causa de desejo (o *a*).

Portanto, o termo *para-gramaticalidade* parece-nos pertinente por identificar,

mesmo numa diversidade de estruturas clínicas, o estancamento da posição do sujeito na linguagem no que tange às torções fundantes da matriz dialógica, ou seja, do interjogo de posições do sujeito com seu Outro, como na montagem de uma gramática pulsional tal como Freud (1915c/2004) nos apresentou em Pulsões e destinos da Pulsão (1915c/2004).

A estruturação da gramaticalidade subjetiva é, assim, relativa à constituição fantasmática em suas três formas gramaticais que situam a posição do sujeito de desejo: voz ativa (por exemplo, olhar), voz passiva (ser visto) e voz reflexiva (exibir-se/fazer-se ser olhado), como apresentado por Freud e a que Lacan faz corresponder os três tempos da pulsão. É necessário a passagem por esses três diferentes momentos do percurso da pulsão, na alternância das posições de atividade/passividade, para que um sujeito nasça e um circuito pulsional se inscreva. Com isso, os orifícios do corpo são libidinizados, deixando de ser “pedaço de carne” para tornarem-se, topologicamente falando, furos de um corpo (corpo simbólico) pelos quais se dará o contato com o Outro.

A função do movimento pulsional na medida em que a pulsão tenta se fazer ver, se fazer ouvir, se fazer lembrar é como uma reivindicação do sujeito pelo que lhe foi destacado pela metonímia da fala, de modo que a pulsão, assim, se encarrega de buscar esse algo que “(...) responde no outro” (LACAN, 1964/1979).

“Se, graças à introdução do outro, a estrutura da pulsão aparece, ela só se completa verdadeiramente em sua forma invertida, em sua forma de retorno, que é a verdadeira pulsão ativa” (idem).

O que aparece quando a pulsão consegue fechar seu circuito é, assim, “*ein neues subjekt*”, como cita Freud (1915/2006), um sujeito novo, ou melhor, onde já havia um sujeito da pulsão ocorre um “aparecimento novo” do sujeito, o que, para Lacan, é entendido como uma aparição no nível deste outro: “a circularidade, tanto da pulsão quanto da relação do sujeito com o que lhe retorna do outro, não tem reciprocidade. É circularidade dissimétrica”. (LACAN, 1964/1979, p.194)

Aliás, como redesenha Lacan sobre a teorização freudiana, o alvo da pulsão não é outra coisa senão seu próprio trajeto, ou seja, que a pulsionalidade constantemente arme o seu circuito na busca do objeto. O circuito é vetorizado pelo desejo e pelos deslocamentos do posicionamento do sujeito em sua gramaticalidade, alternando suas posições de sujeito, objeto, ativo e passivo, conjugando no terceiro tempo a torção moebiana eu-outro, em que o sujeito se faz de objeto a um outro, mas a partir, como dissemos (e isso é fundamental) de sua *atividade* como sujeito.

De certo modo homólogo à topologia da repetição, o movimento pulsional traça

no ir e vir dos dois primeiros tempos uma circularidade que não deve se fechar em si mesma. A posição reflexiva do terceiro tempo, no momento do “arremate” da pulsão, é o ponto em que uma diferença se produz, já que o retorno à sua fonte é um retorno, a partir de então, ao vazio da fonte que o circuito instaurou para compor a borda da zona erógena. É essa não realização que permite o relançamento do circuito, sua vida pulsante em busca da satisfação. Terceiro tempo é o ímpar, o *odd* (como refere Lacan (1964/1979)), que, como afirma Porge (2014), é o que faz a pulsão sair do transitivismo do espelho, já que não é mais exatamente um retorno para o sujeito, nem para os outros, mas para o Outro.

O conceito de gramática subjetiva, junto ao de para-gramaticalidade (e mesmo o de holófrase), também nos permite pensar que a articulação, por uma criança, de um circuito enunciativo em que sua vocálise inicial alarga-se até o anúncio de uma frase completa (ou, em outras palavras, operando do léxico à sintaxe) já seria indício importante de que se constituiu o que há de mais elementar nesse sujeito no percurso de passagem da estrutura que o precede a uma outra: do “ser falado” a “ser falante”. Retomando um axioma de Lacan, “o sujeito começa pelo corte” (LACAN, 1966-1967/2003, p. 7), ou seja, a operação que desdobra uma estrutura em outra, diferentemente da estruturação não-intervalar da subjetivação holofrástica.

7 A TERAPÊUTICA PSICANALÍTICA E ALGUNS EIXOS METODOLÓGICOS DA OFICINA DO BRINCAR

A partir dessa conceitualização sobre constituição psíquica e ato de brincar, salientamos alguns eixos metodológicos identificados da *Oficina* que facilitam as condições de emergência do ato de brincar, no contexto que circunscrevemos.

Ao retomarmos o método da Psicanálise, Freud (1904/1989) utiliza a distinção entre pintura e escultura, feita por Leonardo da Vinci, para demarcar a diferença entre a técnica psicanalítica da técnica sugestiva e psicoterápica. A pintura opera *per via di porre*: pela tinta colocada na tela em branco que cria uma imagem; já a escultura se produz *per via dei levare*: o escultor retira da pedra tudo o que encobre a superfície da estátua nela contida, sendo dessa extração que nasce a imagem ali antecipada. Para Freud, o método da psicanálise não sugere, não coloca materiais, mas retira, pela transferência e na abstinência do analista, até que se chegue aos elementos mínimos que se afiguram pela extração (e ao que podemos associar aos termos lacaneanos da extração do objeto *a*).

O que poderíamos identificar, afinal, sobre a terapêutica em jogo na *Oficina*, para que ela incida no delicado e complexo processo que culmina na operatividade do *fort-da*? Afirmamos que as artes da *Oficina do Brincar* mobilizam, *via de levare* (como na escultura, ou pelo corte, como diria Lacan), inscrição da falta, do intervalo por um trabalho de causação do simbólico.

Diante disso, apresentaremos alguns dos eixos metodológicos fundamentais que dão suporte à *Oficina* enquanto um dispositivo psicanalítico propriamente dito, coerente a lógica própria da constituição do sujeito de desejo e que, além disso, sustentam de algum modo a condição metodológica desta *Oficina* enquanto um dispositivo clínico lógico-lexical, como dissertaremos na conclusão final desta pesquisa.

7.1 O número de técnicos e suas relações com as crianças

Já desde o início da construção desse dispositivo, apostamos na necessidade de um corpo técnico robusto na assistência direta⁴⁵ à oficina.

⁴⁵ Referimo-nos aqui à assistência direta, presencial, pois tanto nesse dispositivo quanto em outras ações do CAPSi (com os pequenos pacientes e/ou nos casos de maior gravidade e complexidade), configuramos a equipe do caso contabilizando os técnicos que, mesmo não estando na “linha de frente” da assistência direta ao paciente, ação ou dispositivo, contribuem tecnicamente e transferencialmente. Esse modo de

Iniciamos com três técnicos,⁴⁶ desse modo, o Terapeuta de Referência de cada criança promovia a “ponte” para o grupinho, articulando o trânsito entre o “individual” e o “coletivo”, dentro das possibilidades da criança. Além disso, cada técnico reconhecia seu lugar de referência para determinada criança, estava atento às suas manifestações, mas com o cuidado de não se ocupar exclusivamente dela. Ou seja, os técnicos se situavam desde o coletivo e sendo especialmente convocados (e convocantes) pelos momentos em que o lúdico acontecia. Este é um dos eixos metodológicos básicos da *Oficina*, que diz respeito à relação dos terapeutas com as crianças e entre eles mesmos: propiciar uma relação com cada criança a partir da transferência, que se dê no “um para um”, mas de modo não exclusivo, sendo simultâneo ao coletivo e, ainda, que os técnicos, estejam alinhados numa direção comum de trabalho.

7.2 O ato de brincar enquanto ponto de convocação

Acreditamos que Inicialmente a direção das intervenções era a de ofertar condições mínimas para que o convite para “brincar” (partisse ele de quem fosse) as convocasse desde outro lugar.

Para que o brincar possa ser um ponto de convocação, para além da posição discursiva dos técnicos (descrita no item seguinte), enfatizamos que este não seja tomado pelos técnicos pelo artificialismo do “exercício” ou pela abstinência asséptica da neutralidade técnica. A abstinência em um tratamento em psicanálise refere-se ao cuidado para diferenciar o desejo e a demanda, não respondendo a essa e não obliterando aquele. Contudo, o prazer legítimo em lançar-se no campo da brincadeira é necessariamente de outra ordem, sendo a condição para que este seja convocante às crianças que, caso ingressem nesse campo, possam se sintonizar com o ritmo dos outros em um prazer compartilhado (o que é diferente de uma posição gozoza). Especialmente em crianças que não possuem o ritmo dialógico da intersubjetividade, a mutualidade do prazer no jogo é fundamental.

trabalhar de alguns técnicos da instituição foi inspirado na leitura do texto “Quantos terapeutas para cada criança” (JERUSALINSKY, 1998) e no conceito de “prática entre vários” (STEVENS, 2003).

⁴⁶ O número passou a ser de 6 técnicos para 6 a 7 crianças.

7.3 A posição discursiva dos técnicos e o direcionamento da fala

Para esses pequenos, ficava tênue a distinção, em relação às nossas palavras a eles dirigidas, entre uma demanda (a ser rechaçada) ou o que seria, de fato, um ato invocante. Realmente, o início do trabalho na *Oficina* foi extremamente difícil, a ponto de quase reconsiderarmos a viabilidade daquele dispositivo de acolhimento. Relembrando, eram crianças com sérios entraves estruturais (nenhuma delas falava e pouco sonorizavam, nem mesmo suportavam o contato visual, por exemplo).

Para aqueles pequenos, a palavra a eles dirigida pelos terapeutas era intrusiva, pois tratava-se de um Outro absoluto, não recortado, de modo que muitas vezes as – diante da falta da falta – essas crianças tentavam regular ou interditar nossas aproximações recuando cada vez mais.

Foi ao acaso que percebemos o quanto a brincadeira entre os próprios técnicos, mas, mais ainda, a conversa entre os técnicos *sobre* a criança durante a oficina (e não “com” ela), funcionava como um outro elemento metodológico indispensável. Foi uma possibilidade de um início de convocação daquelas crianças, gerando por vezes uma breve suspensão de um ato repetitivo e uma curiosidade sobre o que delas era falado. Descobrimos que, naquele grupinho, convoca-los desde essa posição anterior, mas por onde todo sujeito começa sua vida – sendo *falado* – foi invocante e fazia as crianças se reconhecerem enquanto representado no campo da fala do Outro. É essa a temporalidade-chave da terapêutica da *Oficina do Brincar*, pois acreditamos que é também desde essa posição discursiva que parece a ética – e portanto, o método – da *Oficina do Brincar*: ter como fundamento a aposta que um sujeito advirá e poderá produzir seus atos (como a fala e o brincar), conquistando uma fala em nome próprio.

7.4 A antecipação e a disposição serendipitosa

Talvez possamos conjecturar que a posição discursiva dos oficinairos comporte dois fundamentos psicanalíticos, o do espanto e o da antecipação. Essa via pode ser bastante aproximada do transitivismo na medida em que a posição embasada nesses fundamentos propicia que algo seja inaugurado naquela estrutura, fazendo um giro a outra posição: uma nova inscrição na linguagem que promova o desdobramento do *ser falado*

ao *ser falante* pelo ato do brincar. Assim, sustentamos que a condição dessa inscrição é também relativa à disponibilidade dos terapeutas de se deixarem surpreender, tese central na obra de Oury (2009, p. 79): “a permeabilidade ao acaso e ao inesperado são o estofa e o estrato da abertura ao encontro indispensável à clínica da psicose”.

Esta proposta corresponde à postura serendipitosa (CAON, 1999) e à disponibilidade à experiência da surpresa (DIDIER-WEILL, 1997) a que nos referimos no capítulo da metodologia; Ambas são características fundamentais àqueles que estão sensíveis àquilo da qual a psicanálise se ocupa, o sujeito do desejo. Com isso, o próprio sujeito, ao se ver sendo visto de outro lugar, poderá alavancar sua mobilidade discursiva e posicional, surpreendendo-se com os deslocamentos de sentido dos lugares que ocupava. Porge (2014), ao escrever sobre o falar/escutar e a posição do analista, faz uma afirmação que parece coincidir com o deslocamento de posições a que estamos nos referindo neste eixo. Diz ele que a função do analista é tornar-se lugar de um endereçamento do “fazer-se ouvir” do louco para que esse possa “se ouvir dizer o que ele ouve, de outro lugar”.

A partir desse fundamento ético, é possível que nesta clínica se realize essa nova inscrição até então inexistente, oportunizada, como dizem Barth e Silveira (2004), “por uma alteridade que testemunha o sujeito que será marcado a partir da sua própria possibilidade de se surpreender com o mesmo”.

7.5 A reunião de discussão clínica: “Ler, entre muitos, alguma coisa”

Subsequente a cada oficina, todos os técnicos construía uma narrativa coletiva do que havia sido vivido ali, compartilhando hipóteses clínicas, as direções dadas nas intervenções, destacando cenas, etc. Além disso, fazia-se o estudo teórico sobre o tema da constituição subjetiva, interligando-o com temáticas dos outros campos epistemológicos.

Este trabalho dos oficinairos fazia jus precisamente ao axioma daquilo que preconiza o dispositivo lógico-lexical de Oury (2009): conseguir “ler, entre muitos, alguma coisa”. Era neste momento que se fazia a reunião de fragmentos testemunhados pelos técnicos em relação às crianças, fossem imagens, sons e vocalizações, e manifestações novas, enfim, tentando de certa forma figura-las uma “unidade”, em cenas relativas a cada sujeito que, ao *ser falado* nesta outra cena, ingressava em uma narrativa comum.

Assim, também retomando a afirmação lacaniana de que não há fatos que não

sejam fatos de discurso, Oury (2009) ressalta que o ato criacionista da linguagem acontece a partir de uma conjuntura de relações entre as pessoas que operam na linguagem e constituem uma coletividade capaz de oferecer, como diz o autor, superfícies de endereçamento e inscrição que tem consequências diretas na vida institucional e no curso de existência de existência de um paciente. A narrativa compartilhada, portanto, propiciará uma “contextualização” (termo enfatizado por Oury): a possibilidade de uma leitura que dará sentido às palavras e a fluidez da significação ou, em outros termos, sua *lexicalização*. Ler “alguma coisa entre muitos” será possível pois se pôde reunir, digamos, o conjunto da página.

A partir disso, essa montagem coletiva de uma cena oferece uma “contextualização” para as trocas entre técnicos, pela transferência de trabalho, que facilitam a abertura ao encontro com os pacientes e, pela transferência simbólica, desses com a equipe e entre eles mesmos, comportando num mesmo ato conjunto, comum, as singularidade de cada um.

Este eixo metodológico favorece, portanto, que os sujeitos que padecem da falta de laço com a alteridade – por seus investimentos parciais e fragmentários, pela a multiplicidade e espalhamento transferencial – possam armar um endereçamento a partir de um circuito de trocas já constituído coletivamente que seja permeável à circulação nas diferentes posições discursivas.

Estes eixos metodológicos identificados na *Oficina do Brincar* não deixam de ser uma tentativa de respostas que fundamentem a prática clínico-institucional, assim como o modelo que Oury (2009) se propõe a convocar os trabalhadores das instituições que comportam uma clínica para a psicose, colocando-lhes duas lancinantes perguntas: afinal, que se faz aqui? E sobre meu desejo de estar aqui?. Às contribuições inspiradoras deste autor para esta pesquisa, dedicamos o capítulo seguinte.

8 “AFINAL, QUE DIABOS FAZEMOS AQUI?”: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS A RESPEITO DE UM DISPOSITIVO INSTITUCIONAL LÓGICO-LEXICAL CHAMADO “O COLETIVO”

“Nosso objetivo é que uma organização geral possa levar em conta um vetor de singularidade: cada usuário deve ser considerado, em sua personalidade, da maneira mais singular. Daí um tipo de paradoxo: colocar em prática sistemas coletivos e, ao mesmo tempo, preservar a dimensão de singularidade de cada um. Era neste tipo de ‘bifurcação’ que se formulava esta noção do Coletivo” (OURY, 2009, p. 19).

Conseguir posicionar-se criticamente num trabalho institucional é colocar em questão a própria alienação. Isso pode se dar através de uma prática inventiva e implicada, a que sugerimos aproximar de uma genuína produção de uma *labor*, ou melhor, uma elaboração, à diferença de meramente fazer um serviço. Quanto a esse, talvez um possível exemplo seria o caso do “bom funcionário” Eichmann, estudado por Hanna Arendt, este que foi um bom executor do serviço que lhe fora atribuído, em todas as acepções a que o verbo “executar” pode remeter.

Quando o trabalho de uma instituição é determinante para a mudança no curso da existência de um sujeito, não nos parece exagero fazer essa menção a teoria da banalidade do mal proposta pela autora. Talvez seja este um destaque necessário quando falamos no trabalho de instituições inauguradas a partir da implementação da Reforma Psiquiátrica no Brasil, ainda mais quando se tem como objeto de trabalho crianças “loucas”, pelo tempo gerúndio da estruturação psíquica, ou seja, a possibilidade de promover o ingresso na linguagem (sua humanização).

A trajetória desta pesquisa, a partir do contato com a obra de Oury (2009) inspira a responder à pergunta que ele lança às instituições: “afinal, que diabos fazemos aqui?”, necessariamente considerando a clínica em jogo na *Oficina do Brincar* contextualizada na história institucional do CAPSi. Na radicalidade elementar de sua proposta de trabalho na clínica da psicose, o autor coloca em cheque tanto a fundamentação do trabalho coletivo quanto a singularidade do desejo de cada um. Não por acaso nos referimos neste trabalho à *Oficina do Brincar* enquanto um dispositivo lógico-lexical, tomando de empréstimo a nomenclatura que Oury (2009) utiliza na formulação de dispositivo

institucional a que ele refere⁴⁷. Como dito anteriormente, encontramos proximidades entre o dispositivo clínico que é a *Oficina* e a função institucional do dispositivo original, pelo seu modo de incidência na linguagem, como descreveremos neste capítulo, colocando todos em questão.

A proposta da Psicoterapia Institucional de Jean Oury, partir do seu trabalho de décadas em *La Borde*, visa “tratar” as instituições para psicóticos ao promover disposições e funções específicas a partir de uma coletividade de trabalho que opera como um dispositivo psicanalítico institucional, a que ele chamou de “O Coletivo”. Este é um dispositivo voltado para o tratamento do tipo específico de transferência do paciente psicótico, apontando para o fenômeno de sobreposição nessas instituições do que ele chama da “*alienação social*” (dos trabalhadores enquanto “*serviçais do Estado*”) com a “*alienação psicótica*”.

O Coletivo seria, talvez, uma máquina a tratar a alienação, todas as formas de alienação, tanto a alienação social, coisificante, produto da produção, como a alienação psicótica. É evidente que é preciso que haja em algum lugar – se quisermos verdadeiramente pôr em prática algo eficaz no plano da psicoterapia das psicoses – uma máquina que possa tratar a alienação (OURY, 2009, p. 39)

É muito interessante que tal proposta de Oury utiliza-se dos conceitos psicanalíticos com rigor e precisão para enfatizar categoricamente que a condição dessa precisão é a viabilidade de uma *práxis*. Aliás, afirma ele, é justamente aí que reside a dificuldade dos esquizofrênicos que – mesmo quando podem ter algumas boas ideias – ficam aprisionados em um *apragmatismo*, essa não-realização no campo empírico mesmo. Assim, uma das funções essenciais do Coletivo é a que ele chama de “*função performativa*”, que se refere a, tanto no funcionamento esquizofrênico quanto no trabalho institucional, poder articular uma estratégia no campo pragmático-empírico e nele, necessariamente, operar. Performar refere-se ao sentido mesmo do que Oury sublinha de “*pôr em ato*”, e isso implica que esse ato seja sempre algo significante. Com isso, Oury, como disse, é enfático ao precisar que uma *práxis* no campo institucional da saúde mental (ou seja, que trata aqueles que padecem da alienação psicótica) é possível ao se minimizar os pontos da alienação social (pela superação das identificações imaginárias), pois há um

⁴⁷ Vale dizer que o autor utiliza essa nomeação “dispositivo lógico-lexical” apenas uma vez nos seminários; o destaque, e predileção por esse termo, são meus.

posicionamento epistemologicamente no campo da ética.

Assim, o Coletivo é um dispositivo que, colocando em questão a transferência e o problema do desejo do analista,⁴⁸ vai articular algo de uma estrutura, de um discurso que possibilite o trânsito desses dos diferentes sistemas (registros, linguagens) que compõem uma *práxis*, pois comporta justamente o singular e o comum, ou seja, aquilo que é de cada um, único, com uma ética e *modus operandis* compartilhado. Com isso, estão sempre em vista as perguntas: “*Afinal, que diabos fazemos aqui?*” e “*E quanto ao meu desejo de estar aqui?*”. Oury assim aponta para a noção fundamental de *a eficácia do desejo* (por suas consequências e mudanças no trabalho realizado), lembrando que a ética da Psicanálise é a articulação entre o desejo e estilo de cada através de uma ação comum.

Tal articulação propicia que através de o Coletivo “*se leia, entre vários, alguma coisa*”, apontando para a possibilidade de estabelecimento de algo analisável a partir desta forma bastante peculiar de transferência e, portanto, minimizando os fenômenos institucionais intersubjetivos das passagens-ao-ato e ampliando o laço com a alteridade, o encontro com o outro.

A ideia de Oury com o Coletivo é que se possa propiciar institucionalmente, através de operadores lógicos, uma certa suplência a esses processos de passagens de um registro de linguagem a outro, donde a ausência da metáfora paterna (função fálica) nos pacientes psicóticos dificulta sua mobilidade discursiva. O dispositivo, portanto, propicia deslocamentos, mudanças, passagens pela instauração de um sistema diferenciador e de diferenças fundamentado na singularidade.

Nos seminários de Oury, este faz uma analogia bastante didática entre a vida institucional adoecida e o funcionamento de famílias incestuosas. Essas famílias podem até serem vistas de fora aparentemente como famílias-modelo, pois são “funcionais”, o pai cumpre seu trabalho, deles não se ouve falar, há pouco ruído, nada se releva. Contudo, lá dentro, pela homogeneização dos lugares, o que é dito não tem peso e não faz diferença, pois “é assim mesmo”, havendo um apagamento do tempo e como se nada operasse uma iniciação pois nada se inscreve (muito menos de singular). Não se trata de catatonia ou de uma não-subjetivação (numa analogia com o autismo), mas de, como sugiro, uma “normalopatia” em que há a palavra, mas, não sendo operada no simbólico, não faz furo

⁴⁸ Retomando Lacan (1964/1979, p. 267) a esse respeito, é pertinente sua afirmação: “o desejo do analista não é um desejo puro. É um desejo de obter a diferença absoluta, aquela que intervém quando, confrontado com o significante primordial, o sujeito vem, pela primeira vez, à posição de assujeitar-se a ele”.

(ou, como diz Oury, não há fala plena, nem giros discursivos).

Assim, como nessas famílias, a função diacrítica do Coletivo na vida institucional é, como diz Oury com brilhantismo, criar um “*arranque de diferenciação estrutural*”, ou seja, pela produção de S₁, criar uma “*matriz lógica de distinguibilidade*” em que o Real possa fazer furo e dar emergência ao acaso. Com isso, haverá diversidade de estilos, de ambientes, de atmosferas, de linguagens mas que comporte também uma unidade, um contexto, já que S₁ tanto inaugura o novo quanto dá continuidade a uma sequência.

Assim, o dispositivo institucional é um “*maquinário de extração do objeto a*”, produzindo então S₁ a partir do discurso do analista. Esta incidência pela e na linguagem trará as maiores possibilidades semânticas, lexicais; o Coletivo também fará a costura para que as cadeias complexas de significações pessoais possam ter um estofo em um sentido comum, compartilhado, como dissemos.

Na medida em que o Coletivo incide justamente na fabricação do dizer, na *lalangue*, ele – como repetimos – propicia a emergência do acaso, transformando o “óbvio” em acontecimento surpreendente, ou seja, para a emergência do inconsciente a que Oury chama de uma produção – absolutamente bem-vinda – de *actings*, no sentido de que aquilo que aparece é para dar-se a ver à interpretação. Como num processo analítico, deve-se propiciar as passagens, o trânsito da *darstellung* (apresentação) à *vorstellung* (representação):

“*Darstellung* [...] quer dizer o pôr em ação, pôr em cena, a apresentação, o pôr em texto para fazer passar alguma coisa. E é somente nesse momento (e é um paradoxo) que se poderá saber se há algo que se passou ou não [...]” (OURY, 2009, p. 91).

Assim, como o fantasma, o *acting-out* se oferece ao deciframento; o recorte da cena e sua leitura é tarefa do coletivo em sua função interpretativa (como o trânsito antes citado relativo à questão da representação e figurabilidade, aliás inicialmente trazida por Freud quanto à análise dos sonhos).

A partir desse compilado, acreditamos ter trazido elementos suficientes para, no momento conclusivo deste ensaio, após a seção dos casos, articular nossa proposta de batizar a *Oficina do Brincar* enquanto um dispositivo clínico lógico-lexical para sujeitos em condição holofrásica e para-gramatical.

9 CASO 1: DE UMA SOLIDÃO JAMAIS ABSOLUTA

Róger era uma dessas três crianças que inauguraram a *Oficina*, aos três anos e meio de idade, fazendo um percurso de quatro anos de atendimento nesse dispositivo.

Ele era um menino bastante desajeitado, com atrasos neuropsicomotores evidentes – sequela de seu nascimento muito prematuro e cujas condições de sobrevivência foram desacreditadas pelos médicos. Sua avó, preferindo fiar-se na solução que ela mesma lhe fazia de água com açúcar, alimenta Róger com conta-gotas até mais ou menos seus 2 anos de idade, momento em que ele começa a firmar-se sentado e deglutir outros alimentos.

Na *Oficina*, ele ficava por horas atirado no chão, entregue à lei da gravidade. Ali deitado em solidão quase absoluta, girava infinitamente as hélices do ventilador ou a roda de um carrinho, “surdo” às convocações dos técnicos e indiferente às outras crianças.

Em algum momento, as técnicas, sentadas ao lado de Róger, começam a conversar *sobre* ele pela proximidade da data de seu aniversário: “Fulana, sabes quem está quase fazendo quatro anos de idade? O Róger! O que será que ele quer ganhar de presente?” Por vezes direcionávamos alguma pergunta ao menino, mas foi fundamentalmente ao não lhe dirigir diretamente a palavra, posicionando nossa fala de modo que ele fosse *falado*, que produziu-se um efeito de descontinuidade da estereotipia que lhe ocupava todos os sentidos, todos os buracos do corpo: Róger parava para nos ouvir (ouvir de se sendo falado pelos outros) fazendo rápidas brechas no tempo infinito da circularidade dos objetos.

Com essa descoberta, começamos a fazer uso desse recurso com mais frequência e com os demais pacientes, inclusive convocando outras crianças a partilharem dessa fala, também podendo elas falarem *sobre* outro coleguinha (lembrando, nessa primeira edição da *Oficina*, os outros dois pacientes também não falavam). Assim, foi se inaugurando um outro modo de convocá-los, operando uma suspensão inicial da sua posição de recusa e alheamento.

Certa vez, enquanto brincávamos com outra criança, num faz-de-conta em que de que o jacaré “mordia” seu pé, Róger – deitado em outro canto da sala – inusitadamente olha para a técnica e levanta seu próprio pé, oferecendo-o para ela e mostrando que também participava da brincadeira; ele divertiu-se muito com um jogo de entregar ou não o seu pé para aquela boca, buscando reencenar essa brincadeira nos encontros seguinte. Desde aí, aquilo que outrora nem mesmo era percebido por ele passa a ser notado como objeto, ganha o peso da “materialidade”, e, mais do que isso, passa de objeto a brinquedo.

Ou seja, passa para outro registro que é o de um *objeto* produzido por um *sujeito*. A partir de então, o jacaré passa a ser um dos seus brinquedos preferidos, juntamente com o ventilador – que sempre lhe encantou com quem não dividia com ninguém. A solidão desértica daquele menino passava a ser cada vez mais habitada pelo laço com o outro.

Com Róger, o ventilador estava sempre presente, mas não sempre do mesmo modo. Aliás, com a expansão do processo ficcional no brincar de Róger, somente nos referíamos ao ventilador como seu *brinquedo*, por vezes também antecipando uma metaforização que não estivesse ali: por exemplo, em brinquedo de ser consertado pelo mecânico, ou brinquedo de assoprar, como se fosse um cata-vento.

Um dia, Róger redireciona sua visão sobre as hélices do ventilador para encontrar meu olhar do outro lado; nesse recorte do escópico – que é a própria cena lúdica – ele brinca de espiar-me pelas frestas. A partir daí, Róger estabelecemos uma brincadeira que era só nossa e que foi repetida por muitos atendimentos. Entre o prazer do desencontro/reencontro desse esconde-esconde ou de um flagrante dado no outro que lhe espia, o menininho foi constituindo sua brincadeira, transitando em suas posições entre o olhar e ser olhado.

A nossa brincadeira perde a importância que tinha no dia em que Róger descobre que, com o ventilador ligado, o som das vozes ficava diferente, entrecortado, de modo que era engraçado ouvi-las em outro timbre, soando como se fossem de outras pessoas. Nesse jogo de estranhamento dos nossos sons, ele fica curioso para escutar como ficavam as vozes dos outros oficineiros, convidando-os cada vez mais. Na medida em que amplia seu laço social, vai podendo dispensar-me de seus convites.

É nesta época que também suas primeiras palavrinhas começam a ser faladas: primeiramente */vemiadoor/* (ventilador) e, adiante, */bobó/* (avó) e meu nome. Na sequência dessas conquistas subjetivas, há uma ampliação lexical impressionante, começando a pronunciar os nomes de outros familiares (como “mãe”), dos oficineiros e de alguns coleguinhas. Róger faz também uma passagem da composição holofrástica de sua fala (no sentido do uso de palavras-frase) para pequenas frases com sujeito, verbo e predicado, ainda que sempre enunciadas no *shifter* pronominal de terceira pessoa (usando seu próprio nome ao invés do “eu”). Essas aquisições acabavam também por ampliar o seu lastro de circulação social.

Neste momento, já havia consolidado um brincar compartilhado com seus pares, inclusive escolhendo “a dedo” as crianças que conseguiam entrar na sua brincadeira com

o jacaré, numa mistura de pega-pega com esconde-esconde, vibrando em verdadeiro júbilo quando conseguia escapar-se daquela bocarra.

Já passados quase três anos de atendimento, o ventilador vira um humanoide, batizado – por sugestão das professoras da escola que iniciara – de “Ventilão”, a quem vestimos com peruca, gravata, colocamos olhos, boca e braços, sendo tratado por Róger como um amigo de longa data. Aliás, amigo mesmo, não parecia ser um personagem, vale ponderar. Contudo, é com Ventilão que ele passa inaugurar a demarcação temporal de suas chegadas e partidas do CAPSi, cumprimentando-o com “bom-dia!” e despedindo-se com abraços carinhosos. Por vezes, não bastava o Ventilão, indo traçar longas e melancólicas despedidas com absolutamente todos os demais ventiladores presentes na instituição, incluindo o ar-condicionado (depois de uma fala minha em que lhe digo, despretensiosamente, que este era primo do Ventilão...).

Um dia, conhece dona Maria, uma velhinha que, em sua cadeira de rodas, tomava sol no asilo vizinho ao CAPSi. Róger se encanta por ela, chamando-a de “vovó” – exatamente como chamava a sua; mas com o tempo e muitas trocas do lado de cá e de lá do muro, Róger faz importantes passagens na sua posição de convocação: de “vovó” para “*uma* vovó”, seguido de “*a* vovó Maria”, e, finalmente, “Dona Maria”. É para Dona Maria que Róger pergunta sobre o tempo das coisas: “Já comeu?” e, especialmente, “Vai dormir?”, disse que se faz por vezes de dia e do que se faz à noite, até porque Dona Maria adorava tirar uns cochilos sob o sol, despertados pela bola de futebol de Róger que saía de campo.

Róger encerra sua participação na *Oficina* quando inicia um faz-de-conta em que dois ventiladores, o “papai” e o “filhinho” (ou “o menino”), desenrolam um diálogo nem sempre compreensível; É nessa época que surpreende sua avó, única cuidadora, com perguntas sobre onde estaria seu pai (quem nunca conheceu e do qual nunca havia sequer sido mencionado). Avó, com ajuda dos técnicos em entrevistas individuais e conversando com outras mães de pacientes, conta a Róger o nome de seu pai. Por coincidência era o mesmo de um técnico do CAPSi a quem Róger passa a procurar no horário da *Oficina* para mostrar-lhe seu novo faz-de-conta (do papai e filhinho), identificando os personagens e mostrando o que cada um dizia para o outro e, inclusive, demarcando para este técnico a diferença dele em relação ao seu pai, sendo um amigo e o outro, seu pai, apesar de terem o mesmo nome: “Fulano, tu-migo [amigo do] Róger; Róger [tem] Fulano-papai-[do] Róger; outro Fulano!!”

O Ventilão já há algum tempo havia sido esquecido. A brincadeira entre os personagens “papai” e o “filho” dispensava a necessidade de ser realizada com os mesmos ventiladores; bastava que um fosse maior e outro menor (diferente do que acontecia com Ventilão). Contudo, apesar da possibilidade do faz-de-conta, as chegadas e partidas de Róger ao CAPSi passaram do “Ventilão” aos “ventiladores”, como que numa reversão do humanoide ao objeto, novamente, precisando por vezes ainda tocá-los, girá-los ou verificar algum detalhe do seu mecanismo.

No tratamento deste menino, houve um deslocamento metafórico do (seu) lugar do ventilador-objeto na medida em que Róger passa a estar cada vez mais sujeito à linguagem. Seu acesso à palavra, enquanto sujeito, deu condições de poder jogar com o significante que faz do objeto personagem de uma ficção (tomando o espaço e o tempo na dimensão simbólica do contexto da significação lúdica). Tais aquisições são efeito da inauguração de processos elementares de sua subjetivação, certamente. Contudo, ao mesmo tempo parece também não conseguir se situar no espaço e tempo simbólicos, contanto com os referenciais dados pelo “ventilador-objeto” para poder demarcar uma topografia mínima que lhe situe o dentro/fora, a chegada/partida, o início/fim, o que nos indica o alcance relativo de sua estruturação.

Como dito no capítulo anterior em relação ao *fort-da*, o ato de brincar é tanto efeito quanto causa da extração do objeto, pelo cinzel do significante, e a representação do que foi perdido, impondo a estrutura própria de substituição significante, indicando, especialmente no *infans*, a incidência na constituição subjetiva. Róger, antes objeto do gozo do Outro materno, na medida em que sua simbolização progride, vai podendo passar de ventilador-objeto para brinquedo de fazer-de-conta em que se pode ser o que não se é, demarcando um litoral que inaugura uma vizinhança, um laço com o outro por onde vai se dar uma troca de lá e de cá.

Podemos pensar, nesse sentido, que o “fazer-se secreto” no esconde-esconde – mesmo do modo incipiente em que era possível para Róger – dá-se quando a criança pode, diante dos outros, não estar no campo da “mostração”, mas dá uma possibilidade de “apresentar-se” para um outro enquanto sujeito representado por um significante. Desse modo, revela-se enquanto faltante ao mesmo tempo em que vela-se, recobrando o Real

com palavras (que portam o sem-sentido). O ser faltante, portanto, falante, poderá contar com um lugar de enunciação no campo da palavra e da linguagem.

É isso que está em jogo quando Róger chega a brincar de desaparecer, espiando e sendo espiado: é justamente porque pôde subtrair-se à simetria dos lugares sustentados no campo escópico, ingressando numa relação com o Outro em que é possível porque há uma falta, um contorno, uma pergunta sobre o que o outro quer dele. A expansão ficcional no brincar é correlata às formulações de uma ficção de origem e da montagem fantasmática naquilo que chamamos antes de um remanejamento topológico radical.

A criança, para poder brincar, tem que ir dando conta da passagem de suas referências espaço-temporais que – amparam a topografia do seu “*lugar*” no mundo – pode aceder a “invisibilidade” de um esconde-esconde que só é possível se seus referenciais passam a se inscrever em uma topologia, que implica uma *posição* no discurso: é no reconhecimento do Outro que aquilo que foi velado se revela, ou seja se vela novamente, podendo jogar com a espacialidade da sua existência, destacando-se do determinismo do Real.

Quanto ao caso Róger, suas produções subjetivas e a operacionalidade da metaforização lúdica nos mostram que houve algum enganchamento com o campo da linguagem, com inscrição psíquica da presença do outro como semelhante e assujeitamento ao Outro, ao código da linguagem, sem reduzir-se a determinação de seu lugar enquanto objeto. Tal assujeitamento podemos também testemunhar desde o próprio enlaçamento pulsional em que a brincadeira de dar o pé para ser comido já nos indicava a instauração do terceiro tempo do circuito pulsional, onde é possível Roger não mais estar no lugar de objeto (ventilador-objeto), fazendo-se de objeto para um Outro, mas a partir do lugar de sujeito.

Apesar desses avanços com o tratamento, restou uma intrigante limitação naquele seu processo metafórico quanto ao lugar, hesitante, da função e posição do ventilador para ele: entre o faz-de-conta propriamente dito, ou o humanoide ou, ainda, como ventilador mesmo, em seu valor material (funcional), sem recobrimento ficcional. De algum modo, fica este ponto interessante a ser pensado de como um sujeito que acede de modo tão amplo ao brincar, chegando a realizar jogos de regras (como o pega-pega e o futebol), e, inclusive, a compor o faz-de-conta, pode ter tamanha hesitação na composição do ato de brincar em relação ao ventilador. Esta é uma questão que seguiu em aberto.

10 CASO 2: “UMA CRIANÇA SE BATE” – O FRACASSO DO TRANSITIVISMO E A PARA-GRAMATICALIDADE

Ao iniciarmos segunda edição da *Oficina do Brincar*, com novos técnicos e cujo ingresso não fosse parametrizado pelo diagnóstico, mas pela ideia de “crianças que ainda não brincam”, recebemos este novo paciente. Tratava-se de uma criança de pouco mais de três anos que estava, de certa forma, suspensa de frequentar a creche comunitária por ser considerada socialmente “inviável”, por sua agressividade desmedida. Quando sua mãe lá lhe deixava, ele entrava em crises seríssimas, batendo repentinamente nos coleguinhas (os menores acabavam sendo seu alvo mais frequente), tomando-lhes os brinquedos à força, atirando objetos pesados (como cadeiras) nas crianças e educadoras, chorando e esperneando desordenadamente quando o lanche lhe era oferecido.

Seu surto chegava ao seu agravamento mais extremo em duas situações: tanto quando a palavra lhe era dirigida pelos adultos – por exemplo, quando as professoras tentavam lhe acalmar conversando – quanto nas situações em que não entendiam o que ele queria ou tentava expressar. Nesses momentos, o menininho batia a parte de trás de sua cabeça com força extrema (fosse contra paredes, contra chão de cimento ou mesmo atingindo materiais de ferro) a ponto de o som desse choque chegarem a ser ouvidos até fora da escola, pela comunidade. Ele o fazia com choros raivosos, mas não expressava qualquer indicio de dor ou desconforto no corpo. Em casa, a situação era ainda mais frequente.

Os próprios pais de Isaac, este menininho, igualmente não compreendiam a maior parte do que ele tentava dizer. Contudo, deveras, os pais tomavam seus sons enquanto fala e, inclusive, conseguiam por vezes oferecer-lhe suposições de tradução diante do que seu filho parecia dizer. Apesar disso, caso o menino percebesse que não havia conseguido se fazer entender, voltava a desorganizar-se gravemente, a batendo a cabeça com violência.

É com surpresa que escutamos nesses pais um reconhecimento (ou uma suposição) de que seu filho estaria numa contagem, no sentido de entrada na série dos elementos com os quais se compõe uma história familiar e um lugar de filiação atribuída ao filho, sendo falado, havendo uma narrativa e historicização. O não-deciframento da fala da criança não fora tomado pelos pais como um estrangeiridade do filho ao campo da linguagem, pois notoriamente atribuíam que ali havia uma mensagem, sentido e intenção em comunicar. Para os pais, parecia que os atos de linguagem do filho eram

como um que envelope chegou ao destinatário, foi aberto, mas o texto carecia de uma caligrafia mínima, e, apenas por isso, sem a possibilidade do reconhecimento da letra e, portanto, de leitura (mas como se a falta de forma da letra fosse um problema trivial, uma “fase” do desenvolvimento). De início, entendíamos isso como uma aposta, uma suposição de sujeito em Isaac por parte dos pais.

A importância desse destaque dá-se por ele sublinhar uma sorte de recursos de subjetivação nesse pequenino, pois não se tratava de um *infans*, como as outras crianças da *Oficina*. Os quadros de precariedade subjetiva com os quais trabalhávamos na primeira edição estavam ainda numa temporalidade de constituição muito inicial, padecendo de um excesso de real que os situava num percurso ainda distante da amarragem mínima necessária também com o simbólico e imaginário, para que a primeira garatuja de alteridade pudesse ser desenhada.

Como dito em capítulo inicial sobre a palavra *amortecida*, tanática das mães da maior parte dos pacientes da *Oficina*, nossa experiência era, antes de Isaac, com pacientes que acabavam sendo pouco, mal falados. Em casos mais otimistas, os cuidadores mais subjetivantes ainda operavam com a linguagem como as únicas que sabiam e entendiam os atos de linguagem dos filhos, à imagem de uma bocarra que engole a carta pelo filho redigida, grafada na letra do significante; Com essas, era como se depois de o envelope ser fagocitado e seu código digerido, a mãe cuspiu, na loucura de sua certeza, todos os significados ali grafados e que somente ela, incorrigivelmente, pôde traduzir.

Novamente, percebíamos que não era disso que padecia Isaac, da temporalidade do arranque inicial e mais elementar da estruturação da fala e da linguagem (enquanto constituição de código e de mensagem) e, portanto, da operatividade mínima do *fort-da*. Seu risco psíquico e a necessidade urgente de acompanhamento embasavam-se noutros pontos, à diferença dos critérios de entrada da primeira edição da *Oficina*. Com a reformulação da *Oficina* nesta segunda edição, já compusemos seu PTS de modo ampliado, não apenas ancorado no dispositivo coletivo: Isaac tinha acompanhamento individual (realizado por mim e uma colega da área instrumental), atendimento aos pais (tanto pelas entrevistas clínicas psicanalíticas quanto em atendimento de abordagem familiar) e ações frequentes e regulares na rede (reuniões sistemáticas com a creche, por exemplo, pela iminência da perda da vaga, entre diversas outras ações). Avaliamos que a *Oficina* poderia trazer-lhe elementos interessantes para além do atendimento individual, ainda que sua condição psíquica nos trouxesse novíssimas questões quanto a como recebê-lo no dispositivo e qual o direcionamento da posição discursiva dos oficinairos.

Retomando a questão dos pais e da trama familiar, apesar da aparente suposição de sujeito que mencionamos, estranhamente os pais não tinham muitas queixas quanto a essa “não decodificação” da fala do menino. Aliás, eles nem mesmo pareciam se tomar como agentes primordiais da articulação da fala em direção a forma privilegiada da comunicação – o léxico, a palavra. Pareciam entender que, estando aparentemente preservadas linguagem e esse rascunho de fala, a palavra seria melhor articulada fonologicamente com o passar do tempo, “quando ele crescer” (*sic*). Aliás, este foi nosso primeiro contraponto sobre as indicações clínicas do caso: solicitamos o adiamento das tarefas e exercícios instrumentais fonoarticulatórios orientados pelo neurologista para os pais, tanto pelas consequências de os pais se ocuparem dessa posição quanto, para o menininho, ter uma intervenção instrumental, cruamente mecânica, sem o tocante da mobilização estrutural, o que naquele momento seria iatrogênico.

Ao conhecermos essa criança, ficamos otimistas com seus recursos em comparação ao possível diagnóstico que havíamos desenhado inicialmente: Isaac era uma criança carismática, bastante expressiva e vivaz; fazia dos objetos brinquedos diversos, ancorados no faz-de-conta, tinha um bom repertório instrumental e de autonomia nas atividades da vida diária, com uma excelente constituição psicomotora e, acima de tudo, era atento aos outros a sua volta, já escolhendo os técnicos que lhe eram mais simpáticos para com ele brincar. Estava bem transferenciado e tinha curiosidade em nos conhecer e explorar a sala. Ele não estava, de forma alguma, alheio aos outros pacientes, mas realmente não queria a proximidade deles, conseguindo nos dizer que não gostava de crianças menores que ele (vale dizer que, com o tempo, ancora sua transferência especialmente no técnico da *Oficina* que era, de veras, muito alto).

Em geral, sua brincadeira era, sim, bastante truculenta e sem versatilidade ou revezamento de lugares e posições, de modo que a encenação era realizada apenas pela sua perspectiva na cena, determinando os papéis dos outros para que tudo fosse ao seu modo. Cabe destacar, contudo, seus recursos lúdicos, já que as cenas eram armadas num faz-de-conta reconhecível por todos, bastante figurativo (o que já denota um marco ficcional fundamental) e que já compunha minimamente um desdobramento diacrônico de cenas: carrinhos de corrida que competiam e acabavam por chocavam-se frontalmente, em “batidas” dramáticas, por exemplo.

Em momentos bastante específicos, Isaac repentinamente perdia a sustentação simbólica do brincar, cedendo a amarração ficcional, precipitando comportamentos destrutivos com os objetos. Passava-se, aí, da brincadeira truculenta à agressão, partindo

desde carrinhos que se chocavam até quebrarem ou, que atropelavam os técnicos ou neles eram atirados com força quando lhe anunciavam uma negativa ou alguma forma de interdito.

Via de regra, a intervenção dos técnicos era a de, pela palavra, trazer-lhe nossa constatação de sua irritação, reconhecendo sua reação e, assim, oferecendo-lhe nossas suposições e sentidos para o que havia ocorrido e lhe ajudando a encontrar outra saída para aqueles momentos. Por vezes, lhe convidávamos a tentar dizer-nos o que lhe incomodava; noutras, operávamos a partir da própria antecipação do sentido, remetendo a uma suposição quanto ao que havia se passado e lhe chateado ou, também, forçando (enquanto um “golpe de força”, pelo conceito de Bergés e Balbo, 2002) uma suposição, transitiva, de que Isaac estava nos propondo uma nova brincadeira, por exemplo. Assim, carrinhos atirados nos técnicos transformavam-se numa brincadeira de “guerra”, mas que – para ninguém se machucar “de verdade”, como anunciávamos – usaríamos as almofadas e os bichinhos de pelúcia, não os carrinhos. Além disso, mesmo o “bater” podia transformar-se num “brincar de bater”, como uma cena de lutinha, por exemplo.

Isaac ia respondendo muito bem a essa antecipação da significação lúdica, quase sempre conseguindo (re)inaugurar uma outra posição na linguagem que contemplasse a operatividade do processo metafórico do brincar. O próprio menino parecia surpreso por seu comportamento não ser tomado pelo viés de uma posição discursiva que lhe apontasse como uma criança não sociável e cruel, aos moldes do entendimento da falta-de- laço, por exemplo (na creche, ficava de castigo sempre e os coleguinhas lhe temiam). Ele mesmo comemorava quando desfrutava de momentos prazerosos de brincadeira e surpreendia-se com a admiração e carinho que os outros pacientes tinham por ele. Aliás, as outras crianças, juntamente com os oficinairos, davam a Isaac um outro lugar no discurso e eram pacienciosas e respeitosas nos momentos difíceis de Isaac.

Nas sessões em que ele Isaac chegava a surtar, batia sua cabeça com força quando perdia a uma corrida de carrinhos ou quando anunciávamos o fim da sessão mas, principalmente, quando não entendíamos o que ele dizia. Ele, por vezes, repetia, insistia e, diante da ineficácia do seu esforço para compor um enunciado que portasse uma significação para outros, desabava no vazio, como se aí perdesse todo e qualquer laço com a alteridade.

Aliás, vale sublinhar que sua fala acabava sendo expressa em uma “massa” de continuidade sonora, aliás, interessantemente, bastante musicada e prosódica. Havia pouco contraste fonemático (dispensando a maior parte das consoantes) e o intervalo que

também lhe era insuportável (o que, por um lado, este era o fio do carretel que não permitia dispensar a alteridade simbólica).

Com o andamento do tratamento, brinquedos que eram destruídos param de se chocar e passam a ser carros que disputam, lado a lado, uma corrida. As eventuais “batidas” entre eles passam a ser delineadas pela fala, por onomatopeias que produzem uma parada na corrida e busca, ainda no faz-de-conta, por socorro: o mecânico escuta a batida ou mesmo o “choro” dos carrinhos e lhes cuida, lhes conserta e, depois, orienta sobre a atenção à pista e aos sinais de trânsito. Nesse período, Isaac já consegue considerar as contribuições dos outros na cena, em uma narrativa compartilhada, e por vezes é o motorista, por vezes quer ser o mecânico.

Passar a batida a uma outra cena, inscreve um outro registro quanto aquilo que antes ficava apenas na carne de um corpo ferido que não doía nem sangrava, inaugurando uma série de conquistas: o alargamento da metaforização na linguagem (e ficcionalização lúdica), a possibilidade de se submeter à demarcação do tempo da sessão, a incrível expansão da sua capacidade de fala e melhor articulação das palavras e, ainda, o prazer de brincar com as outras crianças.

Porém, foi assustador perceber que concomitante a esse progresso, inclusive com drástica diminuição da frequência das crises na creche e em casa, houve importante agravamento da intolerância e desorganização de Isaac no que circunscrevia os momentos em que sua fala não era compreendida pelos técnicos. Era cada vez mais insuportável para ele não lhe entenderem o que dizia, repetindo, nesses momentos, as violentas batidas de cabeça, de modo angustiante e quase paralisante para quem as testemunhavam. A expressão de horror e dor dos técnicos, a tentativa de impedir-lhe as batidas com almofadas, acariciar-lhe a cabeça ou, até mesmo, dizer-lhe para não fazê-lo “pois não queremos que tu se machuque”, ou “tu estás te machucando” (*sic*) eram, diferentemente do que esperávamos, potencialmente agravantes da situação. As batidas ficavam mais intensas.

Na medida em que as técnicas, passaram a expressar a dor a partir de uma autorreferência – “ai, ai ai, *minha* cabeça!!!” (fala da técnica, encostando a mão em sua própria cabeça) – engendrou o que Bergés e Balbo (2002) chamam de identificação transativista, o que possibilitou que as crises começassem a ceder.

Foi justamente nesse jogo de posições do transativismo, em que o outro – que não experienciou a dor – coloca-se no lugar do outro, a criança que se machucou, formula um enunciado que ele esperaria que fosse formulado pela criança. Já essa, se puder se

perceber, em sua dor, pela fala do outro, poderá numa operação de torção, tomar essas palavras como se fossem suas e, num deslocamento topológico por antecipação, reconhecer-se nas palavras do outro, “incorporando-as” a uma imagem de seu corpo e percebendo-o.

Com o tempo, ao iniciar uma crise, Isaac olhava para as técnicas e ia se aproximando da parede devagarinho, indicando-nos o que ele poderia vir a fazer, mas já compondo um compasso que viabilizava que a narrativa das técnicas pudesse chegar antes e limitar seu gozo. Deste modo era possível que o sofrimento psíquico daquele pequeno pudesse entrar em uma discursividade (discursividade compartilhada, como propõem Bergés e Balboa (2002)), virar dor reconhecida pelo outro e que, assim, é por ele mesmo sentida e reconhecida, podendo então entregar-se, por ter um corpo próprio, ao cuidado das técnicas.

A batida na carne vira, pelo olhar do outro que “sente” a dor e a colocou em palavras, passa a ser apelo da criança por ter propiciado a ela uma identificação com esse discurso, vindo do outro e que demanda que a criança com ele se identifique e, assim, onde era carne e silêncio, faz-se um corpo. Ao reconhecer seu corpo (e assim suas sensações), a partir do transitivismo, pôde botar a dor “na” palavra e, a partir da demanda do outro em limitar essa experiência, a criança, movida pelo desejo então engendrado, limitar o seu próprio masoquismo. Como afirmam esses autores, o golpe transativista está na contramão do traumático (onde o excessivo transborda e perde as possibilidades de representação pelas palavras), pois justamente liga o acontecimento à linguagem, tornando a experiência – antes despercebida, inexistente – presente para o jovem sujeito.

Nesta época, novos elementos advieram nas entrevistas clínicas com os pais. Suas histórias nos indicam a pregnância do significante “*cabeça*” por expressões que se repetiam numa variabilidade de formas na cadeia associativa, remetendo ao enlouquecimento (“perder a cabeça”) ou, também, ao gozo sádico relatado (e fotografado pela mãe) da visão obscena de corpos decapitados ou de cabeças desintegradas (com conteúdo exposto; consequência da guerra do tráfico naquela comunidade).

A relação entre os pais (e com o filho) tinha um eixo essencialmente sádico e masoquista, exercido na violência sem palavras, em atuações e agressões veladas, indiretas. Os pais eram entrevistados em separado e, cada um, tinha uma versão da narrativa familiar que era, impressionantemente coerente, mas necessariamente incompatível e contraditória com a versão do outro. Não havia narrativa comum, um discurso minimamente coincidente entre eles.

O pai entendia o comportamento de Isaac como mera “birra” e, portanto, falta-de-laço, não conseguindo suportar sofrimento no filho; nas sessões em que foi convidado a participar (em atendimento individual das entrevistas preliminares), este pai era incapaz de qualquer outra aproximação com o filho que não fosse para corrigi-lo e exigir-lhe “obediência”. Quando a equipe se dá conta da pertinência das intervenções pela via transgressiva, a extensão do trabalho nas entrevistas clínicas revela o gozo sádico parental quanto às batidas de cabeça de Isaac, cuja intervenção do pai era segurar-lhe à força até que a criança parasse por exaustão. Certa vez, numa das crises de Isaac em que essa intervenção do pai não tem efeito, esse conta que bateu a cabeça do filho contra a parede com ainda mais força, dizendo-lhe: “Agora sim tens motivo para chorar [como que “isso sim é dor”].”

A mãe, inicialmente nas sessões, era uma silenciosa espectadora. Nada dizia ao filho e também, como o pai, se recusava entrar na brincadeira. Com o trabalho clínico, em que a dor dessa mãe passa a poder ser falada nas suas sessões, esta passa a ficar muito sensível ao filho. Inadequadamente sensível. Quando Isaac começava a se desorganizar e bater a cabeça, ela ainda nada dizia, testemunhando o sofrimento do filho, agora passando a chorar intensamente.

Na medida em que vamos lhe apresentando nossas intervenções “transgressivas” nas sessões individuais (ou em momentos da *Oficina* em que ia buscá-lo), a mãe passa a ser mais carinhosa, aproxima-se das brincadeiras, passa a contar-nos dos passeios que fez com filho. Ela não sabia brincar, aliás. Com o tempo, para além das lágrimas, consegue passar a oferecer palavras para a dor diante dos surtos de Isaac, porém, chora intensamente a cada batida de cabeça do filho e aponta suas próprias lágrimas, trazendo o seguinte discurso: “Filho, viu que mamãe está aqui chorando?! Isso dói, filho... Me dói muito, olha aqui como *eu* estou!” A mãe passou, então, confusamente, a enfatizar sua dor e lamento sofrido por ela a partir do sofrimento do filho: “Viu o que tu tá fazendo com a mamãe?!”

Essa mãe parece ter começado a reconhecer a própria dor, antes silenciosa também, a partir da dor do filho. Ela passa a botar sua dor em palavras. Mas o que afinal essa mãe demanda ao filho e que discurso lhe propõe? Não esperaria ela que o seu filho que transgressisse sua dor? Aliás, é como se não houvesse transgressão da dor, mas projeção, identificação imaginária (mimética), gozo sadomasoquista, enfim, uma sorte de outros processos em que a torção moebiana da continuidade descontínua que possibilita que, na assunção da forma e identificação do eu, alguns lugares e posições se demarquem

em relação a um terceiro. Sem isso, a dor não tem dono, corpo ou palavra e, portanto, não há o seu registro. Não seria aí a dor do filho, para ela, o motivo para seu choro, pela mesma posição discursiva da paulada que o pai de Isaac oferece ao filho para que uma dor possa ser reconhecida no corpo do outro, pelo outro?

A operação transativista é extremamente complexa por essa sutileza (e proximidade) com os outros destinos que, nessa dialética da constituição subjetiva dada na identificação por inversão e oposição entre eu-outro, podem ficar atrelados à identificação imaginária que não pôde se armar com o simbólico. Aí teremos desde os processos projetivos mais ferozes, a identificação imaginária (e mimética), a paranoia e os sintomas como despersonalização, o duplo enquanto efeito dissociativo, entre outros.

A narrativa familiar começa, então, a confluir em alguns pontos, apresentando-nos uma fantasmática parental delirante. Os pais, evangélicos fervorosos, haviam sido excomungados da comunidade religiosa por terem concebido Isaac antes da contração matrimonial, sendo ele, então, a prova viva do “pecado” do casal. Para tentarem reenlaçar-se à imagem preconizada pela religião, batizam o filho com o nome que, para eles, garantiria sua reinserção numa filiação, mais que religiosa, bíblica, já que os pais chamavam-se Abraão e Sara. Sara, quando Isaac entrava em crise, afastava-se do filho, pois acreditava estar diante do demônio. Já o pai lamentava-se por não se ver “totalmente com fé” (sic) e, tal como um roteiro da história bíblica, aderido à imagem da iminência de sacrificar o filho, como que numa repetição mimética da cena bíblica em Abrahão, ou prova sua fé – escutando Deus e sacrificando seu filho – ou não escuta a palavra sagrada e age como pai, mas contra a sua fé.

A criança, em sua constituição, vai tentar responder ao fantasma dos pais, por exemplo, ao se perguntar o que o Outro quer dela (encarnando os pais esse Outro primordial), fazendo suas teorias sexuais, construindo suas ficções, etc.

Como diz Jerusalinsky (2002, p. 50), o brincar é constitutivo por ser uma via por onde a criança vai poder tecer seus desenlaces ficcionais que contornarão a falta-a-ser deixada como resto de seu destacamento do Outro, passando do gozo a um saber-fazer, tornando-se craque no jogo da alienação e separação (diga-se de passagem, processo que Isaac mobiliza com o início de seus atendimentos e que, ao final de dois anos, já estava muito bem).

Sobre Isaac, essa criança cuja gramaticalidade parece estancada na frase fantasmática “uma criança se bate” e, arriscamos hipotetizar, seria como se suas batidas de cabeça se tornassem a própria cena primária, pois o filho que se bate não é batido pelos pais. Naquele momento, era como se produzisse um gesto sem qualquer endereçamento ou significação.

Diferente das outras crianças, o menino havia sido mais banhado pelo código lexical e seu ordenamento, mas não pode operar a torsão que lhe permite ultrapassar o determinismo do sentido do código recebido e do lugar sacrificial que estava em relação à fantasmática parental, acabava sacrificando-se, em um ato “de fé” e demoníaco simultaneamente.

Sobre as torsões que o brincar mobiliza, lembramos que o mais além do princípio do prazer não é só a repetição do mesmo como reiteração. Como diz Didier-Weill (1997), a compulsão à repetição tem uma outra face que é a de ser o “meio silencioso pelo qual ela chamaria, mais-além da repetição do mesmo, a repetição de um recomeço de uma coisa radicalmente nova”. Ou seja, é no remanejamento topológico do sujeito em que se deixa representar por este outro significante originalmente recalcado, num arranque de diferenciação estrutural pela produção de um outro S₁, religando-o a sua indeterminação originária que lhe possibilitará colocar em movimento a gramática do seu desejo e, portanto, a produção de novos sentidos.

Com isso, na constituição de um litoral em relação ao desejo do Outro e com os desenlaces ficcionais possíveis na montagem languageira própria ao ato de brincar, a criança recomeçará seu destino ao escapar-se do determinismo de uma posição subjetiva para-gramatical, abrindo caminho para o sujeito poder deslizar do ponto de miragem imaginária, despistando a realização da pulsão de morte, essa que, como diz Didier-Weill (1997), de modo poético, faz o *fallasser* tombar no real, caindo na posição de fixidez que é “de onde vem a lei da queda dos corpos, aquela que faz com que o sujeito perca a leveza do significante”.

Isaac, portanto, foi deslocando-se da loucura de sua alienação no “se bater”, para poder começar a brincar de bater, a fazer-de-conta que cuida do carrinho que se bateu, brincar de ser grande, de ser pequeno e, inclusive, de ser a personagem Isaac, encontrando nas ficções de si um saber-fazer frente ao desejo do Outro.

11 CASO 3: ANFITRIAR A TRANSITORIEDADE COMO CONDIÇÃO DE TRANSMISSÃO DAS HERANÇAS SIMBÓLICAS

I.

“Um risquinho” de corpo estendido no leito do hospital, o respirador, o som simetricamente ritmado dos aparelhos. Com um gesto suave, minha colega toca-lhe as pálpebras e acortina aqueles olhos opacos, já desertos. Despedimo-nos da sombra do que foi um dia nosso paciente, por dois anos e até então. Abraçamo-nos para dar um lugar à tristeza e poder parar o choro e, em seguida, acompanharmos a família que nos instantes seguintes receberiam a notícia da perda daquele menininho de 7 anos.

“Eu não vou sair daqui sem ele!!!”, afirma sua mãe, antes de tentar fazer do seu enunciado um último ponto de contato, a palavra última já soterrada pela imagem que excede qualquer palavra: os dois juntos. Diante da queda desse imaginário que lhe parecia dar existência, não havia uma saída dialética para que ela passasse a outra coisa, dado o cansaço da linguagem. Encurralada assim nessa miragem, entre a solidão e a solidão, atirar-se escadaria abaixo equivalia ao ato possível de reconhecimento do seu laço amoroso com filho, legitimando cada um dos termos ali condensados na representação maternidade/amor/vida. O dom de dar a vida ao filho era, assim, a condição da vida dele e dela própria, fusionados em uma coreografia contínua.

Contudo, para nós que estávamos em outra posição, percebemos que havia outros para quem aquele menininho era irmão, primo, afilhado, vizinho... O que víamos não correspondia ao que eles eram na perspectiva dela, para quem não havia laço e pertencimento que não com o filho. Esses familiares tomam a mãe nos braços, impedindo-a de cair pela escadaria. Ela some em gritos e choro de tristeza infinita. Escutamos ali o sofrimento indizível do que talvez possa ser o horror de ter a morte como única saída, mas que nem mesmo consegue morrer. Nada se desloca e o tique-taque do relógio congela antes do “taque”. Eis um ponto-chave: não poder morrer. Mas de que morte se tratava?

Essa imagem, o fora do tempo, opera fora de cena (*obs-ceno*) por não haver antes e depois. Nesse excesso, tudo parece vivo, mas nada se move, nada mais ressoa, não há mais o acontecimento, apenas um sequenciamento não diferencial de imagens (da mesma) em repetição metonímica infinita. Sem a falta da falta, o encanto pela plenitude narcísica – outrora necessário para uma criança ser invocada – impossibilita que o dom da vida, da transmissão, faça nascer o desejo a partir da transmissão de um ser falante a um ainda não

falante, para que esse possa então ingressar na linguagem. Barthes (2007), a propósito de Nietzsche, ressalta uma proposição que nos parece cara ao tema: “plenitude quer dizer abolição das heranças”.

Com a morte da coisa (a perda do objeto) pode-se habitar a linguagem e inscrever, por um ordenamento simbólico, a própria vida na perspectiva da finitude. Sem isso, toma-se a morte própria (o óbito) como a função de um S_2 que retroage e significa (legítima) a própria vida (como S_1).

Ora, com a linguagem, somos falados antes de nascer, durante e inclusive depois que morremos. O nascimento do sujeito é de outra ordem, que comporta o ser falado, mas na justa medida em que um outro fala “eu” pelo outro para que esse outro possa tomar a palavra e falar “eu” em nome próprio e com a própria voz.

Anfitriar a própria transitoriedade é condição para apropriar-se das heranças que lhe chegaram e transmiti-las. Trazendo uma ideia talvez um pouco próxima a uma acepção ontológica e do tempo cronológico, podemos dizer, desse modo, que o pequenino recém-chegado na cultura (e que, enquanto vivente e em relação ao tempo cronológico, tem mais futuro que passado) deve ser recebido em presença pelos outros viventes presentes (que têm tanto passado quanto futuro, ou também mais passado que futuro, como os anciãos) para que possa viver, um dia, apesar da presença deles (que será finita) e também na ausência deles. É também no registro de que ele mesmo um dia não estará mais lá, já que também é finito, que talvez firme o campo da linguagem como o terreno pulsante que faz o laço com a vida, com o outro.

Em outra acepção, relativa a um tempo topológico do sujeito, relembramos que o que move o desejo a sempre desejar é sua eterna finitude. É isso que sustenta a saída fundamental do sujeito, no que diz Julien (2000), de poder “abandonar pai e mãe” e fundar outra família, já que então uma mãe pôde ser não-toda para um filho (pois é também mulher, filha, colega, amiga etc.) e o filho, mesmo desejando o desejo da mãe, não se encontra de todo lá para onde esse desejo aponta, numa assimetria constituinte.

Em relação a isso, a psicanálise lacaniana pode aludir à figura da topologia dos dois toros enlaçados que, por mais abraçados que estejam, “beijam-se” sem nunca se fundirem, pois sempre perdura um ponto êxtimo, tão íntimo quanto exterior, que impossibilita a coincidência de desejo de um com de outro. Essa figura nos apresenta a lógica do enlace de um e de outro enquanto uma “complementaridade excludente” e cujo enlace só é possível porque ambos os toros são furados.

Assim, o ponto desde onde me reconheço no Outro nunca é o ponto de onde estou.

E é nessa esquizo que conseguimos compreender a dialética não coincidente dos desejos, como na figura dos dois toros de onde o que é demanda para um é desejo para outro, e vice versa. Quanto ao objeto de desejo relativo à pulsão escópica, Lacan (1964/1979) nos brinda com esta construção: “quando no amor peço um olhar, o que há de fundamentalmente insatisfatório e sempre falhado é que jamais me olhas de onde te vejo. E o que eu olho não é jamais o que eu quero ver”⁴⁹.

Assim, a exclusividade de um enlace (ou melhor, sua imaginarização, já que a simbiose psíquica é logicamente impossível), não comporta o laço com a vida. A imagem de “uma mãe que vive para o filho – o filho que vive para a mãe” é como uma cena que só remete a si mesma, fora do tempo, sem antecessão ou sucessão. Para o tempo (lógico do sujeito) ser instaurado, é preciso a queda da plenitude a partir de, se assim arrisco nomear, um luto narcísico de mão dupla: abandonar a própria ilusão de ser o falo para o outro, tanto quanto o outro poder reconhecer este em outro lugar, que não de objeto de seu desejo. Aliás, como em qualquer desenlace/re-enlace amoroso.

II.

A mãe desse “risquinho” de sujeito chamado Serafim era extremamente silenciosa e melancolizada. Quando passamos a ser os destinatários de suas palavras, revela pouco a pouco que “desaparecia” (*sic*) na sua embriaguez severa, da qual nada lembra. Por vezes, ao voltar para casa depois de talvez um ou três dias, deparava-se com um bebê em seu quarto. Recompunha-se: ela era mãe e aquele era seu filho – voltando do seu desaparecimento/apagamento. Tomava-o no colo com saudade e culpa, dele cuidava como podia, em seu silêncio sério e severo.

É com muito tempo de tratamento que nos confidencia de uma quase impossibilidade de sorrir ou alegrar-se, por tomar-se de uma censura incomensurável.

⁴⁹ Quanto a isso, achamos oportuno acrescentar estas palavras de Lacan (1964/1979): “Na identificação, o ponto do ideal do eu é de onde o sujeito se verá como visto pelo outro – na forma em que lhe agrada ser visto -, essa miragem especular que compõe o amor” (p. 259). É por isso que para Lacan, como ele afirma, “a operação e a manobra da transferência devem ser regradas de maneira que se mantenha a distância entre esse ponto desde onde o sujeito se vê amável e esse outro ponto de onde o sujeito se vê causado como falta por *a*.” A mola fundamental da operação analítica é a manutenção da distância entre o *I* e o *a*” (p.261).

Apenas quando intensamente embriagada conseguia despistar sua profunda vergonha, chegando a fazer breves brincadeiras com Serafim ou ficar feliz e surpresa com algo que ele fazia, que ela nele notava.

De fato, o brincar, o devaneio, o humor comportam um certo estado de “embriaguez”, ou seja, de uma certa leveza para fazer uma coisa passar a ser outra, se deixando levar. Contudo, a capacidade de desalojar-se da obviedade da palavra para jogar com o sem-sentido pôde, aqui, ser apenas induzida ou forjada pelo estado etílico, mas sem disso oferecer uma sequência, cadenciar uma série que se inaugure na sobriedade. Inclusive esta mãe, depois, pouco ou nada se lembrava do que se passara.

Essa dimensão da vergonha, que Freud nos ensinou ser tão cara para guiar a escuta, indicava-nos um posicionamento subjetivo dessa mãe que a fazia reincidir repetidamente neste aprisionamento imaginário diante do seu Outro. Como se qualquer movimento fora desse esquadro de sua previsível seriedade – que ela, bastante sábia e certamente, atribui tal movimento ao ato de brincar – lhe fosse um desvelamento tal qual um desnudamento e, assim, absolutamente censurável. Tudo isso, se lhe fosse possível estar na cena de outra posição, poderia ser, pelo contrário, um momento chistoso e humorado com seu pequeno.

Dois anos antes do desfecho que referimos no primeiro parágrafo, Serafim chega ao CAPSi, já com 5 anos. Lembrava muito o menino selvagem de Aveyron, assustado, parecia não entender o que éramos (mas havia curiosidade). Era como se não tivesse sido tocado pela civilidade ou contato humano. Tinha uma fina penugem por todo o corpo, com feições e movimentos típicos de prematuros extremos. Seus cabelos compridos e bagunçados confundiam a equipe: era menino ou menina? Não produzia nenhuma palavra e nenhum som. Os passos eram escassos e hesitantes, tremidos (pouco havia ido para o chão, estava sempre no colo). Parecia e era absolutamente frágil: “Ele é um risquinho”, como certa vez a mãe lhe definiu.

Dormia muito e assim ficava no colo da enfermeira (oficineira) durante a *Oficina do Brincar*. Ao longo dos encontros, foi acordando, interessando-se pelo canto dela pra ele, cada vez mais, e foi assim que iniciamos. E mesmo enquanto ele ainda não despertasse para os outros, os pequenos já o conheciam e compunham modos de com ele se relacionar, intrigar-se, fazer perguntas. “O dorminhoco!”, dizia-lhe Róger, por exemplo, incomodado por Serafim não participar do seu pega-pega com o jacaré.

É do colo da técnica, na *Oficina*, que Serafim vai de certa forma nascendo, ganhando vivacidade. Passa a querer caminhar e aventurar-se no pátio, ladeado apenas

por ela e deixando os coleguinhas na sala. Do prazer da caminhada passa para o prazer de falar sua primeira palavra, ao encostar as mãos no muro ao fundo do CAPSi: “Aquiiii!”, sorrindo, parecendo vibrar por ter desenhado todo o contorno da casa e, então, encontrando-se. Assim nos mostrava que começava a armar e a se situar literalmente e metaforicamente no tempo e no espaço, da geografia do lugar à topografia da posição de sujeito em *status nascenti*. Renascia também nas palavras da mãe que, agora, “enchia a boca” para narrar envaidecidamente, na sala de espera, as gracinhas e bagunças que ele vinha aprontando cada vez mais em casa: abrindo gavetas, espalhando objetos pela casa, trazendo coisas, chorando quando incomodado, fazendo sons engraçados com a boca, cantarolando as musiquinhas que havia ouvido da oficineira, enfim, convocando-a de diversas maneiras.

Um dia chegou um menino muito bonito na sala de espera, com um cabelo espetado (“*punk*”) e uma camisa xadrez. Logo reconhecemos Serafim, que por ter feito 7 anos, havia completado o tempo da promessa que a mãe fizera “para vingar na vida” (*sic*), pois o filho havia nascido com pouquíssimas chances de sobreviver (especialmente pelo quadro epilético causado pelas sequelas neurológicas, devido ao uso de álcool na gestação).

Contudo, na medida em que aquele pequeno sujeito ia ingressando na linguagem, sua expansão ficcional também foi concomitante ao aumento de manifestações físicas muito graves. Freud já afirmava a relação de paralelismo entre o somático e o mental, de modo que não há acontecimento psíquico que não gere concomitantemente um acontecimento na materialidade orgânica, hipótese que é contemplada pela neurologia até hoje, ainda que não se determine de que modo essa interligação se apresenta. No caso de Serafim, vimos que o aumento das suas conquistas, tanto no campo estrutural quanto instrumental, possivelmente aumentava sua atividade neurológica, a ponto de diminuir seu limiar convulsivo, ou seja, aumentou a frequência das crises epiléticas.

Em seu último dia de oficina ele estava vibrante, vivaz como nunca. Como sua técnica preferida não estava, eu o acompanho. Ele pega minha mão e quer procurá-la onde ela sempre a aguardara e logo lhe explico que ela não virá. Serafim fica atento ao que digo, contenta-se e, de modo surpreendente, mostra-me a brincadeira que vinha fazendo com ela: cantar a música do “minhoco”⁵⁰ (já conseguia, nesta época, articular partes de algumas palavras, alguns fonemas), que tanto gostava, alegrando-se com a própria

⁵⁰ Uma cantiga infantil que narra o encontro atrapalhado do “minhoco” com a minhoca por quem ele é apaixonado.

cantoria e em conseguir gesticular com o dedinho, fazendo-de-conta que era o “minhoco”, e ensinando-me como era a brincadeira que ele e a outra técnica faziam juntos. Ali identificamos uma bonita escansão por ele operada: do “dorminhoco” (de seu apagamento letárgico inicial) ao “minhoco” da cantiga (o menino apaixonado). Neste dia, expressa-se claramente com satisfação quando, ao final, digo que contarei para da nossa brincadeira para a outra técnica, e vai embora radiante.

Foi a última vez que nos vimos. Serafim chega em casa com muita dor de cabeça. Nos dias que se seguem, o hospital nos avisa da sua internação emergencial por crises convulsivas que levaram ao seu falecimento logo depois. Não havia materialidade orgânica possível para que, como disseram os médicos, ele vivesse mais do que pôde.⁵¹ Nossa hipótese é de que havia poucas possibilidades para instauração de novos processos psíquicos que dessem seguimento ao nascimento de sua subjetividade que, mesmo a partir de outro paradigma, coincidia com o entendimento médico de que quaisquer novas aquisições seriam um “estímulo” excessivo para seu aparato neurológico.

Serafim morreu pouco depois de (começar a) nascer, voltando a um dormir que lhe encerra o laço com a vida.

Após esse acontecimento, como citamos no capítulo 5, fizemos um grupo com as mães dos pacientes da *Oficina* para conversar sobre o falecimento de Serafim (que também estava sendo conversado com os outros pequenos) e escutamos as impossibilidades do luto, uma vez que era falado desde uma posição subjetiva correlata à da mãe de Serafim. Elas também pareciam não ter lastro na linguagem que as possibilitasse operar a transmissão das heranças simbólicas que permitem a uma criança a inscrição da sua *singularidade* e do *comum* ao mesmo tempo (ou seja, a matriz que faz com que possamos transitar do íntimo ao comunicável, ou seja, sermos únicos e pertencentes).

III.

A escrita deste caso, subsequente à minha despedida da equipe do CAPSi, colocava em questão precisamente os conceitos de fundação (da subjetividade e do que seria a fundação de um trabalho clínico em uma instituição), e muito especialmente os conceitos de *transitoriedade* e da *transmissão* das heranças simbólicas.

⁵¹ Serafim tinha um acompanhamento de saúde extenso, inclusive psiquiátrico e neurológico sistemático e com uso considerável de anticonvulsivos, que também justificavam sua sonolência.

Tive a experiência de ajudar a fundar uma instituição, compor coletivamente um jeito de trabalhar ao mesmo tempo em que se reconhece ali o meu próprio traço, e dela me despedir. Não bastasse o meu luto, acompanhar a própria equipe e ajudá-la a fazer o luto da minha saída – enquanto eu estava lá – foi uma experiência tão arrebatadora quanto bela.

Destas duas despedidas a que me refiro neste caso, a pergunta que motivou este ensaio é a de como anfitriar (no sentido de comportar, dar lugar) à transitoriedade na relação com aquilo que criamos/fundamos para que seja possível a confecção e transmissão de uma herança simbólica (tanto quando não estivermos mais lá, mas, e talvez principalmente, estando lá).

Quanto ao que estou chamando de ato de fundação (e despedida), acredito que seu sentido se aproxime de algum modo da lógica da pulsão invocante, pelo paradoxo da continuidade descontínua em relação à convocação subjetiva (e subjetivante) que ela faz. É necessário sublinhar que faço menção à transitoriedade e à finitude não como rompimento, mas justamente como re-enlace (mas, claro, de outra posição), assim como a plenitude não é de fato enlace com o outro. Pelo contrário, isso sim é a própria morte subjetiva em vida (ou o não nascimento). Essa é a confusão para a qual a mãe de Serafim não pode encontrar uma saída, pois não pode contemplar a finitude (a estrutura de corte própria da subjetivação) inerente ao laço.

Aliás, retomando a minha despedida da instituição, ao perceber o endereçamento que eu fazia na escrita dessa dissertação à equipe do CAPSi (como me referi no capítulo de abertura), também tomei meu texto como a escrita de uma carta de despedida/carta de amor, de certa forma. Penso que talvez as cartas de amor devam poder acolher a finitude a aconchegá-la para que seja possível o reenlace a partir do momento em que algo do enamoramento, da paixão, decai do encantamento e o desencontro abre uma distância já grande demais. As cartas servem, assim, para que os que se amam suportem essa estranheza (surpreendente) entre eles, essa dissimetria imagética, e assim possam se reencontrar.

É podendo acolher a transitoriedade e a finitude que é possível uma saída que sustente o laço com a alteridade diante da falta de correspondência (estrutural) e, por isso, fazendo viver o desejo enquanto desejante, ou seja, aquele que pode continuar sendo invocado mesmo não sendo confirmado e realizado. Assim, a função da carta amorosa é restituir alteridade do encontro, da palavra, de modo a fazer uma ponte para que a estranheza em relação ao outro seja possível, não chegando à imagem caricata da

estranheiridade que alude a um desconhecimento absoluto. Nesse sentido estrito, as palavras de uma carta de amor são relativamente equivalentes a de uma carta de despedida, pois tocam no mesmo ponto.

A palavra que despista a repetição do mesmo, da compulsão à repetição, e o cumprimento tanático da pulsão de morte, pela palavra *amortecida*, é aquela que propicia o enlaçamento ao outro, à inserção na linguagem, podendo promover verdadeiramente o encontro, seja institucionalmente, em transferência de trabalho, ou seja naquilo que dá ao *infans* mais possibilidades para que de um esboço de sujeito possa advir a fundação da subjetividade. A função da escuta psicanalítica é promover esses encontros, como diz Didier-Weill (1997, p. 100), “ao oferecer sepultura às palavras, para que o corpo vivo-para-a-morte não seja corpo morto-vivo”.

Freud, no seu texto “Sobre a transitoriedade” (1916), brinda-nos com esta pertinente passagem sobre o que pode se suceder no luto, tanto pelas perdas pela guerra (referida na citação) quanto à perda de algo que amamos ou admiramos: “Quando o luto tiver terminado, verificar-se-á que o alto conceito em que tínhamos as riquezas da civilização nada perdeu com a descoberta de sua fragilidade.” (FREUD, 1916/1996c).

Ainda sobre a finitude, vale recordar que depois do ponto final, dá-se início a outra frase. Estamos sempre tentando, com as palavras, encontrar a última palavra, aquela que diria tudo, finalmente, encerrando todas as outras que pudessem advir. Contudo, depois da última palavra, há sempre outras (destino trágico incortonaível do ser falante). A última palavra, aliás, não vem nem com a morte; no máximo, esta encerra a palavra nascida da boca do que morreu, mas nunca dos que seguem vivos, já que os mortos sempre podem continuar sendo falados. A ética da psicanálise concerte ao sujeito do desejo, em sua *ex-sistência*, sua extimidade, nessa justa medida em que um vivente, chegando na cultura, possa tomar a palavra que lhe foi emprestada, podendo falar em nome próprio sem denegar a palavra do outro. Como dizia Montaigne, a palavra é metade de quem a pronuncia, e metade de quem a escuta, tema que nos leva ao caso final desta dissertação.

12 CASO 4: DE VICENTES HOMÓFONOS A UM BRINCAR “DE BOCA À ORELHA” – A CONSTITUIÇÃO DE UM CORPO TÓRICO EM SUPERFÍCIES INSTITUCIONAIS

Não por acaso, ao iniciar a escrita do texto que transformou-se nesse capítulo, reencontrei o primeiro ensaio que produzi no início do curso deste Mestrado, em que mencionei brevemente a história do caso que inspirou esta pesquisa e a formalização teórica da *Oficina do Brincar*. Somente nesse depois é que consegui situar(-me) melhor em relação ao equívoco que cometi, num ingresso malsucedido na *Oficina* (e de suas consequências).

Vicente foi certamente um dos pacientes mais difíceis que acompanhei no CAPSi. O pequeno desesperava-se quando perdia o contato do corpo da avó, o qual ele subjetivamente ainda habitava e cujos contornos foram representados, metonimicamente, nas paredes da casa onde os dois moravam. Aos três anos e meio, chega na instituição por já ser quase impossível sair para a rua. Tanto quanto passava pela porta de saída de casa quanto quando, a seguir, passava pela porta de entrada dos outros lugares, tinha reações coléricas. Colocava-se aos berros, esperneando e mordendo com força a quem lhe carregasse no colo, como que em estado de completa insocorridade (*hilflos*). No CAPSi, testemunhou-se que, além disso, quando não lhe seguravam, corria para longe, gritando perdido. Ao me avistar – eu que lhe era estranha –, fugia de mim sem direção, sem buscar reencontrar sua avó ou seus pais. Nada lhe era familiar naquele momento. Ou, de modo equivalente, tudo era tão familiar que não era possível “unarizar” coisa alguma naquele espaço atópico.

Apesar dos berros ensurdecedores nesses momentos, era impressionante a ausência de produções sonoras de Vicente: ele não fazia absolutamente nenhum outro som com a boca além do berro (que também só surgia nesse contexto pontual). Mesmo quando bebê, ninguém tinha conhecido sua voz. A princípio, não chegou a passar por uma das vicissitudes necessárias para tomar a palavra como *falasser*: a de ter brincado de vocalizar, movido pelo impulso e prazer apenas do som pelo som, sem pretensão comunicativa ou de sentido. Como diz Porge (2014), é preciso “gozar da matéria sonora” em si mesma (produzida ou mesmo da que lhe chega do outro), para que a voz “passe pelas trevas do corpo, onde a língua tece o gozo” e possa então ser investida como objeto. Mais precisamente, objeto do desejo (e, portanto, perdido), compondo o arco da

pulsão que se arma.

Deveras, quanto a Vicente, era como se do seu corpo nada se destacasse (não tinha corpo, portanto), nem mesmo a voz. De alguma maneira, acreditamos que nem mesmo seu grito fosse apelo algum ou, igualmente, que não era por ninguém transitivado, lido como tal a partir de alguém que se antecipa como destinatário, recaindo no mesmo lugar de onde partiu, sem diferença.

Em sua história, ele sempre havia estado sob os cuidados de sua avó que, melancólica, não suportava ver-se faltante. Esta reúne a si e a Vicente em uma mesma imagem de completude, não lhe transmitindo o dom da palavra. Quanto aos pais, até sua chegada ao CAPSi, pouco poderiam ofertar ao menino, já que tinham de certo modo renunciado ao exercício da parentalidade. Para a mãe de Vicente, dar seu filho à sua própria mãe havia sido uma troca com valor de alforria subjetiva: só assim pôde sair de uma conjuntura incestuosa, desabitando a cama de casal que ambas compartilhavam para tentar fundar sua própria família, com o pai de Vicente. Ser um casal, acedendo ao que Philippe Julien (2000) chama de o gozo possível de uma “relação conjugal extrafamiliar” (ou seja, fora das famílias de origem) só lhes fora possível até o momento enquanto mulher e homem que não fossem, para um terceiro – o filho -, mãe e pai. Estando assim desposicionados em relação a Vicente, não haviam se movimentando para fazer chegar-lhe a fala e a linguagem de modo que puxasse a criança para a vida, para fora da especularidade dessa “vida no outro” (como diz Lacan, 1964/1979), retirando-a da imersão no Real e do fascínio pela indiferenciação que ela estava e da qual a avó participava.

A avó acabava mantendo-o quase sempre no seu colo, como que se estivessem sob a mesma pele, como se fossem um mesmo corpo sem interior e exterior e, portanto, numa mesma superfície não furada e coextendida ao espaço.

Uma cena expressiva dessa continuidade era a de quando, por exemplo, ele estando fora do seu colo e fosse notado por ela a necessidade de Vicente de urinar, essa avó corria e trazia o penico até ele – onde quer que fosse –, que era segurado por ela no lugar preciso para que absolutamente nenhum movimento e esforço ele fizesse. Não era nem mesmo necessário que ele se percebesse fazendo xixi, pois não precisava sair do lugar: estivesse na sala, em pé no sofá ou no pátio, enfim, o penico estaria ali, precisamente colocado entre as pernas.

Nos outros momentos que estava sem o contato com o corpo dela, passava o dia entretido lançando solitariamente objetos para cima. De galhinhos a sacolas plásticas ou

peças de brinquedos, aleatoriamente encontrados, um a um eram atirados ao vento, soltos no ar, pouco importando se voltassem ou não. Quando não os perdia de vista, observava detalhadamente o objeto caindo até chegar ao chão.⁵² Ao mesmo tempo, na outra mão, nunca largava algum outro fragmento, alguma pecinha.

Aliás, um detalhe fundamental sobre os escassos momentos em que o menino era falado pelos outros ou quando diretamente convocado: o pai de Vicente chamava-se “Vicente”: como que numa repetição metonímica do som, assim mesmo, sem qualquer outra entonação. Isso gerava um fenômeno na família e que se sucedia no CAPSi (mesmo depois que nos demos conta, sempre acontecia): a homofonia exata dos nomes. Não conseguíamos fazer alguma marca, alguma entoação ou musicalidade para cada nome de modo que nunca se sabia quem era chamado, Vicente ou o pai (e esse atendia sem também questionar a quem se referia o chamamento). Isso não era uma identificação entre um e outro mas, na verdade, a falta de um nome que designasse o pequeno Vicente, que parecia novamente sem traço sonoro que lhe fosse singularmente dirigido.

De algum modo, os entraves de sua estruturação – na e pela linguagem – nos remetem à precariedade da função e posição dos objetos *a* e suas versões (oral, anal, vocal e escópica).

Por partirem da dimensão do Real, esses objetos perdidos não possuem referente, são furos, vazios sem significante que os represente, só sendo possível representar o registro da sua ausência. Eis a origem do território das pulsões: um Real marcado como um vazio, uma exterioridade na interioridade do campo das representações. Os objetos causa do desejo são, portanto, elemento fundante da estrutura desde o início, ao mesmo tempo em que são ligado aos orifícios do corpo, aos quais o circuito pulsional topologicamente remonta. O movimento de vai e vêm da inscrição pulsional é que vai veiculando os restos dos objetos determinantes do ser falante. O olhar e a voz, por exemplo, são dois objetos causa de desejo que, como no *fort da*, fazem uma ligação no abismo entre o íntimo e o comunicável: o olhar, pelas suas marcas de uma presença na ausência; já a voz, por ir construindo intervalos e ritmos próprios da pulsão invocante.

Por isso que o brincar é, verdadeiramente, um ato de destacamento dos objetos. Nesse sentido, quanto à “brincadeira” que Vicente fazia talvez não fosse nem *fort-da* nem

⁵² Aliás, era tomado de pavor e fascínio quando via nos desenhos animados cenas de personagens em queda (como o Coiote ao cair no abismo depois de despistado pelo Papa-léguas, assim como algumas cenas do Bob Esponja), especialmente se a cena comportasse o tom dramático do *grito* da personagem que fica “sem chão”.

mesmo seus precursores, aos quais Julieta Jerusalinsky (2002) chama de os jogos constituintes de borda. É possível pensar aqui que nem o que ele jogava ao alto, nem o que carregava consigo tivesse uma “representação” enquanto *vorstellung-repräsentanz* em estatuto de significante.

Sobre a constituição subjetiva, os objetos só ganham o estatuto de objeto metafórico ou metonímico enquanto objetos perdidos, extraídos e, como diz Vorcaro e Veras (2011), é preciso “ser separável do corpo” para que se trate de verdadeiramente um objeto (causa) de desejo. E, para tal, é preciso ter um corpo simbólico, revestido pela linguagem.

É essa *Spaltung* inaugural de um “lá” e um “cá” que se possibilita, com o advento do Eu, a imagem especular possível para a inscrição dos orifícios corporais e de suas bordas. As aberturas do corpo, pela descontinuidade do Real, tornam-se zonas erógenas, zonas de endereçamento e contato com a alteridade. O sujeito ganha corpo nessa torção entre íntimo e exterior que compõe um ponto êxtimo, onde sempre haverá – como poderíamos parafrasear Lacan (2008)⁵³ – um dentro de um fora e um fora de um dentro.

Acrescentamos a isso que as faltas, ou ainda, os furos constituintes são manufaturados a partir também dos furos do outro, como na imagem dos dois toros que, como já referimos, se entrelaçam pelos vazios de seus centros. Assim, a transformação da necessidade à demanda, do berro ao grito como apelo, se dá a partir do funcionamento pulsional que tome o Outro (interditado) em seu circuito. E, ainda, que seja um Outro inicialmente encarnado, que se reconhece e se faz reconhecer nesta posição. O acesso à linguagem, então, é garantido pelo processo de metaforização do desejo da mãe pelo significante do Nome-do-Pai: a castração simbólica, por onde é a renúncia ao gozo, à satisfação pulsional em troca de, pela palavra, poder erigir-se como sujeito do desejo, cortejando o objeto perdido através da linguagem.

Retomando as hipóteses sobre a subjetivação de Vicente, percebemos que não havia qualquer demanda a outro no seu “jogo” de atirar indiferenciadamente coisas para o alto, também não havendo outro que lhe antecipasse essa significação lúdica tentando fazer-se endereçamento desses pedacinhos ao vento e, assim, sustentar a produção de uma série presença-ausência com um outro siderado no circuito das pulsões. Freud

⁵³ “É a repetição da saída da mãe como causa de uma *Spaltung* no sujeito – superada pelo jogo alternativo, fort-da, que é um *aqui* ou *ali* e que só visa em sua alternância, ser um *fort* de um *da* e um *da* de um *fort*. O que ele visa é aquilo que, essencialmente não está lá como representado – pois, é o jogo mesmo que é o *Repräsentanz da Vorstellung*.” (LACAN, 1959-1960/2008, p. 67).

(1920/1996a) nos fala desse brincar de lançar objetos para que o outro busque, recupere (em certo sentido, “dar trabalho ao outro”). Segundo Jerusalinsky (2002), isso estabelece o laço da criança com o Outro encarnado, estendendo o arco do seu circuito pulsional e situando-o em um endereçamento. É esta ausência de laço e conseqüente retraimento pulsional que identificamos em Vicente.

“As pulsões são, no corpo, o eco do fato de que há um dizer”, disse Lacan (1975-1976/2005, p. 18), no *Seminário 23*. Esse caminho talvez ajude a pensar no caso e sua relação com o objeto voz, ou seja, de pensar seu brincar pela perspectiva da montagem da pulsão invocante, especialmente pela nossa hipótese de que o berro de Vicente ainda não teria o estatuto de voz.

Vicente tinha pouco libidinizado sua boca, tampouco os verbos que dela são possíveis produzir (falar, beijar, etc.). Essa era investida quanto ao som e ao toque apenas para gritar e morder enquanto dois elementos equivalentes que não promoviam um laço com o outro, mas no seu rechaço, numa verdadeira *Ausstossung* dramatizada na oralidade. Era como se lhe fosse possível naquele momento essa imagem trazida por Freud de um rechaço radical, sem ter havido internalização, uma *Bejahung* primordial.

Tomando de empréstimo o termo de Rosine Lefort (1984), “corpo tórico”, ao falar do percurso da constituição subjetiva no caso Nadia, podemos pensar que ele precisaria dos cortes feitos pelo cinzel do significante na continuidade de sua superfície para poder ir além dela, ou seja, numa terceira dimensão, podendo estabelecer a profundidade, o dentro e o fora tanto do seu corpo quanto do espaço.

A própria topologia do toro, remete-nos ao furo, a um interior que é exterior, um fora que é dentro e não a um buraco: furo comporta entradas e saídas, diferente, se assim podemos chamar, da “boca-buraco” de Vicente, que não era zona erógena. Para sair de sua condição holofrásica, não-intervalar, seria preciso, como indica Lefort (1984), ter estabelecido estruturalmente o furo do seu corpo, o que resultaria na *estrutura tórica* desse corpo.

Com isso, pensemos na constituição do furo a partir da pulsão invocante, esta que tem um lugar privilegiado na prática da psicanálise e por ser um certo modelo exemplar para todas as outras pulsões. Segundo Lacan (Lacan, 1964/1979), esta é a pulsão mais próxima da experiência do inconsciente: os ouvidos são os únicos orifícios que nunca se fecham. Essa particularidade pulsional alude à continuidade entre eu e o outro: “enquanto que o se fazer ver se indica por uma flecha que verdadeiramente retorna para o sujeito, o se fazer ouvir vai para o outro”.

Além disso, acrescentamos a advertência de Porge (2014) sobre a pulsão invocante ao lembrar-nos que esta é a única pulsão que parte de duas fontes: a boca e a orelha. A partir da frase de Lacan, “o ouvir e o falar são como o direito e o avesso”, Porge (2014) afirma que, de maneira antecipada, esses dois atos, ouvir e falar, fornecem “o padrão de um tecido topológico moebiano entre os dois orifícios”, o auricular e o bucal. A essa dualidade que faz a borda moebiana, este autor faz corresponder o trajeto da pulsão invocante como o de duplo laço do toro (como apresentado no capítulo 6) em torno dos dois orifícios, em oito interior. Assim, a partir desse traçado é que a voz poderá ir se tornando um resto fugidio e inapreensível, do qual a pulsão invocante faz a volta, de modo que, por consequência, a sonorização ouvida vai se diferindo da emitida:

[...] escutamos nossa voz pela garganta e a dos outros pelas orelhas. O mais familiar tinge-se de estrangeiro, como se um duplo infinitamente próximo aí se exprimisse. A voz já não é mais completamente nossa sem que seja completamente outra. (PORGE, 2014, p. 88)

O espaço de uma interioridade só é possível, portanto, caso seja cruzado por uma exterioridade. Segundo Didier-Weill (1997), a invocação dessa pulsão convocaria o sujeito a advir, passando de invocado a invocante e, ainda:

“(…) tornaria o Eu [Je] menos ingênuo, arrancando-o da inocência que lhe fazia desconhecer a pressão íntima que intimava um sujeito a existir. Ela instrui o eu de que essa pressão, então, não é estranha a esse estranho, radicalmente exterior, que é o Outro. Nesse encontro entre o mais íntimo e o mais exterior, o sujeito aprende que ele não é constituído segundo a concepção freudiana, por uma descontinuidade dentro-fora, mas, segundo a concepção moebiana, por uma continuidade entre íntimo e exterior (...)”. (DIDIER-WEILL, p. 239)

É a isso que o termo lacaneano “extimidade” refere, este que virá a ser o vestígio primordial e incógnito do Outro em mim, em que repetição da atividade pulsional será uma tentativa de dar corpo a esse desconhecido, construir um saber, uma ficção, sobre o Outro e seu desejo.

Quanto à Vicente, sua sonoridade vocal começa a nascer na medida em que alguns deslocamentos vão se dando com o início do tratamento. Primeiramente, seus pais começam a se ocupar mais do filho e a interditar a avó materna. Além disso, Vicente vai aceitando descer comigo até o consultório e é lá que começa a fazer uma série presença-ausência e toda uma sorte das brincadeiras constituintes, na medida em que ele se

posiciona do lado de dentro do consultório e me deixa do lado de fora. É através de nada menos que a porta da sala, em seus vãos e buracos, que se inicia um trânsito entre nós: espiar pela fechadura, bater solicitando para entrar, passar pedacinhos de papéis de lá pra cá por debaixo dela, reversarmos quem ficava dentro e quem fora, etc. Com isso, as vocalizações de Vicente começam a aparecer, mas de modo interessantemente econômico ainda (e que vão persistir por anos depois): a produção de sons guturais, ou seja, sem recrutamento da boca, que se mantém fechada, mantendo sua voz desconhecida. Apesar disso, era assim (e com suas expressões faciais bastante demarcadas) que Vicente me remetia sua fala, já com a matriz linguageira bastante reconhecível.

Quando Vicente “retira a porta” da brincadeira e passa a me convidar para entrar na sala com ele, tomo uma decisão precipitada que põe a perder todo esse 1 ano e meio de tratamento: inicio seu atendimento na *Oficina do Brincar*.

Assustei-me com as críticas da equipe que apontavam uma relação de exclusividade minha com Vicente (“parece que é teu, e não do CAPS”) e vejo sua entrada no dispositivo coletivo (ainda que eu mesma lhe recebesse lá) como minha resposta à equipe e, de certa forma, por querer atender ao Ideal institucional. Naquela época, não me dei conta de que aquele enunciado era de extrema pertinência na verdade que ele trazia. Deveras, este era o único caso que eu nem mesmo lembrava de trazer nas reuniões clínicas, não havendo compartilhamento algum com a equipe. Além disso, minha decisão de inseri-lo na *Oficina* – sem levar em conta outros fundamentos e motivações clínicas – baseou-se em meu receio em ver-me identificada com a posição melancolizada daquela avó que, de tão fascinada pelo menino, tornava-o objeto de seu gozo, já que de alguma maneira eu percebia, transferencialmente, um certo encanto meu por ele e reconhecia lhe destinar um lugar de exceção na instituição.

A saída que eu deveria ter sustentado para o tratamento do menino deveria ter sido pela minha “entrada institucional”, trazendo o caso à equipe pela montagem de um corpo técnico e transferencial, bem como nos fala Alfredo Jerusalinsky (1998) no clássico texto “Quantos terapeutas para cada criança” e, aliás, como eu mesma fazia em relação a outros casos em que eu era a única terapeuta na “linha de frente”.⁵⁴ A partir disso, certamente o meu enlace institucional sustentaria a opção clínica pela condução do acompanhamento dele ainda apenas comigo, posto que ele me tinha enquanto Outro encarnado. Além disso, até pouco ele ainda estava numa posição pré-especular, não havendo metonimicamente

⁵⁴ Reitero, não tratou-se de uma ingenuidade, mas de um efeito transferencial.

me destacado (cheguei na época a iniciar um entendimento de suas reações pela hipótese de uma expressão de *invidia*, mas não era nada disso). Com isso, já não mais se trataria de uma “exclusividade” como antes, posto que Vicente estaria enlaçado transferencialmente a “mim”, ou mais precisamente, remetido ao que eu oferecia a partir do meu desejo de analista no CAPSi e, portanto, desejo este enlaçado a minha transferência institucional, como Oury (2009) nos alerta.

A partir desse engodo, agravado pela minha precipitação, as conquistas de Vicente, até então, desmoronam. Algo importante se perdeu, possivelmente pois a montagem de sua constituição estava em andamento, sem ainda a solidez dos elementos mais fundamentais. Isso acontece depois de algumas idas à *Oficina do Brincar*, onde ele – estando entre outros e me vendo entre outros –, não mais me enxerga, reagindo com desespero e, novamente, recusando-se a voltar ao CAPSi. Desde então, passa a não querer nem sair do colo dos pais nem passar pela porta de entrada da instituição; Gritava ainda mais alto quando me via.

Seguem-se oito meses sem ele vir ao serviço, mas em que os pais se colocam em trabalho clínico a partir das entrevistas clínicas, que passam a ser realizadas em dupla técnica, comigo e com a outra psicanalista do CAPSi (composição de trabalho essa solicitada por mim ao perceber-me em apuros transferenciais e técnicos, já que essa colega apesar de trabalhar há pouco tempo no CAPSi, possuía uma vasta experiência clínica). Com essa escuta, os pais do menino decidem busca-lo definitivamente da casa da avó para morar com eles.

Aos poucos, Vicente vai retornando à instituição e, surpreendentemente, não mais desmontava-se subjetivamente ao passar pelos portões e portas. Estava na sala-de-espera, bem ali, ao lado do pai e com ele interagindo. Quando me via, gritava, mas de modo absolutamente diferente agora: não eram berros, eram gritos que comportavam a sua voz, gritos enfurecidos e muito bem endereçados, dirigindo-se a mim (prelúdio de uma agressividade constituinte). Se antes berrava por uma posição de renúncia sobre a linguagem, seu grito agora era de recusa, ou seja, a partir da linguagem, em um deslocamento topológico crucial.

Reiniciar o atendimento de Vicente e, ainda, na sala-de-espera, foi o “retorno do recalçado” da minha relação com a equipe naquele momento, de modo que esse novo enquadre determinado por Vicente era para mim uma “saia-justa”, pois não foi possível ingressá-lo em atendimento coletivo e, agora, o atendimento individual dispensava ainda mais cuidado e tempo. Aliás, minhas tentativas de atendimento ali recusadas eram

assistidas pelo seu pai, por outros pacientes e familiares, e passavam a ser também acompanhadas pelos olhares de alguns membros da equipe (que trabalhavam na recepção e outros que por ali ficavam), que por lá estavam a toda vez.

Não fosse o alto tom da minha própria vergonha, teria tentado ler o caso como uma mudança de Vicente que agora parecia se colocar como objeto do gozo escópico. Mas, na verdade, não havia qualquer indício disso, ele não fazia graças nem tentava chamar atenção para convocar o outro. Bem pelo contrário: para Vicente, estar ali era como que uma experiência de multidão. Uma multidão que, certamente, por deslocamento metonímico da “porta” que lhe intermediava a falta de sua falta, mas não era um terceiro tempo de sua pulsionalidade. Para ele, diferentemente do que para mim, estar naquele campo de visão não era equivalente a convocar o olhar, mas essa tentativa de, ao despojar-se de qualquer velamento, ficar translúcido.

Com o meu constrangimento, dei-me conta de que o fenômeno que ali se apresentava, figurava-se, era por que eu mesma era quem não conseguia esvaziar o olhar dos outros. Ou seja, se podemos alçar isso ao estatuto de cena, esta não era uma montagem de Vicente, particularmente. Não havia (e não há) como pensar o caso sem considerar a transferência e, portanto, a minha própria posição e meus endereçamentos (seja remetido à psicanálise, à instituição etc.).

Foi preciso um tempo para que eu compreendesse que a cena não era a mesma da perspectiva de Vicente e, por outro lado, qual a minha, ainda que aquela *Darstellen* fosse produzida por uma conjuntura de “formações de compromisso” naquele contexto institucional. Com isso, passo a levar o caso de Vicente às reuniões clínicas, o que promove uma virada essencial. Com o trabalho em equipe, consigo me reposicionar e a própria equipe passa a ocupar-se daquele paciente. Desta forma, aquilo que outrora, para mim, eram espectadores do meu fracasso, tornam-se participantes do atendimento, integrando a cena, mesmo que de modo indireto, mas com os quais era possível estabelecer uma rede de linguagem. Desde aí, podíamos contar com recursos que se estabeleciam entre os técnicos da Oficina do Brincar, como o falar *sobre* a criança e do trabalho conjunto sobre o caso, como referimos sobre os eixos metodológicos deste dispositivo.

Com esses desdobramentos, Vicente vai me “recebendo” cada vez mais, até voltar a brincar comigo (mas ali mesmo). Nesse segundo momento do tratamento, ele ressitua a sua demanda: quer começar a brincar comigo “no meio do caminho” (como diziam outros pacientes): exatamente sob vão da porta do hall de entrada para a sala-de-espera. De

alguma forma, esse foi o eixo de sua transferência: estava dentro do CAPSi (em relação à rua), mas fora do CAPSi (em relação ao ambiente interno e consultórios). Acredito que depois de ele fazer frente ao imperativo da minha própria demanda (a partir da minha alienação), ele se recusa em ser o objeto que preenche o Outro, não se deixando objetualizar por quem, outrora, lhe convocara como sujeito.

Vicente, assim, não atende ao impossível de um ideal e propõe, na verdade, uma troca, muito bem calçada no simbólico: não me recusaria, contanto que eu lhe escutasse.

Eu também encontro uma saída (que talvez tenha servido mais para mim que para ele), cochichar. Este, que é um elemento clínico fantástico e que não havia estabelecido com ele, é ali inaugurado. Eu cochichava-lhe, convidando-o com discrição para alguma brincadeira diferente ou mesmo para lhe sugerir, por exemplo, que déssemos espaço para os transeuntes. O cochicho era o carimbo de um trânsito, muito nosso, do privado *no* público, podendo aquele hall de entrada contemplar nem todo-olhar, nem toda-voz.

Possivelmente, o olhar da qual Vicente não conseguia retirar-se era o de seu pai, em contiguidade metonímica. Interessantemente, dou-me conta que nesse seu retorno, eu e todos os outros técnicos da equipe passam a chama-lo automaticamente por um apelido, Vince, que acaba sendo adotado também pela família

Essa diferenciação entre Vicente (pai) e Vince (filho) parece alavancar algumas conquistas de Vince que, não mais permanecia eclipsado na homofonia dos sons do seu nome. As crianças que circulavam na sala-de-espera passam a convoca-lo e estabelecer laços com ele, mesmo que ele tenha mostrado curiosidade por elas num momento apenas posterior. Essas crianças eram, em boa parte, as crianças que chegavam para a *Oficina do Brincar*, atividade que se iniciava logo na sequência desse atendimento.

A partir desses desenlaces ficcionais quanto à passividade que estava diante do Outro, menos total, Vince começa a brincar, retomando seus lançamentos a partir do marco da significação lúdica, jogando o objeto ora para mim, ora para longe de nós dois, divertindo-se ao ver-me indo e vindo, do *hall* (ou já na da sala-de-espera) para o pátio da frente e de lá lhe retornando o objeto. Vince vai, desta forma, refazendo também a geografia da casa e sua relação com o tempo. Ainda mantinha os sons guturais, mas faz uma passagem fundante: o toque e o som, antes atrelado aos elementos orais do morder/berrar, passam, com o recorte de sua boca, ao beijar/falar: sempre que ele julgava já ter brincado o suficiente, vinha dar-me um beijo (não se deixava ser beijado) e caminhava até o portão dando-me “tchau” – esta composição holofrásica (a palavra-frase) que foi a única palavrinha que ele chegou a pronunciar nesses cinco anos de tratamento.

Ao conseguir fazer-me endereçamento e escutando o “fazer-se escutar” do paciente, pude dar-me conta também de uma certa lógica quanto à imagem da porta: a porta de saída é sempre a mesma de entrada; Afinal passar por uma ou pela outra dependerá da posição em que se está.

13 DISCUSSÃO FINAL: ALGUMAS ELABORAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O BRINCAR A PARTIR DE FRAGMENTOS CONCEITUAIS - A PARAGRAMATICALIDADE, A HOLÓFRASE E O DISPOSITIVO LÓGICO-LEXICAL

A significação lúdica, por ser um derivativo da fantasia (consequência do processo metafórico), implica um contexto de linguagem no sentido de uma estrutura gramatical, ou melhor, implica uma gramaticalidade constituída pela substituição significativa. O termo gramaticalidade diz do revezamento dos elementos, propiciando um verdadeiro jogo nas posições de enunciação do sujeito. Esses elementos que se revezam são os mais diversos. Temos como alguns exemplos as torções moebianas na matriz dialógica, identificáveis no uso dos *shifters*; na montagem pulsional, nos giros gramaticais de cada um dos seus tempos, remetendo ao revezamento das posições de sujeito e objeto⁵⁵.

Acrescentamos, além desses exemplos, o estádio do espelho, proposto por Lacan (1964/1979), como a constituição do primeiro revezamento da gramaticalidade subjetiva, momento do advento do Eu. Esse jogo que lugares do estádio do espelho refere-se a uma identificação inicial à imagem de uma forma, de uma unidade (erigida na “exterioridade”); é isso que faz o sujeito poder dar contornos ao seu corpo, se “corporificar” e passar a, assim, vivenciar a sensação de uma interioridade. Todo esse processo de assumpção da imagem que é desde “fora” antecipada para suporte desse ponto inicial da ficção do si-mesmo e de sua intimidade é consequência de um jogo especular paradoxal onde a criança tomará a exterioridade como interioridade: nessa alienação primordial, o sujeito encontra a si mesmo do lado de fora, em uma imagem que assume como sendo de si. Assim, O Eu é a construção imaginária que garante a consistência por onde o homem se reconhece como existente no mundo. Contudo, “o homem não é senhor nem em sua própria morada” (já diria Freud ao falar da ferida narcísica com o surgimento do inconsciente), de modo que a intimidade e a exterioridade estão remetidas ao ponto êxtimo, como referimos no caso Vince. A impossibilidade humana de, ao ser habitado pela linguagem (mesmo que precariamente), de estar em solidão absoluta (as recusas ativas dos autistas são a prova de que algum traço da

⁵⁵ Na voz passiva, é objeto -para o outro-, Na ativa, inverte a posição, pois está na posição de sujeito -tendo o outro como objeto. Já na voz reflexiva, fará uma torção em que, num último ato, integrará ambas perspectivas anteriores, a sua e a de fora, do Outro, numa torção em que sujeito e objeto transitivam, como retomaremos em seguida sobre este terceiro tempo do circuito.

existência do outro está em seu campo perceptivo): o ponto êtímo produz uma “interioridade” que se faz alteridade para o próprio sujeito que a abriga. O Eu será, portanto, a ficção fundamental de uma imagem de si, de modo que permitirá ao sujeito reconhecer-se em um lugar. Retomando as condições para a torção que é a metaforização lúdica, podemos afirmar que o sujeito irá ingressar num contexto de linguagem na medida em que vai podendo construir uma estrutura mínima de enunciação, como dissemos, no que tange à estrutura lógica do jogo do *fort-da* enquanto um ato do sujeito. A reconfiguração sintática (ou seja, dos lugares) dos elementos precipitados nessa lógica é a escrita do sujeito de sua fantasmática, utilizando as unidades mais elementares de semântica na composição da frase que condensa a gramática de sua posição em relação à alteridade simbólica. A montagem languageira do brincar dirá, então, da constituição da lalange e de um saber-fazer com ela.

13.1 A Oficina como um *dispositivo lógico-lexical*: conclusões

O termo que propomos para designar a Oficina, “dispositivo clínico lógico-lexical”, indica, justamente, como refere Oury (2009) sobre O Coletivo, um arranjo lógico, disposicional (ou, como ele mesmo diz, um arranjo “sintático”) entre as pessoas de uma instituição que propiciará, através de um contexto de linguagem em uma variedade de ofertas nas posições discursivas, os verdadeiros encontros, alterando estruturalmente a trajetória existencial delas. Oury enfatiza que isso se dá a partir de uma *lógica eficaz* (relativo à eficácia do desejo), a que o autor atribui a uma *lógica poética* ao produzir “mensagens sintáticas”, as quais não fazem intervir diretamente o que alguns chamam de nível semântico, mas simplesmente a disposição sintática dos indivíduos ou dos espaços”, ou seja, uma configuração posicional que propicia o laço. Assim, tal como num processo analítico individual, um *dispositivo lógico-lexical* é uma *maquinaria languageira extratora do objeto a*, que promove restituição do lugar criacionista e surpreendente do “dizer” (nas produções de S_1), veiculado pela circulação significante (em oposição ao “dito”) e correlativo à transferência, colocando em questão (e em causa) o desejo.

Além disso, este dispositivo tem a função de propiciar deslocamentos e passagens (*Aufhebungs*), entre os diferentes registros de linguagem, destacando a passagem da *Vostellung* (representação) à *Darstellung* (apresentação, figuração), no sentido relativo ao *acting out*: pôr em ação, pôr em cena, figurando algo a ser testemunhado. Essas passagens, portanto, associamos tanto ao trabalho dos técnicos da *Oficina*, nas discussões clínicas, quanto ao próprio processo do brincar enquanto um trânsito na linguagem em que a uma anterior estrutura, *ser falado*, se desdobra outra, *ser falante*, sem denegar a anterior.

O achatamento do significante nas condições da estrutura holofrástica e da montagem pulsional (em para-gramaticalidade) faz com que haja dificuldade nas passagens dos diferentes registros da linguagem, entre o ordenamento do código (a lógica da sintaxe) e a função da mensagem (a unidade semântica), a ponto de não haver a lexicalização das palavras. Essas crianças em condição holofrástica não contam com esse princípio mínimo da linguagem, de modo que na estruturação da linguagem e na operatividade de suas há dificuldades pelo estancamento da temporalidade lógica do sujeito e, por consequência, elas ficam posicionadas em uma para-gramaticalidade. Em outras palavras, essas crianças com psicopatologias graves não puderam arar suficientemente o terreno para o campo da enunciação (assim se apropriando dos códigos da linguagem e do exercício do ciframento que lhes permite o endereçamento a um outro) e nem do enunciado (o que lhes dificulta a formulação da mensagem, da fala), padecendo da precariedade de uma posição de enunciação de onde possa se representar para um Outro, sem enunciado que as auxilie a localizar as coordenadas numa relação com a alteridade.

Diante desses quadros, o dispositivo psicanalítico promove a função de um operador lógico, tal como a função da punção, seja este operador nomeado de intervalo entre S_1 e S_2 , metaforização, função fálica etc. Deste modo, ao intervir pela via lógico-lexical para incidir na falta constituinte, propiciar-se-á a constituição de um ponto êxtimo na estrutura, o que possibilitará a um sujeito seja transitar do interior ao exterior, fazendo seu desenlace ficcional com o Outro.

Podemos afirmar que, enquanto um dispositivo clínico lógico-lexical, a *Oficina do Brincar* incidia nessa temporalidade lógica do sujeito pois propiciava uma oscilação permanente e necessária da posição do sujeito na linguagem, a começar pela posição discursiva dos técnicos nos casos de sujeitos em gravíssimo retraimento pulsional. Como

vimos, a partir de uma referência em 3ª pessoa (falar *sobre* a criança), acabávamos realizando uma convocação em 2ª pessoa (tu), ao qual a criança começava a responder em nome próprio (eu). A gramaticalidade estava em curso inclusive aí, na possibilidade de reconhecer-se como sujeito pelo olhar dos outros e, juntamente, a partir dos seus próprios atos de brincar. Aliás, no desenvolvimento relativo à linguagem, através do uso espontâneo da fala, a criança faz uso da linguagem e dos recursos gramaticais, que por si mesmos, são ficcionais, pois "eu, tu e ele" são apenas posições gramaticais.

A condição subjetiva de gramaticalidade, portanto, pode ser condensada na pela condição da extração do objeto *a* e consequente operação lógica de dialetização na relação do sujeito com seu Outro, ou seja, é esta gramaticalidade que possibilita a reversibilidade de posições, saindo da imersão no Real ou, também, do lugar fixo determinado pela palavra do Outro, ao ser falado (como a avó de Róger, que não hesitava em falar por ele, tomando-lhe a palavra) de modo antagônico à possibilidade de falar “eu” em nome próprio. Assim, aquele que já dá início à ficcionalização lúdica, fazendo-de-conta que “eu” é “outro”, já está realizando um primeiro exercício de gramaticalidade pois, afinal, a matéria-prima para isso é a falta (mais precisamente, a falta-a-ser).

Assim, será na a partir do traçado desses lugares que o sujeito vai trilhar sua constituição a partir da possibilidade de circular em diferentes posições na linguagem em relação a seu Outro, a quem ele se endereça e em relação ao qual irá buscar respostas para produzir imagens que deem corpo às noções de si mesmo, do Eu, por exemplo, assim como de quaisquer outras ficcionalizações, como a lúdica, saindo da estagnação estrutural em que se encontravam.

Assim, entendemos que essas são características atinentes à terapêutica da *Oficina*, tanto pelas crianças serem invocadas pelo brincar que lá acontece quanto quando elas mesmas tornam-se invocantes no ato de brincar por elas produzido, o que mobiliza a circulação discursiva dessas no que concerne à condição holofrásica e para-gramatical dessas.

Afirmamos, com isso, que o dispositivo lógico-lexical da Oficina do Brincar recoloca em ação duas posições do sujeito na linguagem, o *ser falado* e o *ser falante*, facilitando o sujeito se reconhecer no primeiro campo mas podendo também exercitar seus atos desde o segundo. Nesse sentido, os terapeutas da oficina do brincar usam a gramaticalidade para indicar as variantes possíveis no posicionamento das crianças como falantes.

Ao articularmos os três fragmentos conceituais com os quais “topamos” no curso

de elaboração deste ensaio dissertativo, propomos a ideia da *Oficina do Brincar* como um *dispositivo lógico-lexical* por realizar, através da emergência do ato de brincar, um *remanejamento topológico radical* relativo à inscrição de uma *nova função posicional na linguagem*. A citação de Vorcaro e Veras (2011) condensa a conjuntura teórica que indicamos no ensaio deste capítulo, destinado a reunir e avizinhar estes fragmentos:

Brincando, a criança traça a sintaxe em que ela inscreve uma posição subjetiva no campo simbólico e, operacionalizando essa condição com o próprio brincar ultrapassa-a, exponenciando suas relações. O brincar é a operação de constituição de um discurso corporal que, ao assumir sentidos e lugares no qual a criança é prefigurada, antecipa o sujeito antes de este dominar a língua e falar em seu próprio nome. (VORCARO; VERAS, 2011, p. 41)

A terapêutica da Oficina enquanto uma metodologia psicanalítica, portanto, coloca em movimento justamente o espaço e o tempo topológicos da constituição subjetiva pelo corte, para que se passe a outro registro, a uma outra estrutura.

FECHAMENTO

Uma instituição tem que se haver com suas bordas, suas ofertas, suas contradições para que possa fazer um enquadramento da pulsão de morte. Além disso, se a heterogeneidade nas ofertas de linguagem em um trabalho clínico for produzida com consistência, coerência entre as pessoas, será mais possível que práticas para-clínicas de saúde mental deem lugar a dispositivos clínicos que propiciem os encontros afortunados, especialmente naqueles sujeitos (e instituições) em que a mobilidade discursiva está seriamente prejudicada.

Neste trabalho, tentamos problematizar e colocar em cheque a eficácia do dispositivo clínico Oficina do Brincar, no tocante a sua possibilidade de abarcar, ao menos em alguns pontos fundamentais, algo da complexidade da clínica que concerne às psicopatologias graves de crianças pequenas. Acreditamos que foi possível, nesse sentido, fundamentá-la a ponto de justificar a importância que esta prática conquistou nos quase 8 anos daquela instituição, sendo, não por menos, a atividade mais antiga desta. Para além disso, também podemos acreditar, e esperamos, que o lastro dessa pesquisa e a referência a experiência daquele CAPSi possa trazer novas ideias ao trabalho de outras instituições de saúde mental que se ocupam ou pretendem se ocupar de crianças pequenas com sérios entraves subjetivos.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- ARRIVÉ, M. *Lacan gramático*. *Ágora*, v. 3, n. 2, p. 9-40, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982000000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1 de março de 2018.
- BARTH, L. B.; SILVEIRA, V. *O transitivismo como dispositivo clínico-conceitual*. *Ágora*, v. 7, n. 2, p. 251-263, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982004000200005>>. Acesso em: 11 junho 2017.
- BARTHES, R. *Fragmentos de um discurso amoroso*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BERGÈS, J.; BALBO, G. *Jogo de posições da mãe e da criança*. Ensaio sobre o transitivismo, Porto Alegre: CMC, 2002.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Portaria 1174/GM*, de 7 de julho de 2005. Brasília, DF, 2005.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS*. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília, DF, 2009.
- CAON, J. L. O pesquisador psicanalítico e a pesquisa psicanalítica. In: MACHADO, J. A. T. (Org.). *Filosofia e psicanálise*. Ciência, pesquisa, representação e realidade em psicanálise – um diálogo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 33-73.
- _____. Serendipidade e situação psicanalítica de pesquisa no contexto da apresentação psicanalítica de pacientes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 10, n. 1, 105-123, 1997.
- CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre a ciência e a ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- CORIAT, L. F.; JERUSALINSKY, A. Aspectos estruturais e instrumentais do desenvolvimento. *Escritos da criança*, n. 4, 1982.
- D'AGORD, M. Uma construção de caso na aprendizagem. *Revista Pulsional de Psicanálise*, ano 18, n. 140/141, p. 12-21, 2001.
- D'AGORD, M. Do grafo do desejo aos 4 discursos de Lacan. *Psicol. USP* [online]. 2013, vol.24, n.3, pp.431-451, 2013.
- DICIONÁRIO GAUDÉRIO. *Laço*. 2007. Disponível em: <http://www.riogrande.com.br/rio_grande_do_sul_lacaco-o619.html>. Acesso em: 11 de Março de 2018.
- DIDIER-WEILL, A. *Os três tempos da lei: O mandamento siderante, a injunção do supereu e a invocação musical*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

- DUNKER, C. I. L. *Mal-estar, sofrimento e sintoma*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- _____. *A psicose na criança: tempo, linguagem e sujeito*. São Paulo: Zagodoni, 2013.
- DUNKER, C. I. L.; NETO, F. K. *Psicanálise e saúde mental*. Porto Alegre: Criação Humana, 2015.
- EIDELSZTEIN, A. *Las estructuras clínicas a partir de Lacan. vol. I: Intervalo y holófrase, locura, psicosis, psicossomática y debilidad*. Buenos Aires: Letra Viva, 2008.
- ELIA, L. *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.
- FÉDIDA, P. *Nome, figura e memória: a linguagem na situação psicanalítica*. São Paulo: Escuta, 1991.
- FREUD, S. *A interpretação dos sonhos*. Edição comemorativa dos 100 anos. Rio de Janeiro: Imago, 1999. (Original publicado em 1900)
- _____. Além do princípio do prazer. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. p. 12-85. (Original publicado em 1920)
- _____. Escritores criativos e devaneios. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 9. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. (Original publicado em 1908)
- _____. Os instintos e suas vicissitudes. In: _____. *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Original publicado em 1915)
- _____. Sobre a psicoterapia. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 7. Rio de Janeiro: Imago, 1989. p. 239-251. (Original publicado em 1904)
- _____. Sobre a transitoriedade. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. p. 317-324. (Original publicado em 1916)
- IRIBARRY, I. O diagnóstico transdisciplinar em psicopatologia. *Revista latinoamericana de psicopatologia fundamental*, v. 6, p. 55-75, 2003a.
- _____. O que é pesquisa psicanalítica? *Ágora*, v. 6, n. 1, p. 115-138, 2003b.
- JERUSALINSKY, A. Quantos terapeutas para cada criança? *Escritos da criança*, n. 5, p. 30-47, 1998.
- JERUSALINSKY, J. *A criação da criança: letra e gozo nos primórdios do psiquismo*. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São

Paulo, São Paulo.

_____. *Enquanto o futuro não vem: a psicanálise na clínica com bebês*. Salvador: Ágalma, 2002.

JULIEN, P. *Abandonarás teu pai e tua mãe*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2000.

KUPFER, M. C.; NOYA PINTO, F. *Lugar de Vida, vinte anos depois: exercícios de educação terapêutica*. São Paulo: Escuta; Fapesp, 2010.

LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a. p. 238-324. (Original publicado em 1966)

_____. *O estádio do espelho como formador da função do eu*. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a. p. 96-103. (Original publicado em 1966)

_____. *A lógica do fantasma*. Recife: Centro de Estudos Freudiano do Recife, 2008. (Original publicado em 1966-1967)

_____. *O seminário, livro 7: A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008. (Original publicado em 1959-1960)

_____. *O Seminário, livro 9: A Identificação*. Recife, PE: Centro de Estudos Freudianos do Recife. (Original publicado em 1961-1962)

_____. *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1979. (Original publicado em 1964)

_____. *O seminário, livro 23: O sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. (Original publicado em 1975-1976)

_____. O seminário sobre “A carta roubada”. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b. p. 13-66. (Original publicado em 1966).

LAZNIK-PENOT, M. C. A criança psicótica é carta roubada? In: SOUZA, A. M. (Org.) *Psicanálise de crianças – vol. 1*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

LEFORT, R. *O nascimento do Outro – Duas Psicanálises: Nádia, 13 meses e Marie-Françoise, 30 meses*. Fator Editora, 1984.

OURY, J. *O coletivo*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009. (Original publicado em 1986)

PICHON-RIVIÈRE, E. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PORGE, E. *Voz do eco*. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

PETRY, L. C. *Sua majestade o “toro”*. São Paulo. 2018. (No prelo).

QUINET, A. *Psicose e laço social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

STEVENS, A. Instituição: prática do ato. In: MILLER, J. A; J. MILLER (Org.). *Pertinências da psicanálise aplicada*. Paris: Seuil, 2003. p. 90-99

TRISKA, V. H. *Verdade e técnica em psicanálise*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). 2010. Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

VORCARO, A. *A criança na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

VORCARO, A.; VERAS, V. O brincar como operação de escrita. In: LIER-DE-VITTO, M. F.; ARANTES, L. (Orgs.). *Faces da escrita: linguagem, clínica, escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 33-49.

